



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

RANIERE MARQUES DE MELO

**A HIPOTETIZAÇÃO EM ORAÇÕES GERUNDIVAS SOB
PERSPECTIVA FUNCIONAL**

**João Pessoa
Setembro/2022**

RANIERE MARQUES DE MELO

**A HIPOTETIZAÇÃO EM ORAÇÕES GERUNDIVAS SOB
PERSPECTIVA FUNCIONAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, situada na Área de Concentração **Teoria e Análise Linguística** e vinculada à Linha de Pesquisa **Diversidade e Mudança Linguística**, como requisito institucional à obtenção do Título de **Doutor em Linguística**.

Orientador: Prof. Dr. Camilo Rosa Silva

**João Pessoa
Setembro/2022**

M528h Melo, Raniere Marques de.

A hipotetização em orações gerundivas sob
perspectiva funcional / Raniere Marques de Melo. - João
Pessoa, 2022.

147 f. : il.

Orientação: Camilo Rosa Silva.

Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Linguística - Funcionalismo. 2. Orações
gerundivas. 3. Hipotaxe adverbial. 4. Hipotetização. 5.
Verbos epistêmicos dubitativos. I. Silva, Camilo Rosa.
II. Título.

UFPB/BC

CDU 81 (043)

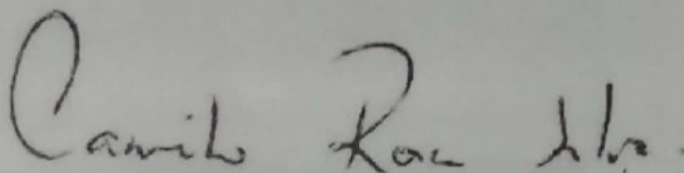
RANIERE MARQUES DE MELO

**A HIPOTETIZAÇÃO EM ORAÇÕES GERUNDIVAS SOB PERSPECTIVA
FUNCIONAL**

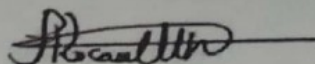
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística, situada na Área de Concentração **Teoria e Análise Linguística** e vinculada à Linha de Pesquisa **Diversidade e Mudança Linguística**, como requisito institucional à obtenção do Título de **Doutor em Linguística**.

João Pessoa, 29 de setembro de 2022.

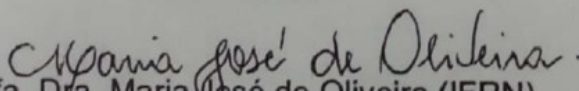
BANCA EXAMINADORA



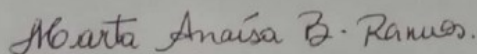
Prof. Dr. Camilo Rosa Silva (PROLING - UFPB)
Presidente - Orientador



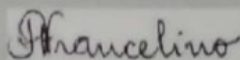
Profa. Dra. Fernanda Rosário de Mello (PPGLE - UFPB)
Examinadora



Profa. Dra. Maria José de Oliveira (IFRN)
Examinadora



Profa. Dra. Marta Anaísa Bezerra Ramos (UEPB)
Examinadora



Prof. Dr. Pedro Farias Francelino (PROLING – UFPB)

Prof. Dr. Rubens Marques de Lucena (PROLING - UFPB)
Suplente

Profa. Dra. Mônica Mano Trindade Ferraz (UFPB)
Suplente

“Quem anda no trilho é trem de ferro
Sou água que corre entre pedras:
– liberdade caça jeito

Procuro com meus rios os passarinhos
Eu falo dessemendado”.

Manoel de Barros¹

¹ BARROS, Manoel de. **Matéria de poesia**. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 32.

DEDICO

a Deus, que me diz(ia) todos os dias: sê valente, Raniere!

a meus pais, Reginaldo Gomes e Silvia Marques, feirantes, os quais, sem escolarização avançada, investiram tudo o que puderam para que eu seguisse os caminhos acadêmicos.

às minhas filhas, Esther e Sophia, meu “divisor de águas”, minhas meninas, meus amores, as quais me constituíram pai e, sobretudo, humano e guerreiro.

a Camilo Rosa da Silva, meu orientador desta tese, pessoa que me abriu portas, que enxergou em mim potencial, minha inspiração humana e profissional, alguém que, com humanidade e competência, direcionou-me aos caminhos da Sintaxe Funcionalista.

AGRADEÇO

A Deus, pela vida, pela saúde, pela força e pelo amparo em todos os momentos.

A Reginaldo Gomes e a Silvia Marques, meus queridos pais, feirantes, pelos esforços diários e pelo amor transmitido.

Aos meus irmãos e sobrinhos, pelo amor nas diferenças e pelo reconhecimento.

A Esther Nóbrega e a Sophia Nóbrega, minhas filhas, as quais, mesmo pequenas, juntamente a minha esposa e companheira Mariana Nóbrega, compreenderam minhas ausências. Grato pelo incentivo diário, pelo amor e pela cumplicidade.

Aos meus sogros, Edimar Barbosa e Vera Lúcia, pelo exemplo, pelas ajudas diárias e pelas preocupações e incentivos constantes, por me terem mais do que genro.

Aos meus amigos, João Carlos e Wesley, pela amizade de mais de uma década.

Ao prof. Manassés Morais Xavier, por ter me acolhido desde os meus primeiros passos na graduação e no mestrado.

Ao Grupo de Investigações Funcionalistas (GIF), do qual, orgulhosamente, faço parte, pelas amizades e pelas reuniões sempre produtivas às terças à tarde. Aos integrantes desse grupo, Aymée, Daniel, Gisonaldo, Jacinta, Joaquim, Maria José, Marta, Noelma e Wégilla, pela amizade, pelas reuniões singulares nesta trajetória acadêmica e pelas confraternizações. À Aymée, pela ética e pela singularidade na companhia desta jornada acadêmica: tanto nas viagens a João Pessoa (UFPB/PROLING) quanto nas disciplinas do doutorado. A Gisonaldo e Maria José, pela amizade e pelo respeito mútuo. A Wégilla, pela ajuda e pelo apoio técnico.

Ao prof. Dr. Camilo Rosa Silva, meu orientador, pela orientação qualificada, paciente, humana e atenta. Pelos vários gestos de serenidade e de confiança no meu trabalho, os quais me fizeram confiar também.

Às profs. Fernanda Mello e Maria José de Oliveira, banca de qualificação deste trabalho, pela leitura cuidadosa e pelas enriquecedoras contribuições. A profa. Marta Anaísa e ao prof. Pedro Francelino, pelas produtivas interlocuções na banca final de defesa, as quais me trouxeram encaminhamentos e sugestões singulares.

A Valberto Cardoso e a Ronil, secretários do PROLING, pela atenção e por resolverem tão diligentemente as minhas demandas ao longo de todo processo.

RESUMO

Nesta tese, à luz da Linguística Funcional de vertente norte-americana, tratamos do fenômeno da hipotetização, no português brasileiro escrito, em estruturas hipotáticas adverbiais, mais precisamente, orações reduzidas de gerúndio, iniciadas pelos verbos *supor*, *prever*, *imaginar* e *considerar*. Esses verbos se classificam como *epistêmicos dubitativos* cuja natureza lexical sinaliza um valor modal, atributo mental ou cognitivo. A pesquisa, de natureza quantitativa e qualitativa, tem caráter descritivo-interpretativista. Quanto à natureza das fontes usadas para a obtenção dos dados, trata-se de uma pesquisa documental, já que os documentos analisados são textos extraídos de dois jornais disponíveis na *web* - O Estado de S. Paulo (SP) e Tribuna do Norte (RN). Nessa perspectiva, analisamos os fatores sintáticos, semânticos e textual-discursivos que emolduram as ocorrências de estruturas adverbiais distribuídas em diferentes gêneros dessa esfera de comunicação. Após a investigação, com base nos princípios da Teoria Funcionalista, cujo propósito era verificarmos se essas orações atendiam a idêntico matiz de hipoteticidade ou se haveria uma gradação de sentidos – *continuum* – entre elas, assumimos que essas orações não finitas com matiz hipotético, embora pertençam a um domínio maior – o da causalidade –, são autônomas em relação à condicionalidade. Para a análise desse fenômeno, baseamo-nos em critérios relacionados à correferencialidade entre os sujeitos das orações, à posição da adverbial, à correlação modo-temporal entre as orações e ao teor léxico-semântico dos verbos. A análise permite concluir, pois, que essas orações hipotáticas gerundivas além de exibirem uma diversidade de matizes semânticos do mais factual ao menos factual, podem ser distribuídas em uma escala na qual as orações iniciadas por *supor* representam o protótipo da hipótese, de menor factualidade e de maior eventualidade, fator verificado tanto no seu teor lexical quanto nas suas configurações sintáticas, semânticas e pragmáticas. Por sua vez, as iniciadas por *prever* e por *imaginar* podem coocorrer com nuances que seguem o fluxo de menor a maior factualidade. Por fim, as representadas pelo verbo *considerar* tendem a ser mais factuais, mais reais, ou seja, ocorrem em contextos em que se demanda uma vinculação de maior causalidade.

PALAVRAS-CHAVE: Funcionalismo. Orações gerundivas. Hipotaxe adverbial. Hipotetização. Verbos epistêmicos dubitativos.

ABSTRACT

In this thesis, based on North American Functional Linguistics, we treat about the phenomenon of hypothesizing, in written Brazilian Portuguese, in hypotactic adverbial structures, more precisely, reduced gerund sentences, initiated by the verbs *suppose*, *predict*, *imagine* and *considerate*. These verbs are classified as *dubious epistemic* verbs whose lexical nature signals a modal value, mental or cognitive attribute. This research, of a quantitative and qualitative nature, has a descriptive-interpretivist character. Relate to the nature of the sources used to acquire the data, this is a documentary research, since the documents analyzed are texts extracted from two newspapers available on the web - O Estado de São Paulo (SP) and Tribuna do Norte (RN). In this perspective, we analyze the syntactic, semantic and textual-discursive factors that frame the occurrences of adverbial structures distributed in different genres of this sphere of communication. After the investigation, based on the principles of the Functionalist Theory, whose purpose was to verify if these clauses met the identical nuanced of hypotheticity or if there would be a gradation of meanings – *continuum* – between them, we assume that these non-finite clauses with a hypothetical nuance, although they belong to a larger domain – that of causality –, are autonomous in relation to conditionality. For the analysis of this phenomenon, we based on criteria related to the co-referentiality between the subjects of the clauses, the position of the adverbial, the temporal-mode correlation between the clauses and the lexical-semantic content of the verbs. The analysis allows us to conclude, therefore, that these hypotactic gerundive clauses, beyond to exhibiting a diversity of semantic nuances from the most factual to the least factual, can be distributed on a scale in which the clauses initiated by *supposing* represent the prototype of the hypothesis, of less factual and of greater eventuality, a factor verified both in its lexical content and in its syntactic, semantic and pragmatic configurations. In turn, those initiated by *predict* and *imagine* can co-occur with nuances that follow the flow from lesser to greater factuality. Finally, those represented by the verb *consider* tend to be more factual, more real, that is, they occur in contexts in which greater causality is required.

KEYWORDS: Functionalism. Gerund sentences. Adverbial hypotaxis. Hypothesizing. Doubtful epistemic verbs.

RESUMEN

En esa tesis, a la luz de la Lingüística Funcional, basada en la línea Norteamericana, tratamos del fenómeno hipotético, en el portugués brasileño escrito, en estructuras hipotácticas adverbiales, más directamente, oraciones reducidas de gerundio, iniciadas por los verbos *suponer*, *prever*, *imaginar* y *considerar*. Tales verbos se clasifican como epistémicos dubitativos, cuya naturaleza, señala un valor modal, atributo mental o cognitivo. La pesquisa, de naturaleza cuantitativa y cualitativa, tiene carácter descriptivo interpretativista. Respeto a la naturaleza de las fuentes usadas para la obtención de los datos, se trata de una pesquisa documental, ya que, los documentos analizados son textos extraídos de dos periódicos disponibles en la Web – O Estado de S. Paulo (SP), y Tribuna do Norte (RN). En esa perspectiva, analizamos los factores sintácticos, semánticos y textuales discursivos que encuadran las ocurrencias de estructuras adverbiales distribuidas en diferentes géneros de esa esfera de comunicación. Tras la investigación, basado en los principios de la Teoría Funcionalista cuyo propósito era lo de verificar si esas oraciones correspondían a iguales matices del nivel hipotético, o si habría una gradación de sentidos – *continuum* – entre ellas asumimos que esas oraciones no finitas con matiz hipotético, aunque pertenezcan a un dominio mayor – o de la casualidad –, son autónomas en relación a la condicionalidad. Para el análisis de ese fenómeno, nos basamos en criterios relacionados a la correferencia entre los sujetos de las oraciones, a la posición de la adverbial, la correlación modo-temporal entre las oraciones y al sentido lexical de los verbos. El análisis nos permite concluir, pues, que esas oraciones hipotácticas gerundivas, además de exponer una diversidad de matices de carácter más o menos factual, pueden ser distribuidas en una escala en la cual las oraciones iniciadas por *suponer* representan el prototipo de la hipótesis, de menor probabilidad y de mayor eventualidad, factor verificado tanto en su contenido lexical cuanto en sus configuraciones sintácticas, semánticas y pragmáticas. A su vez, las iniciadas por *prever* y por *imaginar* pueden ocurrir nuevamente con matices que siguen el flujo de menor a mayor realidad. Por fin, las representadas por el verbo *considerar* tienden a ser más factuales, más reales, o sea, ocurren en contextos en que se necesita una vinculación de mayor casualidad.

PALABRAS CLAVE: Funcionalismo. Oraciones gerundivas. Hipotaxis adverbial. Hipotetizando. Verbos epistémicos dubitativos.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 01	Conjunções subordinativas condicionais em compêndios gramaticais.....	31
Quadro 02	Relação modo-temporal nas orações condicionais.....	48
Figura 01	Construção: forma/significado.....	65
Figura 02	Grau de iconicidade.....	72
Quadro 03	Graus de hipotetização na prótase.....	111
Quadro 04	Distribuição das orações gerundivas quanto à marcação.....	131
Quadro 05	Distribuição das orações gerundivas quanto ao parâmetro de factualidade..	135

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Quantificação do <i>Corpus</i>	23
Tabela 02	Correferencialidade do sujeito.....	87
Tabela 03	Contexto estrutural e posição das orações hipotáticas e matrizes.....	93
Tabela 04	Contexto estrutural das orações parentéticas.....	100
Tabela 05	Relação modo-temporal nas orações hipotáticas.....	104
Tabela 06	Frequência dos verbos auxiliares modais em construções perifrásticas...	119
Tabela 07	Orações gerundivas quanto ao parâmetro de factualidade.....	133

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Percurso metodológico da pesquisa.....	22
2 DA CAUSA-CONDIÇÃO À HIPÓTESE: DIFERENTES ENFOQUES SOBRE ORAÇÕES HIPOTÁTICAS GERUNDIVAS.....	28
2.1 A condição sob a ótica da semântica lógico-formal.....	28
2.2 O ponto de vista dos compêndios gramaticais tradicionais.....	30
2.3 Da abordagem pragmático-discursiva à cognitivista.....	38
2.4 Orações condicionais sob um olhar funcionalista: integração de fatores semânticos e pragmáticos.....	41
2.4.1 Condicionais factuais.....	43
2.4.2 Condicionais contrafactuais.....	45
2.4.3 Condicionais eventuais.....	46
2.5 Hipotáticas gerundivas com matiz de hipoteticidade: por uma caracterização em critérios linguísticos, semânticos e discursivos.....	50
3 AMBIÊNCIA TEÓRICA: ABORDAGEM GERAL SOBRE O FUNCIONALISMO LINGÜÍSTICO.....	56
3.1 A origem do Pensamento Funcionalista.....	56
3.2 A Linguística Funcional Norte-Americana.....	59
3.3 Gramática, uso e discurso.....	61
3.4 Gramática, uso e cognição.....	64
3.5 Iconicidade.....	67
3.6 Marcação.....	73
3.7 Categorização e prototipicidade.....	75
3.8 Gramaticalização e vinculação sintática oracional.....	80
4 HIPOTAXE ADVERBIAL HIPOTÉTICA: ASPECTOS SINTÁTICOS E FUNÇÕES TEXTUAL-DISCURSIVAS.....	85
4.1 Correferencialidade entre os sujeitos das orações nuclear e hipotática gerundiva.....	85
4.2 A posição das orações hipotáticas e matrizes.....	92
4.2.1. [(Gerúndio + que + or. encaixada objetiva direta) (,) + matriz]:.....	95
4.2.2 [(Gerúndio + se (apassivador) + que + or. encaixada subjetiva) (,) + matriz]:.....	97
4.2.3 [(Mesmo + gerúndio + que + or. encaixada objetiva direta) (,) + matriz]:.....	97
4.2.4. [Matriz (,) (gerúndio + que + or. encaixada completiva)]:.....	98
4.2.5 [Matriz + (–) (ger. + se + que) (–) + Matriz]:.....	101
4.2.6 [Matriz + (,) (ger. + se + que) (,) + Matriz]:.....	101
4.2.7 [PERÍODO]. (E/isso + ger. + que):.....	102
4.2.8 [PERÍODO] (–) (isso + ger. + que):.....	102
4.3 Correlação modo-temporal da oração hipotática.....	103
4.3.1 Apódose e prótase no presente do indicativo:.....	105
4.3.2 Apódose (presente do indicativo) e prótase (pret. perfeito do indicativo):.....	107
4.3.3 Apódose (pret. perfeito do indicativo) e prótase (presente do indicativo):.....	107
4.3.4 Apódose (presente do indicativo) e prótase (futuro do presente do indicativo):.....	108
4.3.5 Apódose (presente do indicativo) e prótase (presente do subjuntivo):.....	108
4.3.6 Apódose (presente do indicativo) e prótase (pretérito imperfeito do subj.):.....	110
4.3.7 Apódose (pretérito perf. do indicativo) e prótase (pretérito imperfeito do subj.):.....	110
4.3.8 Apódose (pretérito imperf. do indicativo) e prótase (pretérito imperfeito do subj.):.....	111
5 ORAÇÕES HIPOTÁTICAS GERUNDIVAS HIPOTÉTICAS: AS MOTIVAÇÕES FUNCIONAIS QUE ESTABELECEM O PROTÓTIPO DA CATEGORIA.....	113

5.1 A atuação dos subprincípios da iconicidade nas orações de gerúndio.....	113
5.2 A distribuição das orações gerundivas quanto à marcação.....	124
5.3 Protótipo da oração de gerúndio hipotética.....	132
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	137

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objeto de estudo as orações subordinadas adverbiais gerundivas com teor hipotético no português brasileiro. No período composto, também chamado de oração complexa, esse é o tipo de oração que tem equivalência sintática e semântica com a função de adjunção, representada pelo advérbio/locução adverbial na oração simples, sendo denominada de estrutura hipotática.² Além da função de adjunção, são características dos advérbios a invariabilidade e a mobilidade. Cabe salientar que o advérbio pertence a uma categoria pouco homogênea, uma vez que pode “[...] desempenhar várias funções diferentes, ou seja, pode reaparecer em mais subclasses; além disso, uma única ocorrência do Adv pode desencadear várias interpretações simultâneas.” (CASTILHO *et al*, 2014, p. 273). Isso porque, do ponto de vista sintático e semântico, é uma categoria composta de elementos com potencial funcional muito diversificado.

Sintaticamente, as orações adverbiais têm as seguintes particularidades: i) relativa equivalência a um adjunto adverbial, cuja função seria a de acrescentar informações circunstanciais a respeito de um fato ou uma situação, podendo ser introduzidas por conjunções ou por preposições; ii) possibilidade de se apresentarem sob as formas desenvolvida e reduzida – esta ocorre quando o verbo integra o grupo das formas verbais não finitas, sob a forma de infinitivo, de particípio ou de gerúndio, e iii) variabilidade distribucional – podem vir antepostas, pospostas ou intercaladas.

Na esfera semântica, ainda conforme a tradição³, são nove as relações expressas entre as adverbiais e as orações principais a que se ligam, a saber: causa, comparação, concessão, condição, conformidade, consequência, finalidade, proporção e tempo. No entanto, é interessante apontar a não existência de um isomorfismo entre os advérbios e as orações adverbiais, uma inconsistência que se revela de três maneiras: (1) a não admissão pela Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) das orações adverbiais de lugar e de modo⁴,

² De forma bem simplificada, uma estrutura hipotática corresponde a uma oração que, embora dependente de outra, não está em relação de constituição, tal como uma substantiva; ou que não é tão integrada quanto uma adjetiva restritiva. Contrariamente à tradição, que rotula todas as orações dependentes de subordinadas, a perspectiva funcionalista diferencia subordinação de hipotaxe, partindo do princípio de que há diferentes graus de integração.

³ Cf. MELO (1978), LUFT (2001), CUNHA E CINTRA (2001) e ROCHA LIMA (2011).

⁴ Ressalte-se que, em Kury (1991), mesmo em um comentário à parte, há uma referência às orações que cumprem valor modal e locativo. Em Azeredo (2008), adição e preterição são compreendidas como conteúdos adverbiais que são expressos pelas locuções prepositivas *além de* e *em vez de/em lugar de*.

mesmo havendo advérbios correspondentes a essas duas circunstâncias; de forma inversa, (2), a admissão de oração adverbial comparativa, mesmo não existindo advérbio de comparação; conseqüentemente; e (3) a não incorporação de orações adverbiais com valores de adição e de preterição, apesar de as locuções prepositivas também fazerem parte dos grupos das “adverbiais” e da existência de orações com esses valores semânticos.

Segundo Neves (2018), sob um enfoque funcionalista, as orações adverbiais podem representar uma multiplicidade de indicações semânticas e de interpretações simultâneas, em razão de as relações expressas por elas nunca serem definitivas ou homogêneas. Para a autora, a classificação semântica dessas orações deve se apoiar para além dos conectores, no teor lexical dos verbos, na correlação verbal modo-temporal entre as orações e no contexto sociopragmático em que se deu a construção de tais enunciados.

As formas gerundivas, nosso objeto de estudo, são constituídas por um tema e um sufixo – *ndo*, que, sendo invariáveis, não apresentam marca de pessoa pós-desinência. Essa desinência aspectual – *ndo*, afixo que habilita o lexema verbal para a função adverbial, é uma espécie de transpositor, isto é, elemento que permite expandir infinitamente os enunciados em um número limitado de relações de sentido. Para sermos mais precisos, selecionamos como objeto de estudo para este trabalho as estruturas adverbiais reduzidas de gerúndio encabeçadas pelos verbos *supor*, *prever*, *imaginar* e *considerar* – orações complexas – que atendem à configuração [(gerúndio⁵ + que + oração encaixada com função de objeto direto)⁶ + matriz], em que o gerúndio combinado com a oração substantiva constitui a estrutura hipotática adverbial, estrutura que pode vir anteposta, posposta ou intercalada. Representam esse padrão estrutural as orações adverbiais reduzidas de gerúndio encabeçadas pelos verbos⁷ *supor*,

⁵ Nessa configuração sintática, a forma gerundiva assume papel de transpositor tanto quanto uma conjunção subordinativa, pois é um elemento que transpõe a oração degradada ou subordinada ao nível de equivalência de um substantivo, ou seja, é responsável por mudança categorial, uma vez que auxilia no processo de formação de sintagmas derivados de outras unidades - sintagma básico ou orações. (BECHARA, 2015)

⁶ Ressaltamos que essa configuração estrutural diz respeito ao interior da oração, tendo em vista que, em razão da mobilidade da oração adverbial no texto, esta poderá aparecer anteposta, posposta, ou intercalada à oração matriz.

⁷ A escolha desses verbos se dá em razão de que o nosso interesse em uma avaliação pragmática e sintática das construções causais, sob uma perspectiva funcionalista, foi o nosso primeiro impulso de pesquisa. A partir de Neves (2012), ressaltou-se a curiosidade de conhecermos o cruzamento das tríades adverbiais que eram comportadas dentro da zona da causalidade. Por sua vez, a evidência de que uma relação causal pode ser hipotetizada no mundo biossocial nos despertou interesse pela busca das formas oracionais que traduziam esse fenômeno. Essa relação de sentido foi encontrada nas orações de gerúndio, as quais, mesmo dispensando um conector explícito, favoreciam a diversidade de matizes abrigados nessa contingência semântica. Em perspectiva analítica diferente à do Funcionalismo Norte-americano, os trabalhos de Hirata-Vale (2005) e de Oliveira (2008), que se dedicaram ao estudo da condição e das conjunções condicionais complexas, fomentaram-nos alguns

imaginar, *prever* e *considerar*, cuja natureza lexical sinaliza um valor modal, atributo mental ou cognitivo⁸. As formas verbais selecionadas revelam um teor mais subjetivo do falante frente a uma crença ou a uma circunstância e, a nosso ver, uma carga também avaliativa.

A razão de nosso olhar se centrar nestas orações adverbiais gerundivas se dá pelas seguintes situações: (1) por ser a desinência do gerúndio recurso de junção de enunciados e o sentido de os sintagmas adverbiais não ser guiado exclusivamente pelos conectores, (2) por essa marca servir para emoldurar sentidos em contextos específicos, dado que os contextos de uso dessas orações se ampliam. Em se tratando das orações adverbiais condicionais, esfera semântica que envolve as estruturas em estudo, defendemos a existência de um contínuo semântico que contemple as relações [+ factuais] a [- factuais].

Embora as estruturas oracionais revelem uma proximidade semântica, conforme o tipo de verbo que as introduzem, percebemos diferentes arranjos de correlação verbal e de matizes de sentidos, como ilustram as ocorrências identificadas no *corpus* de pesquisa⁹ listadas a seguir:

- (1) **Supondo que** as sombras do processo de cassação do mandato de Temer pela Justiça Eleitoral sejam afastadas e que a Lava Jato pelo menos modere o ritmo de suas fases e denúncias, restarão a serem superados, na economia, os mesmos desafios que se apresentavam antes do impeachment. (ESTADÃO, A, 19/04/2016).
- (2) Diante do inevitável fracasso de suas respectivas pautas, os apoiadores de cada lado tendem a aumentar seu extremismo, **imaginando que** a inoperância de suas agendas é causada pela aplicação mitigada ou imperfeita de suas propostas e ideias. (ESTADÃO, N, 09/09/2019).
- (3) **Prevedo que** os eventuais votos serão debatidos no Congresso mais tarde sob impasse, parlamentares próximos a Moro acreditam que não haverá votos suficientes no Senado para derrubar o veto presidencial. A derrubada precisa de 41 votos entre os senadores em uma sessão conjunta do Congresso Nacional. (TRIBUNA DO NORTE, N, 12/12/19).

desdobramentos, por exemplo, a compreensão de que o matiz de hipótese é, em dados contextos semânticos e pragmáticos, autônomo em relação à condição. Como proposta de enxergar o objeto de análise sob outro *ponto de vista*, recorreremos às formas *gerúndio* + *que* que se aproximavam mais especificamente do matiz de hipoteticidade. A partir da reflexão dos trabalhos dessas autoras, concebíamos a hipótese de que a ideia de suposição estaria, possivelmente, mais ligada à forma *supor*; depois, como tarefa investigativa, partimos à verificação da ocorrência do fenômeno com outras formas verbais. Portanto, encontramos no *corpus* formas como *prever*, *imaginar* e *supor*, que, também, estavam ligadas mais cognitivamente a essa noção.

⁸ Conforme Castilho (2010), esses verbos são *modalizadores epistêmicos dubitativos* e, por isso, não trazem certeza sobre o conteúdo da substantiva ou não revelam o comprometimento do falante em relação àquilo que enuncia, o que faz manifestar o teor de hipoteticidade, objeto primário de investigação deste trabalho. Já para Azeredo (2008), dentre esses verbos, *saber* e *imaginar* expressam *percepção intuitiva, sensorial ou intelectual*.

⁹ A partir daqui, todas as ocorrências do *corpus*, dados utilizados neste trabalho, encontram-se em ordem numérica e entre parênteses, opondo-se a exemplos transcritos de outros autores, os quais estão sinalizados por número seguido de ponto.

- (4) Comparando com outros estados, e **considerando que** o Rio Grande do Norte quer ser competitivo, é interessante que haja um diálogo muito aberto para reduzir o número de licenças e transformar esse processo em algo mais celebre, mais simplificado para a indústria. (TRIBUNA DO NORTE, E, 22/12/19).

Como vemos, todos os trechos acima espelham o mesmo padrão estrutural, diferenciando-se apenas quanto à ordem de apresentação da oração satélite (ora anteposta ora posposta à matriz). Quanto ao sentido, as três primeiras são classificadas, sob uma perspectiva tradicional, como *condicionais*, e a última, *causal*.

Contrariando esse engessamento categorial, que escamoteia uma real inserção analítica no funcionamento linguístico, atribuímos à ocorrência (1) um valor menos factual, que vem reforçado pelo arranjo linguístico da correlação do subjuntivo/futuro do presente [(*sejam* afastadas e *modere*) /*restarão*]; e um valor mais factual às ocorrências (2) e (3), motivado pela relação presente do indicativo/futuro do presente [*tendem* a aumentar/ (*é* causada)], em (2); e futuro do presente/presente do indicativo [(*serão* debatidos) /*acreditam*], em (3). Já em (4), além dos verbos de ambas as orações estarem no presente do indicativo, o valor lexical de *considerar* é por si mais factual.

Diante desses fatos, consideramos simplificada a abordagem feita pela tradição, por entender ser necessário um conjunto de critérios que abarque desde o valor lexical do verbo, a posição da oração em relação à nuclear e, tal como Neves (2012), entendemos ser indispensável atentar para fatores como a correlação modo-temporal entre as orações, a ordem das orações e o propósito comunicativo, para que se possa evidenciar distintas nuances de sentido nas orações acima citadas. Dessa forma, essa análise, com todos os fatores acima citados, nos conduz à defesa de que as orações gerundivas tomadas como objeto de estudo nesta pesquisa são reveladoras de relações lógico-semânticas de menor e de maior hipoteticidade e factualidade. Portanto, considerando não só o conteúdo lexical dos verbos – *supor*, *imaginar*, *prever* e *considerar* – que integram a oração adverbial, buscamos argumentar sobre a existência, particularmente para essa estrutura oracional, de um domínio mais central – o da hipotetização, não como subdomínio da condição, mas paralelo a este, margeado por outros sentidos (concessão, causa), que são domínios semânticos bem imbricados na zona da causalidade, como afirma Neves (2018). Um dado que demonstra essa interseção semântica é o seguinte:

- (5) Mesmo **supondo que** o estado Islâmico seja derrotado na Síria e no Iraque, os esforços do grupo para inspirar seguidores pela internet a lançarem ataques sozinhos continuarão a repercutir. (ESTADÃO, N, 25/07/2016).

em que é possível verificar a diluição ou a ampliação de sentido, entrecruzando-se as noções tradicionais de causalidade e concessividade, sobretudo quando se atenta à presença do articulador “mesmo” que, dentro do contexto, funciona como um fator que pressiona um matiz de contrafactualidade. Tendo em vista a correlação do tempo verbal (subjuntivo na oração satélite, futuro do presente do indicativo na matriz) e o teor semântico do verbo *supor*, chegaríamos a inferir ainda o valor de hipótese – sem desconsiderar o entrecruzamento de valores já citados. Logo, interessa-nos, neste percurso analítico, desvendar as motivações ou indícios formais que corroborem a configuração prototípica da hipotetização.

A proposta deste trabalho se justifica quando visa a alargar as fronteiras da nomenclatura tipológica imposta pela tradição. Acreditamos que o falante, estando em situação de maior controle e monitoramento da escrita, sobretudo em contexto que requer argumentação, projeta em seus discursos¹⁰ a produção de efeitos de hipoteticidade, valor que é tratado sinonimamente, pelo rol da tradição, como condicionalidade.

Nesse sentido, a presente pesquisa se justifica como pretensa contribuição à descrição de fatos linguísticos, assumindo uma visão de gramática configurada sob a confluência de fatores cognitivos, sociais, discursivos e pragmáticos. Ensejando a oportunidade, reiteramos que “[...] a admissão de uma imprecisão de limites categoriais não é imprecisão conceitual, não é barateamento teórico, pelo contrário, é lucidez e é precisão conceitual.” (NEVES, 2012, p. 161).

Desse modo, admitindo a aludida imprecisão de limites categoriais, as reflexões deste trabalho se desenvolvem com base nas seguintes questões de pesquisa:

1) A tradição gramatical não rejeita a noção de hipoteticidade das adverbiais, mas essa é uma noção geralmente apresentada como sinônimo ou como um subdomínio da condição. Porém, no que diz respeito às orações de gerúndio encabeçadas por *supor*, *prever*, *imaginar* e *considerar*, assumindo que fatores internos/linguísticos (particularmente o tipo semântico do verbo), correlação modo-temporal, iconicidade, marcação e fatores externos influenciam as transferências semânticas (pressão contextual), seria possível defender a hipotetização como um domínio autônomo, em paralelo ao de condição, ambos correspondendo a subdomínios da esfera mais ampla da causalidade¹¹?

¹⁰ A noção de “discurso”, bastante recorrente neste estudo, será devidamente explicitada no capítulo 3, que trata de questões teóricas referentes à relação gramática, discurso e uso linguístico.

¹¹ Para Neves (2012), a zona da causalidade é o núcleo central de valor adverbial no cruzamento de outras relações táticas, como as relações semânticas de condicionalidade e de concessividade. As reflexões teóricas

2) Em linhas gerais, as gramáticas associam as orações gerundivas às adjetivas e adverbiais e, ao delimitar as circunstâncias expressas pelas últimas, sem atentar para o valor lexical do verbo, consideram apenas a correspondência com as conjunções. Embora as quatro formas verbais presentes no *corpus* selecionado – *supor*, *imaginar*, *prever* e *considerar* – sejam passíveis de substituição pela conjunção SE, podemos afirmar que todas elas, levando em consideração a classificação como “condicionais”, favorecem um mesmo matiz semântico de condição ou haveria uma gradação de sentidos entre elas – *continuum* – de causa a hipótese?

3) Sob uma ótica funcionalista, mais do que estabelecer relações lógico-semânticas entre as orações, as adverbiais teriam uma função textual-discursiva. Nesse sentido, que fatores de ordem cognitiva e linguística seriam definidores do valor de hipotetização que se depreende das orações: o tipo semântico do verbo que encabeça a oração satélite, a correlação verbal, a posição das orações adverbiais?

As possíveis respostas a essas questões terão, nesta tese, sustentação nos princípios funcionalistas, a exemplo das noções de marcação, de iconicidade e de prototipicidade. Mas, uma observação preliminar das orações gerundivas listadas nos forneceu elementos para esboçarmos algumas hipóteses correlacionadas, tais como:

1) A relação semântica de hipotetização poderia ser defendida como domínio autônomo, e essa suposta autonomia seria assegurada pela natureza lexical dos verbos, fator cognitivo que somado a fatores contextuais nos dão prova de um teor de eventualidade entre as orações, e, mesmo havendo relação causal entre elas, esta aparece, quase sempre, hipotetizada. Em se tratando da distribuição das formas verbais gerundivas, em uma escala representativa do princípio da meta-icônico da marcação e do princípio da iconicidade, é possível conjecturar que orações com *supor* seriam mais favoráveis à hipotetização e, nesse caso, menos marcadas do que as iniciadas por *prever*, *imaginar* e *considerar*.

2) A classificação semântica das orações adverbiais é orientada pela permuta da oração reduzida pela oração desenvolvida, sendo o sentido determinado pela conjunção subordinativa adverbial. Contudo, acreditamos que o teor lexical do verbo é determinante para a classificação semântica das orações gerundivas reduzidas de gerúndio, embora as gramáticas considerem apenas o valor semântico das conjunções para a determinação do sentido. Desse modo, haveria um *continuum* semântico – do menos factual ao mais factual –,

dessa estudiosa, mesmo sem considerar o teor lexical dos verbos e outros aspectos pragmáticos e sintáticos, defendem que a relação causal assume esse matiz mais *hipotetizador*, quando nas construções condicionais, há dois disjuntos (alternância), e, prototipicamente, um deles há de ser escolhido.

sendo uma delas, possivelmente o verbo *supor*, que, sendo a forma mais produtiva/frequente, seria o exemplar que melhor representa o protótipo da categoria.

3) Uma confluência de fatores corrobora o estabelecimento de uma classificação semântica das orações adverbiais. Assim, a presença de conectores como *mesmo (supondo)* e *ainda (supondo)*, ligados ao verbo *supor*, seria condicionante da ambivalência *concessividade/hipoteticidade*; quanto ao verbo *considerar*, o principal fator seria a presença de verbo do modo indicativo tanto na prótase quanto na apódose, já que o subjuntivo, estando ligado à ideia de possibilidade/incerteza favoreceria o valor hipotético, e não causal. Quanto aos demais verbos, o conjunto de fatores (posição, correlação verbal e tipo verbal) poderia determinar o sentido e a zona de facticidade ou de eventualidade a que pertencem.

Com o propósito de responder a essas indagações, tomamos como objetivo geral do trabalho:

- Analisar o fenômeno da hipotetização nas orações gerundivas, mais especificamente naquelas que são introduzidas pelos verbos *supor*, *imaginar*, *prever*, averiguando as motivações cognitivas e os aspectos sintáticos, semânticos e textual-discursivos que emolduram essas orações.

Partindo do objetivo geral, estabelecemos os seguintes objetivos específicos:

- Verificar os fatores linguísticos e extralinguísticos que favorecem a hipotetização, nas orações gerundivas, como um domínio paralelo ao da condicionalidade;
- Identificar traços morfológicos e textuais-discursivos, como a correlação verbal, correferencialidade, posição, formas perifrásticas modais caracterizadoras das estruturas hipotáticas com teor de hipótese;
- Identificar e analisar fatores inerentes ao funcionamento das orações de gerúndio, a partir dos princípios de iconicidade e da marcação, visando a traçar um *continuum* representativo da prototipicidade verbal no domínio da hipotetização.

Para alcançarmos esses objetivos e comprovar/refutar tais hipóteses, situamo-nos num percurso metodológico que, a seguir, será descrito.

1.1 Percurso metodológico da pesquisa

Realizamos uma pesquisa de abordagem quantitativa e qualitativa, com um caráter descritivo-interpretativista¹². Nesse sentido, o método é quantitativo, visto que a pesquisa consiste em quantificar os dados relativos ao objeto de estudo (estruturas adverbiais reduzidas introduzidas por verbos do campo semântico da hipótese) e, de forma concomitante, a abordagem é qualitativa, já que vamos descrever o comportamento dessas estruturas, conforme o tipo de forma verbal, considerando, para a análise dos fenômenos, critérios para determinar os diferentes comportamentos.

É preciso mencionar que, em situação inicial de pesquisa, pensávamos em contemplar no rol de verbos com teor lexical mais hipotetizador formas como *achar*, *conjecturar*, *parecer*, *pensar* e *presumir*¹³; mas estas foram descartadas por alguns motivos: (a) apresentavam-se em estruturas não hipotáticas, na maioria das vezes, performando como verbos de locução; (b) tinham baixa frequência de ocorrências nos jornais analisados, o que parece sugerir questões de estilo dos gêneros discursivos e dos autores. Por essa razão, restringimo-nos aos verbos já citados: *supor*, *prever*, *imaginar* e *considerar*.

Quanto à natureza das fontes utilizadas para a obtenção dos dados, podemos afirmar que esta pesquisa é documental, pois tem como fonte documentos, especificamente, textos jornalísticos¹⁴ disponíveis em jornais na *web*. Para esta coleta, utilizamo-nos, dentro desses portais, do *link* de busca como acesso aos excertos com as formas gerundivas selecionadas que funcionassem como oração satélite. Os documentos analisados se apresentam em formato eletrônico, disponível em dois *sites* e, também, em aplicativo em *smartphone*¹⁵. Optamos pela busca nos *sites*, já que estes têm um acervo mais amplo, o que, provavelmente, proporcionar-nos-ia maior produtividade quanto à realização da tarefa.

¹² Ao defendermos uma pesquisa com esse método, procuramos “[...] entender, interpretar fenômenos sociais inseridos em um contexto.” (BORTONI-RICARDO, 2008, p.34), assumindo, pois, um caráter de interpretação dos fenômenos sintáticos com enfoque, também, em fatores extralinguísticos.

¹³ Em *Manual de Semântica*, Cançado (2008) classifica esses verbos como *não-factivos*, uma vez que não pressupõem a verdade de seus complementos. Ressalte-se, nesse sentido, que tomar alguma coisa como verdade, não significa, necessariamente, aferir que essa coisa é verdade no mundo biossocial, ressalva em que nos deteremos mais à frente.

¹⁴ A escolha por gêneros da esfera jornalística se deu em razão do teor de polêmica, de posicionamentos valorativos e da carga argumentativa que possuem, tendo em vista que uma das formas de argumentar é revelar a causa e a hipótese dos fenômenos.

¹⁵ A versão do aplicativo do Estadão, que foi adquirida por meio de compra na *Play Store*, é compatível ao sistema *Android 5.0*. Ela proporcionou uma busca mais dinâmica das ocorrências.

Convém destacar que foi nossa preferência estudar, em sincronia, esse objeto, o que justifica o decurso de quatro anos – 2016 a 2019. A escolha desse transcurso também se dá em razão de ver o comportamento e a frequência de ocorrências que fossem, representativamente, produtivas e que nos sinalizassem possibilidades de generalizações a partir dos resultados das nossas análises. Os dados, extraídos de forma manual, estão quantificados conforme demonstra a Tabela 01, a seguir:

Tabela 01 - Quantificação do *Corpus*

	2016		2017		2018		2019		Total	
Verbos	Est	Trib	Est	Trib	Est	Trib	Est	Trib	Est	Trib
Supor	9	5	12	5	7	2	7	4	35	16
Imaginar	13	8	6	4	8	3	11	8	38	23
Prever	11	7	11	5	11	5	5	6	38	23
Considerar	20	10	25	16	28	28	27	29	100	83
									211	145
Total de ocorrências									356	

Fonte: elaboração própria

A presente amostra configura os usos do português brasileiro contemporâneo quanto à manifestação do fenômeno em tela. Logo, no *corpus* desta tese, registra-se o contingente de 356 dados/ocorrências distribuídos em textos de diferentes extensões e gêneros. É interessante observar que a quantidade total de textos catalogada em cada jornal foi aproximada tanto por ano quanto por verbo. Os gêneros discursivos selecionados abrangem artigos de opinião, editoriais, notícias e reportagens cujos fragmentos expostos no decorrer da análise serão identificados de forma abreviada pelas iniciais: artigo de opinião (A), carta do leitor (CL), editorial (E), entrevista (ET), horóscopo (H), notas (NT), notícias (N), reportagem (R) e resenha (RA). As ocorrências apresentadas nesses gêneros aparecem em jornais digitais (*webjornalismo* e jornalismo *on line*¹⁶) de circulação nacional brasileira como: *Estadão* e *Tribuna do Norte*, os quais são abreviados na tabela acima, correspondentemente, em *Est* e *Trib*.

¹⁶ Conforme Mielniczuk (2003), o *webjornalismo* diz respeito à utilização de uma parte específica da Internet, que é a *web*. Logo, uma produção de conteúdo jornalístico feita exclusivamente para este espaço de circulação de conteúdos, a rede mundial de computadores. Já o jornalismo *on line*, ainda segundo a autora, é desenvolvido utilizando tecnologias de transmissão de dados em rede e em tempo real. Portanto, este jornalismo se define por ser aquele em que as empresas de comunicação de massa se apropriam da *web* para divulgarem seus produtos.

Convém lembrar que o foco está no fenômeno em si, e não na relação entre os gêneros¹⁷ e o tipo de sequência que eles apresentam. Porém, não descartamos a interveniência dos gêneros discursivos nas escolhas linguísticas/lexicais ligadas a esse fenômeno, tendo em vista que acreditamos que as configurações estilístico-composicionais têm sua origem ligada ao objeto do discurso e, nesse caso, ao processo de produção da comunicação jornalística. Ocorre que, inicialmente, por partirmos da esfera jornalística, acreditávamos, ainda sem comprovação, que essas orações de gerúndio estariam, de forma total, a serviço dos tipos predominantemente argumentativos e expositivos, já que os enunciados ou eventos discursivizados por essa esfera tratavam de temas como mudança política, crises financeira e política, eleições, reforma previdenciária etc. Focalizar nesse enquadramento, mesmo em dois jornais, em um decurso de quatro anos, não nos possibilitou uma quantificação suficientemente representativa para a catalogação das ocorrências. É uma vez que o fenômeno de hipotetização também se manifestou em textos de trama argumentativa, a exemplo da notícia, não descartamos estes dados. Por fim, não desprezamos que, em desdobramentos possíveis desta tese, poderemos nos ater à forma de como o grau de incorporação da hipótese poderia se revelar, de maneira diferenciada ou não, nos recursos linguísticos e nas estratégias de introdução e de incorporação do discurso do outro.

A escolha dos dois suportes/veículos de estudo se deu por quatro razões que são assinaladas, de modo sintético, após uma breve apresentação dos jornais. O Estadão – S/A O Estado de S. Paulo – sediado em São Paulo, foi fundado em 1875 e, desde 1995, funciona, também, como um jornal *on-line*, digital. Desde 1990, esse jornal é orientado pelo *Manual de Redação e Estilo* dedicado ao ofício de “[...] dar tiros certos contra o desconhecimento da língua.” (MARTINS FILHO, 1997, p. 5) e de “[...] expor, de modo ordenado e sistemático, as

¹⁷ Os gêneros selecionados têm trama predominantemente argumentativa, excetuando-se as *entrevistas*, *horóscopo* e *notas*, os quais ainda podem favorecer uma hibridização tipológica com outros tipos textuais. Ressalte-se, ainda, que o uso das estruturas gerundivas com os verbos epistêmicos listados foi mais recorrente em gêneros como artigo de opinião e editorial, mesmo não sendo esse um critério de escolha, *a priori*. Segundo Gomes (1992), tomando como referência as contribuições dos estudos sobre gêneros jornalísticos advindas de José Marques de Melo, o artigo caracteriza-se como uma matéria em que o autor desenvolve uma ideia e apresenta uma opinião. É produzido sob um ponto de vista e, dentro das atividades do jornalismo, por ser uma colaboração, confere liberdade ao seu autor em relação ao tema, ao juízo de valor e à maneira de expressão verbal. Para Cunha (2005, p. 179), “o artigo de opinião é constituído de outros discursos sobre os fatos comentados e de antecipações das objeções do leitor, para fazer aderir ao seu ponto de vista e para criticar os outros com os quais mantém uma relação de conflito. Tudo isso comprova que o texto é o lugar da circulação de discursos, mostrados ou não, e o sujeito não é a fonte do sentido, mas o constrói no trabalho incessante com o já-dito”. Por seu turno, o editorial é um gênero que não reflete e refrata apenas a opinião dos proprietários dos veículos de comunicação de massa, mas, também e principalmente, “[...] o consenso das opiniões que emanam dos diferentes núcleos que participam da propriedade da organização.” (ARBEX JÚNIOR, 1992, p. 91). Logo, essa concepção dinamiza a noção de que o editorial se constitui pelos mecanismos concretos e ideológicos que determinam sua produção, regulando e interditando dizeres.

normas editoriais e de estilo adotadas pelo **Estado**.” (MARTINS FILHO, 1997, p. 9). Em 23 de junho de 2021, a própria redação do jornal, com base nos dados Instituto Verificador de Comunicação (IVC), declarou que era líder em circulação impressa no Brasil, totalizando uma média diária de 76,4 mil exemplares, frente a 72,8 mil de *O Globo*, que ficou como 2º colocado nesse *ranking*.

Por seu turno, a Empresa Jornalística Tribuna do Norte Ltda – Tribuna do Norte – é um jornal brasileiro, sediado e editado na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte. Desde 1997, o grupo mantém um portal de notícias na internet com conteúdos referentes aos níveis municipal, estadual, nacional e internacional, voltados a várias colunas, linhas de editorias, classificados etc. Mensalmente, esse portal registra pouco mais de 10 milhões de visualizações e, segundo dados do IVC, é o jornal potiguar com maior abrangência de circulação no Estado, o que lhe confere um grau de relevância social. Não encontramos nenhum manual de redação oficial desta empresa, o que nos faz presumir que sua redação seja centrada nas orientações de cunho normativo.

Sendo assim, resumizamos o critério de escolha desses dois jornais: **(a)** o grau de monitoramento linguístico a que, possivelmente, esses falantes (produtores dos textos) são submetidos; **(b)** a diversidade de falantes que, sociolinguisticamente, estão distribuídos em regiões diferentes do país – São Paulo como representativo da região sudeste, e Natal, do nordeste; **(c)** o volume de circulação de edições diárias que esses jornais possuem, isto é, pela representatividade quanto à abrangência social e, por fim, **(d)** a facilidade de busca de arquivos nos acervos.

Feitos tais esclarecimentos, importa evidenciar que, inicialmente fizemos a quantificação de ocorrências, separadas conforme o tipo de verbo e, em seguida, conforme o sentido da estrutura adverbial e articulação oracional entre a hipotática e a nuclear. Para empreender a categorização sintática, semântica e textual-discursiva das estruturas sob análise, utilizamos os seguintes critérios: **(i)** a correferencialidade entre os sujeitos das orações (satélite/matriz); **(ii)** a correlação dos tempos verbais¹⁸ entre as estruturas (prótase/apódose); **(iii)** a categorização das formas verbais (simples e perifráicas) nessas estruturas; finalmente, **(iv)** a posição das orações adverbiais.

¹⁸ No tratamento da correlação dos tempos verbais, estritamente no que se refere aos predicadores complexos (passiva analítica, locução verbal e tempo composto), categorizaremos o tempo com base no verbo auxiliar, que é o responsável pelas informações gramaticais (tempo/modo e/ou modalização).

A fim de chegarmos não somente à identificação de membros prototípicos, como também ao reconhecimento de estratégias que materializam especializações de usos mais hipotetizadores em orações gerundivas, fez-se necessária a aplicação dos seguintes princípios funcionalistas: *iconicidade*, *marcação* e *prototipicidade*.

Para averiguar, em se tratando da relação hipotética, se a estrutura linguística das adverbiais gerundivas espelha a experiência do mundo biossocial, em que uma hipótese antecede o consequente, baseamo-nos no princípio da iconicidade, atentando ao teor lexical das formas verbais selecionadas, à integração dos constituintes oracionais, à ordenação e à quantidade dessas estruturas. Para aferir as complexidades estrutural e cognitiva que, provavelmente, interferem nas escolhas dos usuários, procuramos identificar as formas gerundivas que são estruturalmente maiores e que potencialmente demandam maior esforço cognitivo, o que revelará o princípio da marcação; e, por fim, para identificar, dentre as formas verbais em estudo, qual delas se aproxima ou se distancia do protótipo da hipotetização, aplicamos o princípio de prototipicidade, verificável pela frequência e pela análise semântica dos verbos associada ao parâmetro de factualidade, o que nos auxiliou na proposição de um *continuum* no interior desse domínio funcional.

Expostos os parâmetros de análise, passemos, agora, à forma como está organizado este trabalho. Além desta introdução, na qual também se encontra o percurso metodológico da pesquisa, esta tese apresenta a seguinte configuração: aos capítulos 2 e 3, os quais são predominantemente teóricos, somam-se os capítulos 4 e 5, de natureza analítica.

O capítulo 2 – **Da causa-condição à hipótese: diferentes enfoques sobre orações hipotáticas gerundivas** –, assemelhando-se a um Estado da Arte, parte da caracterização semântica das orações adverbiais condicionais até chegar à ideia de um *continuum* de factualidade que leva à noção de hipótese. Para validar esse percurso do + factual ao – factual, na estrutura assim configurada: [(gerúndio¹⁹ + que + oração finita /encaixada com função de objeto direto) + matriz], discorreremos sobre grau de vinculação sintática, correlação dos tempos verbais, posição e tipo de sujeito, fazendo a associação com o teor lexical das quatro formas verbais que introduzem a construção citada.

¹⁹ Nessa configuração sintática, a forma gerundiva assume papel de transpositor tanto quanto uma conjunção subordinativa, pois é um elemento que transpõe a oração degradada ou subordinada ao nível de equivalência de um substantivo, ou seja, é responsável por mudança categorial, uma vez que auxilia no processo de formação de sintagmas derivados de outras unidades - sintagma básico ou orações. (BECHARA, 2015)

O capítulo 3 – **Abordagem geral sobre o Funcionalismo Linguístico** – traz o esboço dos conceitos fundantes da Sintaxe Funcionalista, especificamente a partir dos estudos realizados pela vertente Norte-americana. Para tanto, pontuamos de forma detalhada os princípios: 1) iconicidade; 2) marcação; 3) prototipicidade e 4) gramaticalização e vinculação oracional que norteiam a análise do fenômeno a ser realizada no capítulo 5.

Já o capítulo 4 – **Hipotaxe adverbial hipotética: aspectos sintáticos e funções textual-discursivas** – compromete-se, sobretudo, em analisar o comportamento sintático-textual das orações hipotáticas sob os seguintes aspectos: (1) a correferência dos sujeitos nas orações nuclear (apódose) e satélite (prótase); (2) a ordem das orações adverbiais, o contexto estrutural/pontuação e (3) a correlação modo-temporal dos verbos das duas orações, tendo como propósito demonstrar os níveis de hipotetização.

Por fim, o capítulo 5 – **Orações hipotáticas gerundivas hipotéticas: as motivações funcionais que estabelecem o protótipo da categoria**, também de incursão analítica, pauta-se na aplicação dos princípios de iconicidade, de marcação e de prototipicidade, observando-se fatores ligados ao contexto de uso das orações gerundivas. Dedicar-se ao compromisso de revelar, pelo controle da frequência e de outros critérios funcionais relacionados ao domínio da hipotetização, um *continuum* de prototipicidade representativo das orações de gerúndio com esse sentido.

A fim de adentrar nesse percurso sobre as orações hipotáticas gerundivas, vamos, então, ao capítulo 2.

2 DA CAUSA-CONDIÇÃO À HIPÓTESE: DIFERENTES ENFOQUES SOBRE ORAÇÕES HIPOTÁTICAS GERUNDIVAS

Conforme já explico tanto no título desta tese quanto na introdução, nosso objetivo é produzir uma pesquisa, de caráter teórico e empírico, que contemple no Estado da Arte a caracterização sobre os critérios semânticos, pragmáticos e sintáticos das orações adverbiais causais, condicionais e hipotéticas, pertencentes ao domínio semântico mais amplo, a causalidade. Por essa razão, traçamos o seguinte percurso para este capítulo: após a exposição da abordagem da relação de condicionalidade pela Semântica Lógico-Formal, passaremos à apresentação dos compêndios gramaticais (normativos/descritivos), finalizando com as abordagens cognitivista e funcionalista.

Neste percurso, consideramos, ainda, pertinente destacar as particularidades dessas orações, no que diz respeito ao grau de vinculação sintática, correlação dos tempos verbais, posição e tipo de sujeito, além do aspecto semântico, no que concerne aos domínios da causalidade, da condicionalidade e da hipoteticidade, tomando como parâmetro duas ocorrências desse modelo estrutural representativas do nosso *corpus*.

2.1 A condição sob a ótica da semântica lógico-formal

Remontam-se à Antiga Grécia as explicações sobre condicionalidade com base em critérios lógicos-semânticos. A descrição sobre valores de verdade, ou verofuncionais, é tratada por um método lógico-formal cuja ocupação é, também, a de descrever acerca da *verdade de uma condicional* de uma sentença.

De acordo com a Lógica Clássica, o equacionamento do valor de verdade de uma proposição (sentença declarativa afirmativa), em uma relação de implicação ou de bi-implicação²⁰, é realizado no sentido material, uma vez que essa lógica não se importa com a verdade das premissas. Ocupando-se das regras do pensamento correto, ela defende que a correção ou incorreção lógica de uma relação de enunciados depende exclusivamente da associação entre as premissas e a conclusão independentemente de as premissas serem verdadeiras.

Essa Lógica Clássica define os enunciados condicionais (também chamados de hipotéticos ou de implicativos) como aqueles que são constituídos por meio da estrutura “se

²⁰ A implicação é falsa se, e somente se, o antecedente é verdadeiro e o consequente é falso. A bi-implicação é verdadeira se, e somente se, seus componentes são ou ambos verdadeiros ou ambos falsos.

p... então q...”, em que *p* representa a proposição correspondente à oração subordinada em prótase, e *q*, a oração nuclear, em apódose. A condicionalidade é expressa por meio de um enunciado composto, no qual se combinam duas proposições: a primeira introduzida pelo *se*, e a segunda, por *então* (mesmo que implícito). Nessa ordem, a oração introduzida por *se* denomina-se antecedente e a outra, consequente. Na visão da autora, diferente da conjunção²¹ e da disjunção²², que são relações comutativas, o arranjo condicional afirma que seu antecedente implica seu consequente ($p \supset q$). Esse arranjo condicional não declara que o antecedente é verdadeiro, mas tão-somente que, se o antecedente for verdadeiro, o consequente também o será. De modo semelhante, não afirma a verdade do consequente, mas apenas que este só será verdade quando o antecedente também o for. Por essa razão, a significação dessa combinação das proposições é de implicação que há entre as duas proposições. Como exemplo disso, tem-se:

1. Se gatos são peixes, então eles sabem nadar. (OLIVEIRA, 2001, p. 155)

Observa-se, em 1., uma estrutura linguística condicional cujas proposições estão unidas pelo “se...então”, o que resulta em uma sentença complexa verdadeira. Apesar de a conclusão expressa em (*q*) ser contraintuitiva, não ser garantida no mundo biossocial, a Lógica Clássica assegura uma ligação causal entre a sentença antecedente e a consequente; para ela, a única forma de a implicação de uma condicional ser falsa se dá quando o seu antecedente for verdadeiro (*Gatos sendo peixes*), e o consequente, falso (*não sabendo nadar*). Em suma, do ponto de vista formal-lógico, uma condição só é falsa quando, no antecedente, há uma promessa, e, no subsequente, o seu não cumprimento.

No entanto, na manifestação da linguagem cotidiana, conforme defende Hirata-Vale (2005), o uso de condicionais ocorre diferente dessa lógica. A autora defende que a expressão do valor condicional, estabelecida entre a *prótase* e *apódose*²³, pode apresentar diferentes nuances de formas de expressão, uma vez que a relação de *p* e *q*, por exemplo, pode ser de causalidade: *p* (causa) *q* (consequência). Ademais, a pesquisadora nos mostra que, quando o

²¹ Do ponto de vista estritamente lógico, tem-se conjunção ($p \wedge q$) quando se afirmam dois estados de coisas conjuntamente, de modo que ela será verdadeira se e somente se ambas as proposições forem verdadeiras. Ex.: Chove e faz frio.

²² A disjunção articula proposições através da conjunção *ou*. Na disjunção *inclusiva* (Serei mestre ou serei doutor), percebe-se que o *ou* significa que uma ou outra, possivelmente ambas são verdadeiras. Na *exclusiva* (Ou serei feliz ou serei triste), é verdadeira somente nos casos de uma ou outra das proposições ser verdadeira, mas nunca ambas.

²³ Com base em Neves (1999, p. 497), no âmbito “[...] de uma construção condicional a *proposição* subordinada é tradicionalmente chamada de *prótase* e a principal é chamada de *apódose*.”.

falante conhece ou não quer deixar em aberto os valores de verdade de *p* e *q*, essa construção não seria condicional, mas levaria em conta outros valores semânticos, como o de temporalidade, de habitualidade, de hipoteticidade, de necessidade etc. Diante dessa afirmação, reacentua-se o nosso interesse de pesquisa.

A relação de implicação, apresentada por Koch (2011), pode ser de vários tipos de conexão: lógica, de caráter definidor, causal e de decisão. De todo o exposto, a autora conclui que a relação de condicionalidade “[...] engloba as de causalidade (proposições causais, consecutivas e finais), bem como as proposições conclusivas da gramática tradicional.” (KOCH, 2011, p. 125).

Na descrição de articuladores de relações lógico-semânticas, especificamente a respeito da condicionalidade, Koch e Elias (2016) defendem que a construção *se p então q* está configurada em uma conexão oracional em que o “SE”, conector prototípico dessa relação, introduz um fato real ou hipotético, ou uma premissa, que se associa a uma consequência ou inferência. Assim, asseguram que *p* é a condição para realização; por sua vez, *q*, a consequência da resolução da condição enunciada. Percebe-se, diante disso, que *q* sempre encerra a causa que acarretou a consequência nela contida; ainda na visão dessas autoras, *p* pode ser iniciada por meio de conectores como: caso, desde que, contanto que, a menos que, sem que, a não ser que, salvo se.

Na esteira do estudo sobre as orações condicionais, apresentaremos, na próxima subseção, um panorama quanto ao tratamento desse domínio semântico em diferentes compêndios gramaticais.

2.2 O ponto de vista dos compêndios gramaticais tradicionais

Neste tópico, exporemos, de forma descritiva, o que diz a tradição gramatical quanto à condicionalidade, perspectiva que engloba a hipótese pertencente a este domínio. Inicialmente, convém destacar que, para essa tradição, é ponto consensual o fato de que as conjunções condicionais são subordinativas e iniciam orações subordinadas adverbiais. O quadro a seguir sintetiza, a partir de um levantamento em gramáticas tradicionais²⁴, as conjunções condicionais do português contemporâneo. Vejamos o Quadro 01, a seguir:

²⁴ Concebemos, com base em Azeredo (2008), gramática tradicional como um conjunto de regras da língua que, sob o enfoque da atividade prescritiva ou normativa, atua em função de um juízo de valor social com o objetivo predominantemente pedagógico do controle do uso da língua e de seu ensino com base em regramentos da variedade padrão.

Quadro 01 – Conjunções subordinativas condicionais em compêndios gramaticais

CONJUNÇÕES SUBORDINATIVAS CONDICIONAIS	
Melo (1978)	Se, caso, a não ser que, sem que.
Luft (2001)	Se, caso, sem que (se não), uma vez que, a não ser que, exceto se, a menos que etc.
Cunha e Cintra (2001)	Se, caso, contanto que, salvo se, sem que [=se não], dado que, desde que, a menos que, a não ser que etc.
Rocha Lima (2011)	Se, caso, contanto que, sem que, uma vez que, dado que, desde que etc.
Bechara (2015)	Se, caso, sem que, uma vez que (com o verbo subjuntivo), desde que (com o verbo no subjuntivo), dado que, contanto que etc.

Fonte: elaboração própria

Como se percebe, em todas as gramáticas tradicionais listadas acima, as conjunções “se” e “caso” são articuladores comuns e recorrentes quando se trata da condição. Nessa descrição, observa-se que o conector “sem que”, enfatizado por Luft (2001) e por Cunha e Cintra (2001), pode ser usado em contexto de condição e quando somente for substituível pelo “se não”.

Ademais, merece atenção o fato de que é, única e exclusivamente, Bechara (2015)²⁵ quem coloca ressalvas, entre parênteses, quanto aos usos de “desde que”²⁶ e de “uma vez que”, relacionando, assim, o modo verbal ao matiz semântico; diferentemente de Luft (2001) e de Rocha Lima (2011), ele assegura que, por exemplo, o conector “uma vez que (com o verbo subjuntivo)” assinala condição, mas é causal quando está relacionada a verbo no indicativo.

Tomando como base esse levantamento, nota-se que esses gramáticos, em sua maioria, no primeiro momento, ao apresentarem as conjunções subordinativas arroladas na

²⁵ É importante compreender que, segundo a Historiografia Linguística, gramática tradicional é aquela pertencente a uma dada tradição linguística ou é uma gramática fundada em um repertório de conceitos teóricos atinentes a várias tradições. A nossa motivação para inclusão de Bechara no rol dos gramáticos tradicionais não se dá de forma inidônea ou reducionista. Em matéria de descrição linguística, compreendemos que os registros de Bechara confluem não só para a formação pedagógica de um compêndio escolar escrito, mas também para além da fronteira tradição vs. descrição, aliando sempre uma descrição sincrônica da língua a uma visão da gramática normativa, notas reconhecidas por ele mesmo em alguns de seus prefácios. Ressalvamos, ainda, que conforme Bagno (2012), a obra de Bechara funciona como uma fronteira entre a tradição prescritiva e uma abordagem mais sintonizada com os avanços da linguística científica. Sua vinculação à tradição é atestada pelo recurso às abonações literárias de autores pertencentes a um grupo mais restrito e “[...] por diversas recaídas em posturas marcadamente prescritivas.” (BAGNO, 2012, p.24).

²⁶ Em nota de observações, Bechara (2015), em sua gramática, chama atenção para o fato de que o emprego do *desde que*, em sentido causal, é contestável, uma vez que o considera apenas vinculado à ideia temporal (assim que) ou à condicionalidade.

condicionalidade, não apresentam uma distinção entre conjunções e locuções conjuntivas, talvez, por tratá-las como equivalentes. No entanto, Cunha e Cintra (2011) apresentam o conceito de locuções conjuntivas como as “[...] numerosas conjunções formadas da partícula ‘que’ antecedida de advérbios, de preposições e de participios: desde que, antes que, já que, até que, sem que, dado que, posto que, visto que etc.” (CUNHA; CINTRA, 2011, p. 590).

Do ponto de vista conceitual, encontram-se algumas explicações sobre as conjunções condicionais, sobre o fenômeno da condicionalidade, estendendo-se a enquadramentos como: (i) “[...] condição necessária para que se realize ou se deixe de realizar o que se declara na oração principal; um fato – real ou suposto – em contradição com o que se exprime na principal.” (BECHARA, 2015, p. 344), ou como estruturas que (ii) “[...] iniciam uma oração subordinada em que se indica uma hipótese ou uma condição necessária para que seja realizado ou não o fato principal.” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 587). Tendo como ponto de partida essa visão tradicional, demonstra-se, nos excertos acima, uma categorização gramatical linear, sem considerar a versatilidade dos planos morfológico, lexical e sintático, relegando os matizes semânticos e a orientação intersubjetiva do falante, o que nos faz assegurar que essas definições são questionáveis não só no que se refere à categorização rígida das conjunções, mas também no fato de que não levam em conta a fluidez categorial e as intenções do falante quanto ao seu projeto discursivo.

No segundo momento, do ponto de vista oracional, esses gramáticos engendram a condicionalidade como um fenômeno sintático que ocorre por meio de uma oração adverbial, de forma reduzida ou desenvolvida, marcada por uma “[...] circunstância de que depende a realização do fato contido na principal.” (ROCHA LIMA, 2011, p. 346), ou como, de forma minimalista, caracterizada quando “[...] a conjunção é subordinativa condicional.” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 606). Não há, nessas duas definições sem absoluta nitidez quanto a, primeiramente, quais “circunstâncias” podem ser expressas nessa relação de dependência e, em segundo lugar, o quanto parece fixo o quadro de conjunções que separa as orações condicionais de outros domínios.

Dessas classificações tradicionais, observa-se que um desses manuais tem o seu desbordamento conceitual vinculando as orações condicionais, de forma equivalente, às hipotéticas. Rocha Lima (2011), ancorado em Garcia (2010), ao tomá-las como sinônimas, define as formas mais comuns de sua expressão:

(a) fato de realização impossível (hipótese irrealizável):
Se eu tivesse vinte anos, /casar-me-ia com você.

- (b) um fato cuja realização é possível, provável, ou desejável:
 Se eu algum dia ficar rico,/ não me esquecerei de meus amigos.
 (c) desejo, esperança, pesar [...]
 Se ele deixasse!... (ROCHA LIMA, 2011, p. 346).

Como se vê, inicialmente, o conector condicional característico parece ser o “SE”, que é fator de exigência de verbos no subjuntivo (pretérito imperfeito, futuro). Ao fazer um entrecruzamento de critérios semânticos e morfológicos (correlação dos modos e tempos verbais), o gramático defende que essas formas de expressão, intituladas de hipotéticas, aparecem em (a) como uma hipótese *irrealizável/impossível*, uma vez que o tempo de ação das orações é completo, *perfectum*: “Se eu tivesse vinte anos, /casar-me-ia com você” (o pretérito imperfeito do subjuntivo – *tivesse* – e o futuro do pretérito pronominal – *casar-me-ia* – são tempos de ação completa, ação terminada); em (b), o que constitui o traço mais hipotético, apresentado pelo autor, é o fato de os verbos da subordinada e da principal exprimirem ação incompleta, *imfectum*: “Se ficar, esquecerei”; por último, em (c), o desejo é expresso por uma oração exclamativa ou reticenciosa, em que a oração principal revela um complexo de situações relativamente indefinível ou não claramente mentado: “Se ele deixasse!...”.

Além da correlação com o subjuntivo, esse autor defende que o uso do indicativo apresenta um realce mais enfático, com um valor mais impositivo, conforme atesta, por exemplo, a partir do uso do conector “contanto que”. Apesar de esse uso ser menos comum que o “se”, a tonalidade dada à condição é mais imperativa. Vejamos estes exemplos, apresentados pelo autor:

2. *Se* não me ouvem em silêncio, calo-me.
3. Emprestar-te-ei o livro, / *contanto que* me restituas amanhã. (ROCHA LIMA, 2011, p. 347).

Em 2., a oração principal, que está no indicativo, encerra ideia de ameaça, de um acontecimento iminente ou daquilo que se deu, possivelmente, no momento da fala, o que, segundo Rocha Lima (2011), é de valor mais impositivo. O “contanto que”, em 3., parece ter nuance mais imperativa do que a conjunção “se” poderia denotar nessa mesma estrutura. O verbo dessa subordinada está no presente do subjuntivo, referenciando um fato que ainda não se verificou ou aconteceu; nesse caso, “contanto que” sugere que a condição imposta “me restituas”, marcada temporalmente, é indispensável para a garantia do sucesso do empréstimo do livro.

Dentro desse mesmo escopo de força imperativa, estão arroladas, também, as locuções *sem que, a menos que e salvo se*.

Vejamos alguns exemplos apresentados pelo autor:

4. Não dê conselhos, /sem que lhe sejam pedidos.
5. Não dê conselhos, / a menos que lhe sejam pedidos.
6. Não dê conselhos, / salvo se (exceto se) lhe forem pedidos. (ROCHA LIMA, 2011, p. 347).

De forma geral, observa-se a correlação dos modos e tempos verbais exigidos pelas locuções conjuntivas. Essas orações têm um ponto em comum: opõem-se pelo sentido, funcionando como uma espécie de antinomia entre o verbo da principal e o da subordinada; em outros termos, há uma negação na principal e, na subordinada, uma afirmação. De modo inverso, teríamos ainda: se uma fosse afirmativa, a outra seria negativa. Uma observação curiosa, com base em Garcia (2010), está contida em 4., tendo em vista que a preposição “sem”, presente na locução, tem valor de adjunto adverbial condicional quando a principal é negativa: “sem que lhe sejam pedidos”. No entanto, em sendo a locução em que entra o “sem” de valor afirmativo, esta passaria a ter valor mais concessivo: “Dê conselhos, / embora não lhe sejam pedidos”.

As construções 5. e 6. possuem similaridades enfáticas de condição, sobretudo 6, em que o “se”, em “salvo se”, funciona com uma partícula focal de realce da condicionalidade. De forma geral, os conteúdos proposicionais dessas orações subordinadas são hipotéticos, uma vez que dão margem à ocorrência ou não do evento. Como é possível notar nestas duas últimas orações, as locuções estão em um estágio concessivo-condicional, os quais poderiam ser analisados quanto à factualidade ou à eventualidade das informações.

Bechara (2015, p. 514), ao se referir à condicionalidade, declara que as condicionais “[...] não só exprimem condição, mas ainda podem encerrar as ideias de *hipótese, eventualidade, concessão, tempo*, sem que muitas vezes se possam traçar demarcações entre esses vários campos do pensamento.”. Adverte, ainda, que, como essas flutuações aspiram à “interpretação textual”, uma vez que essas ideias pertencem ao plano textual, representam casos que, segundo ele, fogem à alçada de uma prescrição gramatical. Considerando essa descrição, não podemos perder de vista, por exemplo, que condicionalidade e hipoteticidade não são sinônimos, tendo em vista que são diferentes quanto às propriedades semânticas, às pragmáticas e aos estatutos informacionais.

Além dessas estruturas desenvolvidas, a tradição também nos mostra que tais orações adverbiais podem aparecer sob formas reduzidas, “[...] quando não apresentam nexos subordinativos e têm o verbo no infinitivo, no gerúndio ou no particípio.” (CUNHA; CINTRA, 2001, p. 611). Vejamos estes exemplos:

7. Desaparecendo (em desaparecendo) a causa, / cessará o efeito.
8. Desaparecida a causa, / cessará o efeito.
9. A desaparecer a causa, / cessará o efeito. (ROCHA LIMA, 2011, p. 347).

Nessa ordem, respectivamente, temos uma oração condicional que se converteu ao gerúndio “desaparecendo”, ao particípio “desaparecida” e ao infinitivo “desaparecer”. Como se percebe, podemos alterar a maneira de expressar a subordinada sem nos utilizarmos dos três modos verbais – indicativo (desapareceu), subjuntivo (desaparecesse) e o imperativo (desapareça) – os quais são formas verbais finitas que dão estatuto de formas desenvolvidas às orações. No entanto, dizemos que 7., 8. e 9. “[...] são orações reduzidas, porque apresentam o seu verbo (principal ou auxiliar, este último nas locuções), respectivamente no infinitivo, gerúndio e particípio (reduzidas infinitivas, gerundiais e participiais).” (BECHARA, 2015, p. 528).

Em nota sobre o conceito de oração reduzida, Bechara (2015) apresenta que, dentro e fora da gramática portuguesa, o conceito de oração reduzida tem sido muito diversificado. A opinião mais generalizada, segundo esse estudioso, é a de que construções com verbos não finitos (infinitivo, gerúndio e particípio) não recebem o estatuto de oração, pois o que caracterizaria essa relação predicativa seria a presença de verbos finitos (termo argumental) nas desenvolvidas. Sendo assim, as formas reduzidas seriam uma subunidade da oração, um termo dela, funcionando, no caso do adjunto adverbial, como um termo não argumental. No entanto, esse gramático opta “[...] por dar estatuto à parte as reduzidas de qualquer forma nominal do verbo desde que apresentem autonomia sintática dentro do enunciado e possam estar estruturadas analogamente às orações com verbos de forma finita, as desenvolvidas.” (BECHARA, 2015, p.530).

Bechara (2015) também chama atenção ao fato de que algumas orações adverbiais, mesmo quando justapostas, têm um valor contextual adverbial de condicionalidade:

10. Tivesse eu dinheiro, conheceria o mundo.
11. Não fora a escuridão, veria o perigo.

12. Vencesse eu, e não me daria o prêmio. (BECHARA, 2015, p. 524)

Nos exemplos 10. e 11., a justaposição, no nível do texto, marca uma interpretação condicional, tendo em vista que se vincula ao fato de que, correspondentemente, os verbos no tempo imperfeito do subjuntivo – *Tivesse* –, e o no pretérito mais-que-perfeito do indicativo – *fora* – estão na anteposição ao sujeito. Nesse caso, à luz desse estudioso, mesmo com o “SE” implícito às formas verbais, o que garante a condicionalidade é a ordenação sintática do sujeito, isto é, o fato de ele estar posposto ao verbo. Por sua vez, a justaposição em 12., tendo a segunda oração iniciada pelo conector *e*, comprova que não é o subjuntivo apenas que demarca a condição e, diferente, de 10., 11., e 12. parece ter um valor com ênfase concessiva.

Ampliando o escopo dos trabalhos desses gramáticos, Azeredo (2008), com uma proposta voltada à aferição dos usos da variedade padrão escrita, observa que as nove subclasses semânticas – causais, comparativas, concessivas, condicionais, conformativas, consecutivas, finais, proporcionais e temporais – nem sempre se distinguem com clareza. Essa dificuldade na distinção se manifesta ao levar em conta as variações proximais de um mesmo significado, ou até as construções que detêm conteúdos mistos.

Como uma proposta de redefinição da tradição, a fim de trazer mais clareza quanto à distinção, Azeredo (2008) distribui as orações adverbiais em quatro blocos, seguindo um critério que leve em consideração as proximidades de sentido: GRUPO 1: causalidade (causais, condicionais, finais, consecutivas) GRUPO 2: situação (temporais, locativas, proporcionais) GRUPO 3: comparação (comparativas, conformativas) GRUPO 4: contraste (contrastivas e concessivas). Como se percebe, para esse estudioso, as condicionais estão dentro de um domínio semântico maior²⁷, o da causalidade, e isso é justificado porque, na visão do autor, o conteúdo da oração condicional nem sempre expressa a causa hipotética do conteúdo da oração principal. Para ele, o que separa a causalidade da condicionalidade é a distinção de atitudes do enunciador quanto à realidade ou à incerteza de informação. Esta última é reveladora da hipótese, matiz de sentido encapsulado, para ele, dentro da condição.

A fim de elucidar tal questão, vejamos estes exemplos:

13. Se você prefere ficar em casa, então fique (condição)

14. Já que você prefere ficar em casa, então fique (causa) (AZEREDO, 1990, p. 108)

²⁷ Tese também defendida por Neves (2000). Trataremos disso, de forma mais aprofundada, mais à frente.

Como se vê, 13. e 14. têm o mesmo conteúdo referencial – a preferência de ficar em casa – que ora serve de causa, ora, de argumento para a oração principal. A diferença entre elas está no posicionamento do locutor: em 14., a preferência é tratada como um fato já conhecido pelo interlocutor, uma evidência que não está sujeita à contestação; ao contrário, em 13., é concebida como uma hipótese, fato possível/provável, mas também como um fato que já pode ser sabido pelos interlocutores. Por essas razões, esse estudioso defende a causalidade como domínio semântico maior. A diferença entre a causa propriamente dita e a condição está na atitude do enunciador frente ao que é expresso na oração adverbial, no uso de conectivos e na escolha dos modos verbais – indicativo (causal) e subjuntivo (condicional).

A partir dessas reflexões, convém ressaltarmos que a tradição não contempla uma gradação de matizes de sentidos que compreendem a causa, a condição e a expressão da hipótese. Sem se deter à prescrição tradicional, em Azeredo (2008), somos guiados a constatar que as expressões hipotéticas compreendem: (a) dados já conhecidos ou pressupostos (modo indicativo); (b) fatos prováveis (futuro do subjuntivo); (c) fatos remotamente prováveis (pretérito imperfeito do subjuntivo) e (d) situações irreversíveis (pretérito mais-que-perfeito do subjuntivo).

Já para a Gramática Descritiva (doravante GD), a oração condicional é concebida como condicionante, “[...] antecedente ou prótase à oração de cujo conteúdo proposicional depende semanticamente o conteúdo proposicional da outra oração, a condicionada, a conseqüente ou a apódose, também designada, na tradição gramatical, por ‘principal’. (MATEUS *et al*, 2003, p. 705). Na sua realização prototípica, são formadas por duas orações, sendo a condição iniciada por *se*, e a conseqüência encabeçada por *então*

Para essas autoras, centradas na ênfase da descrição dos fatos linguísticos e numa sistematização da dimensão pragmática da língua e de seus fatores, as orações condicionais são organizadas em três tipos – factuais (ou reais), hipotéticas (ou potenciais) e as contrafactuais (ou irrealis) e possuem relação com os modos e o tempo verbal.

Tomem-se os exemplos:

15. Se a água atinge a temperatura de 100°C, (então) entra/entrará em ebulição.
16. Se tu vieres cedo, vamos/iremos jantar fora.
17. Se a terra não fosse esférica, era/seria cúbica. (MATEUS *et al*, 2003).

Em 15., a condicionalidade, expressa no presente do indicativo, é factual, que atende a uma relação causal, pois, no mundo real, o conteúdo das duas proposições é verificado com

um dado ao qual se é acessível, epistemicamente, no mundo, já que se trata de uma lei da física. Nesse caso, a prótase não funciona como condição necessária para o conseqüente da apódose; no entanto, há factuais cuja condição suficiente de B é conseqüência necessária de A²⁸.

O que ocorre em 16., na visão das autoras, é o fato de que a proposição no futuro “se tu vieres cedo” referenda uma possibilidade no mundo, ou seja, é hipotética (potencial); criada linguisticamente no enunciado a que pertence, a possibilidade não está, epistemicamente, acessível no momento da enunciação, mas, no nexos semântico existente entre a prótase e a apódose, sendo esta conseqüência necessária daquela. Nesse caso, o tempo futuro é a localização temporal do estado de coisas apontado, já que exprime uma modalidade não factual. Nesse tipo de construção, o verbo da apódose é empregado no presente ou no futuro do indicativo.

Por fim, a condicional contrafactual 17. é um tipo de enunciado irreal, tendo em vista que as relações estabelecidas entre as proposições se constatarem em mundo alternativo ao real. Caso acrescentemos a negação à proposição antecedente, “Se a Terra não fosse esférica”, teríamos uma referência impossível no mundo e um conseqüente absurdo.

A seguir, apresentaremos algumas reflexões sobre as condicionais sob uma abordagem pragmática.

2.3 Da abordagem pragmático-discursiva à cognitivista

Haiman (1978), em um artigo que defende um contorno pragmático e funções discursivas às condicionais, define que estas se apresentam como tópicos, em outros termos, como “[...] dados que constituem o quadro de referência e, com relação a este, a cláusula principal é considerada verdadeira, se for uma proposição, ou satisfatória, se não o for.” (HAIMAN, 1978, p. 564)²⁹. De acordo com esse teórico, as explicações dadas às construções condicionais, baseadas em uma implicação lógica, não são suficientes, pois não podem ser aplicadas, uniformemente, a todas as línguas, uma vez que tais explicações desprezam nuances morfológicas, semânticas e discursivas.

²⁸ Com base nas autoras, “Se está bom tempo, ficamos bem dispostos” é um exemplo de que apódose é efeito da prótase.

²⁹ Nossa tradução.

Contrariando essa implicação lógica, Haiman (1978) afirma que as condicionais, em situação real de uso, não estão, unicamente, centradas nesta implicação: se ➡ então; isto é, o uso não reclama uma relação condicional de valores de verdade. Assim sendo, mesmo que a construção esteja de acordo com a tabela-verdade, pode ser que não seja provável a sua ocorrência. Na visão desse estudioso, as condicionais, estabelecidas no discurso, pressupõem fatos dados para os quais o enunciador busca, junto ao interlocutor, a concordância e a sua validade, o que coloca em evidência o contorno pragmático da atividade enunciativa.

Outro aspecto observado, nessa visão, é o de que a condicional é sempre tema da oração. Logo, a *prótase* expressa uma proposição verdadeira em razão da relação existente entre o conteúdo e os contextos linguístico e situacional dessa proposição. Partindo do entendimento que topicalização apresenta um dado, o autor defende que essas construções são, de forma frequente, constituintes deslocados à esquerda, em cumprimento da função discursiva de restringir o desenvolvimento da mensagem na oração, já que o interlocutor é interpelado a antecipar a interpretação. (HAIMAN, 1978).

Por outro lado, com base em uma perspectiva cognitivista, Sweetser (1990) centra sua análise sobre o fenômeno da condicionalidade, considerando que as conjunções que introduzem essa construção podem ser utilizadas em três diferentes domínios semântico-pragmáticos: *de conteúdo*, *epistêmico* e *atos de fala*. A partir do domínio *de conteúdo*, percebe-se que o uso das condicionais não está em uma relação simétrica àquela definida pela lógica *se...então*. Retomando o exemplo 1³⁰, percebe-se que o falante não concebe como verdadeira a informação expressa em *q* (apódose), ou seja, a implicação não é satisfeita. Nesse sentido, convém enfatizar que o falante exige muito mais do que o valor de verdade estabelecido pela lógica.

Dentro do domínio *de conteúdo*, o par condicional (*se...então*) demonstra que a realização do evento ou do estado de coisas estabelecido na *prótase* é uma condição de felicidade para o desenvolvimento da *apódose*. Desse modo, Sweetser (1990) defende haver uma relação de causalidade entre essas proposições, tendo em vista que o estado de coisas de um desencadeia a realização do outro. Assim, dada a realização/ a verdade do antecedente como condição suficiente, implica, obrigatoriamente, a realização do consequente. Contudo, a

³⁰ Se gatos são peixes, então eles sabem nadar. (OLIVEIRA, 2001, p. 155).

depender da forma linguística e do contexto pragmático, nem sempre o preenchimento da condição estabelecida na *prótase* pode ser provável de realização.

Quanto ao domínio *epistêmico*, essa estudiosa defende que, na estrutura “se... então...”, há uma ideia, na *prótase*, de que o conhecimento da premissa hipotética é uma condição suficiente para concluir a verdade expressa na *apódose*. Tomando como exemplo o enunciado em 2., vê-se que há uma condição tautológica expressa na *prótase* que leva a uma determinada conclusão na *apódose*. Neste caso, o enunciador, a partir de conhecimentos prévios, expressa uma avaliação sobre o valor de verdade e as condições de verdade da proposição “Se não me ouvem em silêncio...”; em razão de ter esta certeza, ele chegará à conclusão de que também é verdadeira a oração “... calo-me.”

Nessa proposta de Sweetser (1990), não se leva em consideração somente o paralelo tautológico, mas também aquilo que se sabe da *prótase*. Assim, enunciados como

18. Se João parou de fumar, estava tentando cumprir a promessa à mãe. (SWEETSER, 1990)

revelam um estado *epistêmico*, pois, mesmo sem um vínculo lógico inerente entre o conseqüente e o subseqüente, essa construção tem um elo de causalidade entre as proposições, de modo que o locutor só chega à conclusão da *apódose* porque possui o conhecimento sobre o que se afirma na *prótase*. Como se percebe, nesse caso, o nexo de causalidade não está no nível do conteúdo, mas sim na conexão entre o conhecimento da causa “João parou de fumar” e a conclusão “estava tentando cumprir a promessa à mãe”.

Por seu turno, as condicionais *dos atos de fala (performance)* são representadas na *apódose*, que, por sua vez, está condicionada à *prótase*. Isso ocorre quando se expressa uma opinião condicionada à permissão do ouvinte. Tem-se como exemplo:

19. Se eu posso dizer isso, é uma ideia maluca. (SWEETSER, 1990)

Como se pode perceber, é o ouvinte que tem a autorização que pode levar à expressão do falante. Em alguns casos, essa permissão está ligada a uma pretensão de fazer um pedido, caso ele ainda não tenha sido feito. Nesse sentido, pode-se afirmar que o ato de fala, em seu *status* pragmático real, é um fato nebuloso, já que se levam em consideração as marcas de polidez³¹ na interação e a força ilocucionária do ato comunicativo.

³¹ Grosso modo, no campo dos estudos da Pragmática, baseado em Austin (1976), o sentido de polidez abarca a relação harmoniosa e equilibrada que o falante desenvolve frente ao uso da linguagem e a suas relações interpessoais, de modo a não gerar conflitos quando há interesses dessemelhantes.

Casos como esse se assemelham pelo fato de o interlocutor ser imprescindível na interpretação do enunciado ou de ser a fonte de especulação funcional, como se percebe a seguir:

20. Há biscoitos no armário, se você quiser. (SWEETSER, 1990)

De acordo com essa visão, esse ato de fala condicional invoca as máximas de Grice, pois, através do processo de inferência, verifica-se uma diferença entre o que é dito e o que é significado. Nesse sentido, o enunciador, engajado em um princípio de cooperação, fornece informações relevantes para o tópico conversacional. O ato de informar que “há biscoitos no armário” só se torna relevante se o ouvinte estiver com fome ou com vontade de comer algo.

Ainda em uma perspectiva funcional-cognitivista, Dancygier (1998) defende que a gramática não é uma estrutura formal autônoma, mas sim um pareamento entre forma e as representações do falante, ou seja, ela é significativa e essencialmente simbólica. Essa tese foi, também, defendida por Fillmore (1977, 1982), Lakoff e Johnson (1980) e Langacker (1987), para os quais cada composição gramatical – léxico, morfologia e sintaxe – é dotada de uma interpretação semântica e/ ou pragmática como parte de sua descrição. Para Dancygier (1998), há algumas relações entre as orações na construção condicional, a saber: condicionais de causa, condicionais de inferência epistêmica, condicionais de atos de fala e metatextuais.

É interessante, neste momento, afirmar que não é atividade simples definir a noção de condicionalidade, nem as relações que se estabelecem nesse domínio, uma vez que há diferentes abordagens através das quais esse fenômeno pode ser analisado; contudo, é necessário destacar que, no plano da argumentação, são relevantes para análise outros critérios, como intencionalidade, contexto, molduras sociopragmáticas defendidas pela teoria funcionalista.

Por essa razão, a partir daqui, exporemos um panorama sobre as orações condicionais em português à luz de uma abordagem da gramática funcional.

2.4 Orações condicionais sob um olhar funcionalista: integração de fatores semânticos e pragmáticos

Nesta subseção, expomos a descrição das orações condicionais sob a ótica funcionalista, tendo como referência a exposição teórica que considera aspectos pragmáticos, semânticos e morfossintáticos nos níveis caracterizados pela gramática funcionalista. Contudo, convém lembrar que, conforme já enunciado na introdução deste trabalho,

concebemos a hipotetização, não como subdomínio da condição, mas paralelo a este, margeado por outros sentidos (concessão, causa), razão que justifica o afunilamento desta reflexão teórica.

Para tanto, partimos de Neves (2018, p. 945) para quem a “[...] a expressão adverbial de condição não necessariamente se faz por uma oração. Muito frequentemente, trata-se de um sintagma nominal/pronominal com essa função (adjunto adverbial de condição introduzido por preposição.”. Além disso, é pertinente ressaltar que o uso linguístico real revela que essas construções não espelham somente a condição numa implicação “se...então”, o que nos implica afirmar que a relação condicionalidade/causalidade não está exclusivamente vinculada a interpretações centradas numa lógica formalista.

Numa oração condicional, há sempre uma condição de uma parte e, de outra parte, algo que é condicionado cuja condição é satisfeita quando se torna realizada. Em um período composto, quando a condição é expressa na subordinada condicional (satélite), a parte condicionada será expressa na oração principal (núcleo)³², resultando, então, em uma construção hipotática, já que se deixa se identificar pelos traços [-encaixamento] e [+dependência]. Esse modo de estruturação de enunciados condicionais pode aparecer das seguintes formas: na *prótase*, sob a forma de a oração condicional, e, na *apódose*, sob a forma de oração principal, ou de forma inversa.

É importante ressaltar que, para Neves (2018), a maior parte dos arranjos condicionais trazem a oração subordinada antes da principal. Essa anteposição está supostamente ligada a um princípio de iconicidade que a favorece, cuja sequência se dá neste ordenamento: ocorrência de um estado de coisas como condição (prótase) que pode ou não ser satisfeita e, em subsequência, enuncia-se um estado de coisas como factual/contrafactual/eventual, em subordinação do preenchimento daquela condição. Partindo do pressuposto de que essa iconicidade implica a natureza de tópico às condicionais, afirma-se que essa ocorrência no início do enunciado está justificada pelo fato de que o tópico é sempre a porção do discurso

³² Os termos “núcleo” e “satélite” designam a hipotaxe, processo de combinação de duas orações em que a dita “subordinada adverbial” funciona como a constituinte da matriz, como um adjunto circunstancial da “oração principal”. Nesse sentido, defende-se a ideia de que as hipotáticas expandem as nucleares ampliando-as ou apresentando uma circunstancialidade. A esse respeito, Decat (2011), a partir da caracterização sintático-semântica da hipotaxe adverbial, chega à constatação de que o período “Leite com manga, morre!” assinala uma relação implícita cuja identificação prescinde de marcas textuais para identificação, mas não da capacidade de o falante detectar a relação estabelecida mesmo sem a presença do conectivo. A autora destaca a natureza “tópica” como ocorrência preferencialmente anteposta nas condicionais, e a função pragmática de tópico, nesse caso, é respaldada com o argumento de que as condicionais servem às funções de **foco** (realce, avaliação, ênfase, argumentação etc.) e às de **motivo** (causa, justificativa, razão) pelo qual se justifica a informação dada na matriz da relação.

sobre a qual se declarará algo e, subsequentemente, declara-se o que se afirma sobre esse tópico.

Quanto à caracterização das construções hipotáticas condicionais, pode-se identificar além do critério formal, que é a presença do conectivo, a relação que se instaura entre a *prótase* (antecedente/satélite) e a *apódose* (consequente/núcleo) é a do tipo *condição para realização > consequência da resolução da condição enunciada*; dito de outro modo, a satélite expressa uma condição que pode ser realizada, não realizada ou eventualmente realizada. Com base nisso, em Neves (2000), há três tipos de construções ligadas a uma proposição condicionante:

- a) dada a realização/a verdade de **p**, segue-se, necessariamente, a realização de **q** (*real*);
- b) dada a não-realização/a falsidade de **p**, segue-se, necessariamente, a não realização/a falsidade de **q** (*irreal*);
- c) dada a potencialidade de **p**, segue-se a eventualidade de **q** (*eventual*) (NEVES, 2000, p. 498).

Assim, diante dessa consideração, é pertinente afirmar que o conteúdo da *prótase* é condicionante para a realização da *apódose*, sendo esta representada por uma consequência/resultado da condição já enunciada, e o resultado que se revela na condicionada refere-se a um fato, a um não fato ou a um fato eventual.

Na sequência, apresentaremos três subdomínios de construções condicionais de acordo com Neves (2000): as factuais, as contrafactuais e as eventuais.

2.4.1 Condicionais factuais

A **realização/fato** – real/factual – dada a realização/factuality da oração condicionante, implica, obrigatoriamente, na realização/factuality da condicionada. Entre o conteúdo da *prótase* e da *apódose*, nesse caso, há uma condição preenchida, uma realidade factual em qualquer mundo. Vejamos:

21. Oxente, **se a mulher vive em Recife**, é lá que os dois se encontram (CPD-R)³³

Nesse período, percebe-se que o enunciado da *prótase* dá o contexto em que se torna pertinente o que se apresenta na *apódose*. Como um estado de coisas motiva a realização de outro (o fato de a mulher viver em Recife é condição suficiente para que eles se encontrem lá), verificando-se, assim, uma relação causal. A natureza dessa construção, nesse caso, é licenciada por se explicar no raciocínio que aparece em seguida:

³³ Cf. Neves (2018, p. 919).

- É fato que a mulher vive em Recife?
- Vive (*é fato*).
- (*Então*) é lá que os dois se encontram.

Dessa forma, podemos considerar, a partir de 21., que a oração condicional anteposta serve como moldura de referência para a subsequente (núcleo), o que, segundo Neves (2011), equivale a afirmar que aquela tem um caráter de **tópico discursivo**³⁴. Essa aproximação entre tópicos e prótase é sustentada pelo entendimento da autora de que orações condicionais funcionam “[...] como porções do enunciado em que o falante coloca informações que ele considera que não são novas para o seu ouvinte [...]” (NEVES, 2011, p. 833) e como “[...] um quadro de referência a partir do qual pode ser avaliada a verdade ou a adequação do que é expresso na oração nuclear”. (NEVES; BRAGA, 2016, p.143). Sendo assim, essa frequência de anteposição das condicionais serve como um ponto de apoio para referência do conhecimento partilhado entre os interlocutores, e, como tal, funciona como um suporte para o falante projetar a parte consequente do seu discurso.

Em suma, defende-se a tese de que há uma motivação icônica de as orações factuais terem, na satélite, uma consequência para a conclusão que será evidenciada na oração nuclear. Em termos mais gerais, as condicionais tendem à caracterização de que, no mundo real, a realização da apódose depende do cumprimento da condição expresso na oração antecedente. Na ocorrência 21., a partir da fórmula *se...(então)*, verifica-se uma marca de modalização *epistêmica*, já que indica uma conclusão na *apódose*. O que está em jogo, nesse caso, são as crenças do falante, e, sendo assim, a verdade contida na *prótase* atesta uma boa razão para que o falante creia na verdade da premissa da *apódose*.

Além dessa fórmula realçada por elemento conclusivo/resumitivo (*então*), outras construções factuais de diferentes matizes são muito comuns, a exemplo de: *já que* (introdutor de condicionais e de causais); *se, por um lado p, por outro lado, ainda, q* (contrastivo). Outra construção condicional factual muito recorrente é a do tipo “*se...é porque*”, que pode confluir com uma resumitiva num mesmo enunciado da seguinte forma: “*Se... então é porque...*”.

³⁴ Silva (2019), ao analisar os matizes do gerenciamento do tópico discursivo assinalado pelo item *mas*, conclui que essa função de tópico está vinculada tanto à progressão temática, quanto à ativação de implicaturas que demarcam uma atuação pragmática, contextualmente localizada, mas também ao conhecimento discursivo-pragmático partilhado pelos usuários envolvidos em uma dada situação de uso real da língua.

2.4.2 Condicionais contrafactuais

A contrafactualidade expressa uma falsidade segura, garantida sobre a não realidade. Desse modo, a relação que se estabelece entre *prótase* e *apódose* é a de que, enquanto a condicional exprime uma condição já não preenchida (causa), a condicionada (consequência) também expressa um não fato, uma irrealidade em qualquer mundo. Por isso, convém afirmar que “[...] tanto a *prótase* quanto a *apódose* apresentam estados de coisas por elas denotados como não existentes.” (NEVES; BRAGA, 2016, p. 147).

O que se observa nessa relação desse tipo de proposição, diferentemente daquilo que ocorre em períodos hipotéticos factuais, é uma inversão de polaridade da *prótase* e da *apódose*, já que, agora, a relação mais ampla expressa é a consecutiva, oriunda do esquema causa-consequência. Observe-se, quanto a isso, o exemplo:

22. **Se tivesse seus olhos** eu seria famoso (4 vezes). (MPB)³⁵

Como se pode observar, a partir de Neves (2018), a contrafactualidade desse enunciado repousa sobre uma não realidade e é sinalizada pela morfologia verbal, da qual trataremos mais à frente. Nessa relação, constata-se a seguinte inversão dos dois polos:

1º *prótase* positiva: *Se eu tivesse seus olhos* implica um pressuposto negativo (fato com polaridade negativa): *eu não tenho os seus olhos*;

2º *apódose* positiva: *eu seria famoso* implica um conteúdo asseverado negativo: *eu não sou famoso*.

Nesse caso, mesmo que o interlocutor não soubesse previamente que “eu não sou famoso”, só pelo “seria” este enunciado assumiria um matiz contrafactual, ou seja, estaria garantido que “eu não tenho os seus olhos”.

Nos enunciados contrafactuais condicionais, algumas relações de sentido podem ser licenciadas. Em Neves (2011, p. 842), encontramos um valor de contraste em: “Se você é Rui do Pajeú, eu sou Virgolino Lampeão” (GCC). Tal oração condicional é marcada por uma expressão constrativa, em que há uma correlação de supostos fatos absurdos. Ademais, Neves (2018) nos lembra que a conjunção “Se”, nas contrafactuais, também podem se ligar a uma ideia de cotejo e de comparação. Aqui se apresentam algumas destas amostras:

23. **Se eles são famosos/Sou Napoleão** (MPB)

³⁵ Cf. Neves (2018, p. 926).

24. Ah, se eu pudesse abrir o coração com o Padre Bernardino! (BDI-R)

Em 23., o valor licenciado é comparativo. A oração principal apresenta um fato absurdo, que, por essa razão, mostra-se como um fato irreal, pois é tão absurdo dizer que “eles são famosos”, quanto é afirmar que “sou Napoleão”, isto é, é tão irreal uma coisa como a outra. A contrafactualidade, em 24., oferece uma opção (valor optativo) na satélite que decorre sem dependência da nuclear, sem a oração principal. A correspondência pode ser assim explicitada: “(AFIRMATIVA) *se eu pudesse abrir o coração com o Padre Bernardino* = (NEGATIVA) não posso abrir o coração com o *Padre Bernardino*[...]” (NEVES, 2018, p. 928).

2.4.3 Condicionais eventuais

A eventualidade repousa sobre uma condição possível de preencher na prótase e sobre uma consequência eventual na apódose, sendo esta concebida como suficiente, desde que a condição da prótase seja satisfeita, isto é, sempre está em dependência do preenchimento da condição da oração satélite. Em outras palavras, essas eventuais/potenciais são categorizadas “[...] quando sua prótase repousa sobre a eventualidade, e o enunciado da apódose é tido como certo, desde que a condição enunciada seja satisfeita.” (NEVES; BRAGA, 2016, p.148). Isso pode ser mais bem demonstrado no exemplo a seguir:

25. Sem dúvida **se nós trabalharmos juntos** quem ganha com isso é o povo de Fortaleza (DIN-J)³⁶

Em 25., a apódose – *quem ganha com isso é o povo de Fortaleza* – só pode ser concebida como certa se uma condição necessária for atendida: *se nós trabalharmos juntos*. Percebe-se que essa condição é marcada pela possibilidade. Vejamos: *Nós vamos trabalhar juntos? Talvez sim, talvez não (possibilidade)*. A par dessa relação, nota-se que a confirmação da prótase é o que garante o cumprimento da apódose.

Como construções eventuais (não restritivas), elas também podem ocorrer de forma implicativa, com uso frequente de marcadores de direcionalidade, como o elemento conclusivo **então**:

26. *Se não concordarem, então cada um que lute por si, o que resultará em derrota geral.* (AM)³⁷

³⁶ Cf. Neves (2018, p. 928).

³⁷ Cf. Neves (2011, p. 843).

A bem da verdade, o preenchimento – ou não – da condição implica a possibilidade – ou não – do evento expresso na oração nuclear. Embora não declare que essa implicação seja de causalidade, o que se nota é que o preenchimento da condição enunciada implica aquilo que se declara, a efeito de conclusão, na oração principal do período.

Por seu turno, as eventuais restritivas, encabeçadas por *somente se* estão ligadas à condição necessária e suficiente:

27. Amin disse que aceitava **somente se ele pudesse dirigir**. (FSP-J)³⁸

Em 27., a condição vem assinalada na posposição, o que não impede de aparecer na anteposição. O valor de “somente se” é pareado ao sentido das formas “desde que” e “contanto que”. Essa é uma evidência da bicondicionalidade, já que prevê uma implicação mútua entre prótase e apódose: “*SOMENTE SE* p, q”: “p verdadeiro e q verdadeiro” ou “p falso e q falso”; como se percebe, em decorrência da inferência solicitada, ou ambas devem ser verdadeiras, ou ambas falsas.

Ademais, Neves (2018) nos lembra de que há, também, orações com condição necessária e suficiente com inversão de polaridade, introduzidas por fórmula negativa “a não ser que”, geralmente pospostas. A inversão da polaridade da oração principal, por exemplo, pode se dar, por exemplo, quando ela é formalmente afirmativa, mas a condicional é introduzida por essa fórmula negativa. Além disso, outras relações de sentido também podem ser licenciadas no bloco das condicionais eventuais. Embora sejam iniciadas pelo “se”, protótipo condicional, elas poderão apresentar a condicionalidade mesclada com matizes alternativo e concessivo, para citar alguns deles:

28. Se você não consegue se controlar, você não consegue dormir. (VEJ-J)

29. Mesmo se eu morrer na China, quero ser enterrado em Pedreiras (FSP-J)³⁹

A disjunção expressa na ocorrência 28. sugere que a condicionante se transformaria de negativa em positiva, vice-versa, algo semelhante a este esquema: (= Ou você consegue se controlar ou você não consegue dormir.). Já em 29., são fronteiriças as relações de condicionalidade e de concessividade. Nesse caso, o *mesmo*, que precede a *conjunção condicional SE*, reforça um matiz concessivo, já que parece induzir uma dada oposição ao que se espera: se morresse na China, lá era onde seu corpo seria enterrado, mas não em Pedreiras.

³⁸ Cf. Neves (2018, p. 931).

³⁹ Cf. Neves (2018, p. 934).

De acordo com Neves (2018), a eventualidade é a expressão máxima de hipotetização. Para explicar os diferentes valores expressos nas estruturas condicionais, Neves (2018) baseia-se em aspectos morfossintáticos, a exemplo da configuração que se apresenta na correlação verbal entre prótase e apódose. Nesta tese, concebemos que as estruturas gerundivas, encabeçadas por verbos epistêmicos dubitativos, estão realocadas em um domínio paralelo ao da condição, por apresentarem um conjunto de critérios discursivos, semânticos e pragmáticos os quais favorecem a noção de hipótese.

Observe-se, na descrição exposta no quadro abaixo, o quanto é variada a correlação verbal nos três tipos de orações condicionais. Esse quadro nos dá parâmetros de análise para o fenômeno em questão e mostra uma diversidade de correlações modo-temporais na sequenciação *hipotática + nuclear*. Vários aspectos podem ser destacados a partir dessa comparação: a *regularidade* (frequência), o *tipo de sequenciação* e a *diversidade combinatória* nas orações com matiz de hipoteticidade. Vejamos:

Quadro 02 – Relação modo-temporal nas orações condicionais

ORAÇÃO NÚCLEO (APÓDOSE)	ORAÇÃO CONDICIONAL (PRÓTASE)	REAL	IRREAL	EVENTUAL
Presente do indicativo	Presente do indicativo	X		X
	Futuro do subjuntivo			X
	Presente do subjuntivo			X
	Pret. perfeito do indicativo	X		
	Ø			X
Futuro do presente	Futuro do subjuntivo			X
	Presente do indicativo	X		X
Futuro do pretérito	Pret. imperfeito do subjuntivo		X	
	Futuro do subjuntivo			X
Pretérito imperfeito do indicativo	Pretérito imperfeito subjuntivo			X
	Pretérito imperfeito indicativo	X		
Pretérito perfeito indicativo	Pretérito perfeito indicativo	X		
	Presente indicativo	X		
Futuro pretérito composto	Pretérito imperfeito subjuntivo		X	
Futuro presente composto	Pretérito perfeito indicativo	X		
Presente contínuo	Futuro do subjuntivo			X
Pretérito imperfeito do subjuntivo	Futuro do subjuntivo			X
Ø		X	X	X

Fonte: NEVES; BRAGA (2016, p. 151)

Da leitura do Quadro 02, depreende-se que os enunciados condicionais factuais/reais se constroem tanto no presente, quanto no pretérito e no futuro do indicativo, o que caracteriza a factualidade, a exemplo de 21.: *Oxente, se a mulher vive em Recife, é lá que os dois se encontram.* A prótase (condicional), nesse caso, só aparece com verbos no presente e no pretérito, representando o factual no presente ou o factual no pretérito. Quanto a essas relações temporais, também configura factual bem característico o esquema temporal em que, a partir de uma condição presente ou pretérita, assegura-se um estado de coisa em futuridade, isto é, projeção de um vir-a-ser.

O esquema modo-temporal das orações contrafactuais/irreais é bem mais reduzido, se comparado aos demais. As orações nucleares sempre se encontram no futuro do pretérito, simples ou composto, enquanto as orações condicionais podem encontrar-se no pretérito imperfeito ou um mais-que-perfeito do subjuntivo. Na apódose, o tempo (fut.do pretérito), que pode ser simples ou composto, assume algumas implicações, nos termos de Neves (2018): quando pretérito composto, fica garantida a contrafactualidade das orações; mas, quando pretérito simples, tem-se uma contrafactualidade assegurada mediante o confronto da proposição e o conhecimento de mundo do falante.

Ainda nessa correlação de tempo, é importante mencionar que, independentemente do tempo e do modo da apódose, o fato de a prótase ter o mais-que-perfeito é a garantia suficiente da contrafactualidade. Ao contrário, se, na oração principal (prótase), aparecer o futuro do pretérito composto, independente da forma que ocorra na oração satélite (apódose), garante a irrealidade dos estados de coisas apresentados nas condicionais (NEVES, 2018). Por fim, o esquema que articula o pretérito imperfeito na prótase e futuro do pretérito do indicativo na apódose, à semelhança de 22., *Se tivesse seus olhos eu seria famoso*, é caracterizado como eventual.

Por seu turno, as construções condicionais eventuais têm o verbo da subordinada no modo indicativo ou no subjuntivo (nos três tempos), e o verbo da apódose pode aparecer em forma de presente, pretérito ou futuro. Desse modo, percebe-se que há uma grande recursividade de esquemas modo-temporais nessas construções. Contudo, há uma maior frequência de construções que abrigam, na prótase, o futuro do subjuntivo, o que marca exclusivamente a eventualidade, a hipotetização.

Em suma, semelhante a Neves (2018), Azeredo (2016) defende que a eventualidade na condição é expressa em três graus de hipótese segundo essas correlações modo-temporais dos

verbos: “[...] grau mínimo com as formas do indicativo, médio com as formas do futuro do subjuntivo, e máximo com as formas do pretérito imperfeito do subjuntivo.” (AZEREDO, 2016, p. 108).

Ressalte-se, ainda, que a elipse é uma das particularidades dessas construções condicionais. Ao ocorrer a elipse na oração principal, o falante fará seu discurso emoldurado em uma referência condicional, porém o interlocutor terá de preencher, na oração principal, em razão de seu conhecimento de mundo, de seu desejo ou de sua experiência.

Como efeito de delimitação desta tese, focalizaremos, a partir daqui, as orações hipotáticas⁴⁰ condicionais gerundiais, aquelas que, na tradição, são intituladas de reduzidas de gerúndio, assim denominadas por apresentarem o verbo nessa forma nominal e por se constituírem sem conectores sem nexos subordinativo explícito.

2.5 Hipotáticas gerundivas com matiz de hipoteticidade: por uma caracterização em critérios linguísticos, semânticos e discursivos

Comprometidos em demonstrar a relação semântica de hipótese, recorrente nos dados em análise, não como subdomínio da condição, mas paralelo a este dentro da causalidade, partiremos das orações complexas em que a oração adverbial é assim formalizada [gerúndio + que + estrutura encaixada na forma de objeto direto] a qual segue a oração matriz com valor de hipoteticidade, em um *continuum* que leve em conta a factualidade, ligada a verbos que têm em seu sentido lexical um valor modal, atributo mental ou cognitivo.

Para tanto, delimitamo-nos às orações encabeçadas pelos verbos como *supor*, *imaginar*, *prever* e *considerar* as quais sinalizam uma avaliação mais subjetiva do falante, frente a uma crença ou a uma circunstância. Tais predicadores marcam um ponto de vista valorativo da atitude do falante àquilo que enuncia e, uma vez que expressam uma avaliação, põem em dúvida o conteúdo proposicional da oração consequente. Conforme já afirmamos, de acordo com Castilho (2010), esses verbos são *modalizadores epistêmicos dubitativos* e, por assim ser, não trazem certeza sobre o conteúdo da substantiva ou não revelam o

⁴⁰ As construções focalizadas nesta parte são denominadas, sob uma perspectiva funcionalista, como hipotáticas, classificação adotada por autores que, contrários à dicotomia coordenação x subordinação, defendem a ideia de um *continuum* tipológico de vinculação sintática. Halliday e Matthiessen (2004), por exemplo, para se referir a essas orações, estabelece os traços [+dependência] e [-encaixamento], considerando-as como uma espécie de satélites vinculadas a um núcleo.

comprometimento do falante, manifestando dúvida ou possibilidade, expressão da hipotetização.

Tomando como referência os verbos “supor” e “considerar”, nas orações abaixo ilustradas, retiradas do *corpus* de pesquisa, que compõem a estrutura [gerúndio + transpositor “que” + termo argumental na função de objeto direto], temos uma estrutura complexa assim formalizada: [(gerúndio + *que* + oração encaixada com função de objeto direto) + matriz] que, devido a sua alta integração sintática, gramaticalizou-se numa única unidade para exercer a função hipotática adverbial. Vejamos:

- (6) [...] as estimativas médias dos analistas sugerem que a TRN de curto prazo no Brasil esteja hoje nas proximidades de 4% ao ano, enquanto a de médio prazo se situa no intervalo de 5% a 6% ao ano. **Supondo que** tais estimativas sejam razoáveis, algumas conclusões relevantes podem ser extraídas. (ESTADÃO, A, 18/04/2017)
- (7) Pelos próximos 60 dias, o preço fixo do óleo diesel nas refinarias será de, no máximo, R\$ 2,03 por litro. **Considerando que** o preço de mercado poderá ser superior, o governo vai cobrir essa diferença pagando até 30 centavos por litros de diesel às empresas. (TRIBUNA DO NORTE, N, 31/05/2018)

Em (6), a oração matriz constituída do verbo na forma nominal (*Supondo*) projeta a oração (que tais estimativas sejam razoáveis), que recebe o rótulo de *encaixamento prototípico com função substantiva*, uma vez que funciona como constituinte sintático (objeto direto) da oração matriz. (GONÇALVES *et al.*, 2007). Esse conjunto de orações apresentado na prótase forma a construção adverbial hipotática (*Supondo que* tais estimativas sejam razoáveis), que, por sua vez, anexa-se à matriz subsequente (algumas conclusões relevantes podem ser extraídas). É justamente essa alta integração sintática na prótase, observada na teoria linguística (FOLEY; VAN VALIN, 1984; GIVÓN, 1990; HOPPER; TRAUGOTT, 1993, para citar alguns), o que garante a gramaticalização de combinações dessas orações. Essa integração sintática é explicada pelo subprincípio da proximidade, tendo em vista que a combinação dessas sentenças codifica novos eventos e novos matizes de sentido. Esse entrelaçamento entre a matriz e a encaixada é gerador de alguns circunstanciais que serão expressos, nesse caso, por uma oração hipotática adverbial não finita. Por serem as adverbiais normalmente introduzidas por preposição, conjunção ou mesmo verbo junto ao transpositor “que”, Carvalho (2004) afirma que alguns sintagmas se gramaticalizaram a fim de exercer a hipotaxe adverbial, fenômeno cuja concretização forçou a ressemantização e recategorização de itens linguísticos das mais variadas classes gramaticais.

Ressalte-se que, do ponto de vista semântico, nessas duas ocorrências, os predicadores, que estão na forma nominal, funcionam como modalizadores epistêmicos em relação ao

conteúdo do constituinte à sua direita, podendo exprimir possibilidade/dúvida (1) e causa hipotética (2). Através desse recurso, da escolha desses verbos, o locutor não assume um compromisso de apresentar uma afirmação peremptória. Contudo, antes de destacar a semântica dos circunstanciais de condicionalidade e causalidade, observemos a integração sintática dessas orações complexas.

Como se percebe ainda em (6), a prótase – *Supondo* que tais estimativas sejam razoáveis –, que é oração hipotática, funciona como satélite da oração núcleo – *algumas conclusões relevantes podem ser extraídas*. Quanto a esse processo de hipotaxe, defende-se a ideia de que há dois graus de gramaticalização: estruturas finitas e estruturas não finitas. Sobre isso, pode-se afirmar que as “[...] finitas trazem conectores explicitados e parecem menos integradas do que as não finitas, que dependem de informações expressas na oração-núcleo para que alguns vazios semânticos possam ser inferidos em sua estrutura.” (GONÇALVES *et al.*, 2007, p.155). Nesse caso, podemos declarar que as estruturas adverbiais não finitas, em (6) e (7), comparadas às finitas, são mais integradas; de outro modo, em relação à apódose, seriam menos integradas do que as encaixadas, as subordinadas propriamente ditas. Ou seja, tais orações se caracterizam pelos traços [+ dependente] e [- integrada], daí se situarem no nível intermediário de vinculação sintática, no contínuo tipológico apresentado por Hopper & Traugott (1993).

Na ocorrência (6), o verbo *supor*, que tem seu sentido lexical “admitir por hipótese”, na oração-prótase, implica uma interpretação com teor hipotetizador, uma vez que é possível compreender que ela se refere a uma situação concebida como provável pelo locutor. Vejamos:

(6) [...] *Supondo* que tais estimativas sejam razoáveis, algumas conclusões relevantes podem ser extraídas.

(6a) Caso tais estimativas sejam razoáveis, algumas conclusões relevantes podem ser extraídas.

Nessa paráfrase, o uso de “Caso”, elemento que assinala a hipótese, dá prova de que a substituição é realizada com a manutenção de sentido, e de que o falante parece construir uma moldura hipotética para os acontecimentos previstos. Uma suposta idealização, fruto de sua atividade imaginativa, faz descrever um cenário em que os eventos – *as conclusões relevantes* – pudessem ser extraídas.

Em (6), o falante constrói uma *suposição potencial*, uma vez que a declaração da prótase é eventual, e o enunciado da apódose é concebido como certo, desde que a condição dessa prótase seja satisfeita. A correlação modo-temporal nessa construção condicional – Presente do subjuntivo (prótase) e Presente do indicativo (apódose) – parece corroborar uma motivação icônica que vai do condicionante para o condicionado, objeto sobre o qual nos dedicaremos nos capítulos analíticos.

Quanto à posição dessas orações hipotáticas, “[...] à semelhança das de tempo e de causa, podem ocorrer antepostas, pospostas e intercaladas à sua nuclear [...]” (BRAGA; PAIVA, 2019, p. 209). Acrescente-se que poderão ser encontradas orações condicionais desgarradas, seguindo a denominação de Decat (2011) a que iremos nos dedicar mais atentamente no capítulo analítico. Essa posição implica, do ponto de vista discursivo, o estatuto informacional dos constituintes, fenômeno que alude à relação dado/novo. Tal estatuto informacional

[...] é uma forma de empacotamento da mensagem, sendo fundamentalmente uma questão de crença do falante presumir que determinado item está ou não na consciência do ouvinte. Assim, *dado* ou *informação velha*, é segundo Chafe, o conhecimento que o falante assume estar na consciência do ouvinte no momento da enunciação. *Novo* ou *informação nova* é a informação que o falante acreditar estar introduzindo na consciência do ouvinte com o que diz. (PEZATTI, 2004, p.181).

Ainda na perspectiva desta autora, há um conjunto de interferências, de pressupostos e de conhecimentos inferíveis pelos falantes que podem garantir a fluidez, a dinamicidade, as delimitações nas unidades textuais. Se por exemplo uma unidade, dada a sua posição, é inferível, há razões lógicas e plausíveis para isso. O dado, em geral, refere-se à informação que o falante supõe que o seu interlocutor já saiba e tenha a aceitado como verdade. Por seu turno, o novo empacota a informação que o falante acredita que o ouvinte ainda não tenha conhecimento.

A fixação desse critério, de natureza textual-discursiva, remete ao da estrutura sentencial *tópico/comentário*, *tema/rema*, cujo movimento textual pode se realizar através dos seguintes processos: exemplos do que se enuncia, sintetização do que já foi enunciado, comparações entre informações novas e velhas e o desenvolvimento de um elemento que, no tópico em curso, já foi retomado ou é secundário em relação ao foco do tópico discursivo. (JUBRAN, 2006).

Em (7), a oração ***Considerando que*** o preço de mercado poderá ser superior é tópico da construção em que ocorre, assim como em (6). O locutor anuncia o subsequente (apódose),

posteriormente à construção dessa topicalização, com vistas a apresentar a consequência decorrente de uma informação nova. A causa hipotética em (7) é apresentada antes da consequência, a fim de transmitir uma possível justificativa para o que se revela na oração consequente.

Convém destacarmos que as orações semelhantes a (7) têm se relacionado com outros valores semânticos, de modo que não se pode reconhecer o significado de uma suposição como se fosse uma espécie de efeito de sentido transparente ligado a um único elemento. Nesse sentido, é necessário considerar o fato de que a interpretação de qualquer oração com teor de hipótese não se equaciona necessariamente na relação de condicionalidade. Contudo, a relação condicionalidade/causalidade, prevista por Sweetser (1990) *nas condicionais de conteúdo*, armazena mais concretamente uma relação mais causal, no sentido de que um estado de coisas motiva a realização do outro, como se pode verificar em:

(8) **Considerando que** o preço de mercado poderá ser superior, o governo vai cobrir essa diferença pagando até 30 centavos por litros de diesel às empresas. (TRIBUNA DO NORTE, N, 31/05/2018)

(8a) Sendo o preço do mercado superior, o governo vai cobrir [...] (causa hipotética)

(8b) Se o preço do mercado for superior, o governo vai cobrir [...] (causa hipotética)

Em (8), “o governo vai cobrir essa diferença” é uma situação pensada pelo falante como um possível resultado do que está descrito na construção matriz “o preço do mercado poderá ser superior”. O emprego da locução verbal “vai cobrir” evidencia que se trata de algo referente ao futuro, dada a paráfrase com o futuro do presente (=cobrirá). Logo, sob o âmbito das especificações modo-temporais dos verbos, a condição se expressa em um grau de hipótese médio, uma vez que é constituída pela forma do futuro do subjuntivo. Semanticamente, pode-se dizer que o fato de o preço do mercado vir a ser superior é uma condição que, se preenchida, consiste na dedução da verdade da proposição expressa na apódose, como um tipo de construção: *dada a realização de p, segue-se, necessariamente, a realização de q (real)*.

As construções hipotáticas causais semelhantes a (8) revelam que relações de condição que estão vinculadas ao domínio do conteúdo se assemelham produtivamente a relação causal, “[...] na medida em que um estado de coisas, ainda que [-realis], é tomado como motivação/explicação para um outro estado de coisas que pode ser verificado no mundo real em termos de suas condições de verdade.” (BRAGA; PAIVA, 2019, p. 205). A causalidade,

nesse caso, estabelece uma sequencialidade entre os eventos apresentados. Porém, como defendem Traugott (1989) e Hopper; Traugott (2003), por possibilitar a extensão dos significados dos mais físicos para os mais mentais/intersubjetivos, materializa também a relação de causalidade, a oração condicional da prótase, encabeçada pelo verbo *considerar*, que assume sentido de (julgar, ponderar, ajuizar ou avaliar), pode se distanciar de uma base causal.

Ao investigarem as formas de expressão do sujeito da oração hipotática condicional, Braga e Paiva (2019) defendem que, tal como as orações temporais e causais, o sujeito da hipotaxe de condição pode ser representado de diferentes formas: *SNs com núcleo substantival* ou *núcleo pronominal em referência às pessoas discursivas*, por uma *anáfora pronominal*, por uma *anáfora zero* ou por uma *categoria vazia*.

Quanto à natureza do sujeito compartilhado nas orações gerundiais adverbiais, Simões (2007) apresenta-nos:

- (i) sujeito nulo;
- (ii) sujeito expreso por um substantivo;
- (iii) sujeito expreso por um pronome.

Sob o aspecto da correferencialidade, retomando o exemplo (8), observa-se correferencialidade entre os sujeitos das orações nuclear e hipotática de condição. Por exemplo, o mesmo sujeito da oração núcleo – o governo – assume correferência na oração hipotática. Ainda é foco deste trabalho proceder a uma análise que leve em conta o comportamento desta variável no nosso *corpus* selecionado.

Em atendimento ao que foi previamente anunciado neste capítulo, da lógica formal aos estudos funcionalistas, percebemos que a hipoteticidade é prenhe de sincretismo que une teor lexical a outros critérios discursivos e pragmáticos. Certamente, como se pôde verificar, há uma relação mais estreita com a noção de causalidade. Assim sendo, em razão do teor lexical dos verbos, do estatuto informacional e da configuração sintática, a hipotetização funciona como um domínio semântico e sintático autônomo, ressaltando o efeito de sentido de eventualidade [-*realis*] e [-*factual*] entre as orações.

O capítulo a seguir desdobra-se em discussões teóricas que melhor situam os estudos funcionalistas, sobretudo o funcionalismo clássico. Apresentaremos algumas de suas categorias que nos auxiliarão na análise do fenômeno estudado.

3 AMBIÊNCIA TEÓRICA: ABORDAGEM GERAL SOBRE O FUNCIONALISMO LINGUÍSTICO

Este presente capítulo se centra na apresentação e na discussão dos conceitos fundantes da Sintaxe Funcionalista, especificamente daquela desenvolvida a partir dos estudos realizados pela vertente Norte-americana. O propósito deste é estabelecer algumas reflexões que subjazem a questões de pesquisa e a um conjunto de pressupostos que dão sustentação teórica a esta tese.

Para tanto, reúne tópicos cujos conceitos são imprescindíveis a nossa análise e àquilo que aviltram os objetivos desta pesquisa. Esses tópicos tratam, panoramicamente, temas caros à Linguística Funcional Norte-Americana – iconicidade, marcação, categorização, prototipicidade e gramaticalização de orações – perspectivando o reconhecimento de que as hipotáticas de gerúndio demonstram esse fenômeno.

3.1 A origem do Pensamento Funcionalista

É certo que a correlação entre forma e função é um dos pontos fundamentais do Funcionalismo linguístico, independentemente de sua vertente. Remonta-se ao Círculo Linguístico de Praga⁴¹ tal preocupação com a linguagem e suas relações com o mundo, notadamente expressa com o surgimento da Fonologia de Troubetzkoy, na Rússia, e com a elaboração da Glossemática de L. Hjelmslev, na Dinamarca. Essa nova concepção de pensar a linguagem, a partir da interdependência do binômio forma-função, foi expressamente motivada pelos estudos sobre a noção de fonema e sobre a estrutura funcional das sentenças que trataram a estrutura linguística como sendo motivada por elementos externos ao sistema, a exemplo das funções da linguagem.

Ainda na Europa, esse pensamento funcionalista ganhou realce a partir das contribuições de André Martinet (2008), inicialmente, através da obra intitulada *Éléments de linguistique générale*, cuja definição de língua, *como instrumento de comunicação duplamente articulado*, supera uma visão tradicional. Outrossim, essa superação não se dá

⁴¹ Denomina-se *Círculo Linguístico de Praga*, ou *Escola de Praga*, o grupo de linguistas que, em associação a Troubetzkoy e Jakobson, formularam as “teses de Praga”, fruto do primeiro Congresso Internacional de Linguística de Haia, em 1928. Algumas das intituladas teses foram resumidas por Paveau e Sarfati (2006) sob estas descrições: A primeira tese inaugura quatro princípios necessários à elaboração de uma linguística geral que não seja meramente descritiva. Sob esse entendimento, a língua é um sistema funcional orientado para uma finalidade. A outra tese formula as bases da fonologia pragueana, as bases da teoria da palavra e de uma teoria da sintaxe (a inaugural “gramática funcional”, devida a Mathesius). A terceira tese refere-se às funções linguísticas. Há, aqui, um registro de incursão funcionalista: a natureza dessas funções da língua orienta a estrutura da língua. As demais teses, as seis restantes, como defendem os críticos, apresentam as proposições do estudo do tcheco e das línguas eslavas.

apenas quando Martinet (1989), em *Fonction et dynamique des langues*, apresentou a vertente “funcional” em seus trabalhos, salientando o processo de comunicação e a natureza dinâmica da linguagem, mas também quando considerou a dupla articulação da linguagem humana – fonemas e monemas⁴² – como definição da linguística geral funcional e, ainda, quando estabeleceu que a sintaxe deve se ocupar em estudar as relações de dependência dos monemas e as funções que estes assumem no contexto linguístico (PAVEAU; SARFATI, 2006).

De fato, desde 1909, com as contribuições de Mathesius⁴³ e do CLP, já havia a preocupação com uma gramática funcional que contemplasse a amalgamação entre uma forma (sistema) e uma função; em outros termos, para eles, a estrutura da língua (caráter sistêmico) possui vínculos com as funções que esta tem (caráter funcional). Da sintaxe de Martinet, concebida a partir de relações de dependência que os monemas possuem com as funções que estes assumem em dados contextos, à construção de gramáticas funcionais, temos, como corolário das contribuições de Mathesius e do CLP, o aparecimento de estudos notadamente funcionais, a exemplo Halliday (1973), que difundiram o tratamento da estrutura da língua a partir do estudo do texto e do discurso.

Essa fonologia desenvolvida pelos estudos em Praga percebeu, por exemplo, que os fonemas – unidades mínimas do sistema linguístico – não são tão mínimas em si, mas se dão em relações de traços distintivos e simultâneos⁴⁴. Já no que se refere à estrutura gramatical das línguas, Mathesius, por seu turno, inaugura uma concepção funcional da sentença que, posteriormente, dá origem à teoria da perspectiva funcional da sentença, assumindo uma análise desta por meio da informação transmitida através das palavras (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013). Por tamanha contribuição, pode-se afirmar que os linguistas do CLP expandiram as bases funcionalistas para além da fonologia e de uma concepção de linguagem enquanto expressão do pensamento.

⁴² Entende-se **monema** como unidade significativa básica, podendo ser representada por uma palavra, por um radical, por um afixo ou por uma desinência.

⁴³ Para Paveau e Sarfati (2006), Mathesius apresenta um modelo universal não-formalístico, por meio do qual há a junção de dois atos funcionais: o de nomear (*the naming act*) e o de construir enunciados sintagmáticos (*the syntagmatic utterance forming act*). Ambos estariam vinculados à função, reconhecendo apenas as construções efetivamente produzidas entre os usuários de uma língua. À luz desse entendimento, não há nada mais tão universal e funcional, quanto o fato de o falante nomear e produzir enunciados.

⁴⁴ Por exemplo, o fonema /v/ agrupa os seguintes traços: fricativo, labiodental, vozeado. Assim, os fonemas /v/ e /f/ se distinguem quanto à sonoridade classificada pelo estado da glote [+ ou – sonoro], diferenciando os pares mínimos, presente nos vocábulos “vaca” e “faca”.

Essa herança funcionalista também influenciou a Escola de Londres, de 1970, a qual foi desenvolvida por Michael Halliday. Dada a relevância e visibilidade da obra de Halliday, exporemos, ainda que de modo sucinto, seu arcabouço de reflexão e análise funcionalista. Este autor desenvolveu uma maneira de estudar as línguas de um ponto de vista funcional, ao postular que as estruturas gramaticais do sistema linguístico têm relações com suas funções. Vale frisar que, na visão de Arnt; Catto (2010), há algumas relações convergentes entre Halliday e as contribuições de Jakobson⁴⁵, mas essas perspectivas não são correlativas, pois não é possível afirmar que exista equivalência conceitual. Uma das diferenças é expressa na apresentação conceito de função, pois, para Halliday, este “[...] vai além da noção de propósito ou forma de uso da linguagem. O conceito de função/funcionalidade é o elo organizador do sistema da língua.” (ARNT; CATTO, 2010, p. 107). Ao retomar o conceito de contexto de Jakobson, Halliday (1989) não focaliza apenas no interlocutor, tal qual fez o seu anterior, mas o considera sob três perspectivas: campo (o que), relação (quem) e modo (como).

Neves (2004), em um texto intitulado “UMA INTRODUÇÃO AO FUNCIONALISMO: proposições, escolas, temas e rumos”, apresenta a condensação de cada proposta funcionalista de análise linguística e de como cada escola apresenta as suas proposições. Ao iniciar, primeiramente, com a proposta de Halliday, a autora admite que tal concepção está engendrada no conceito de função “[...] como o papel que a linguagem desempenha na vida dos indivíduos, servindo aos muitos e variados tipos universais de demanda, e que se assenta a sua gramática numa base sistêmica (e paradigmática), na qual o enunciado não faz parte de uma estrutura profunda abstrata [...]” (NEVES, 2004, p. 15). Com base nessa consideração, admite-se que essa proposta de Halliday é socio-funcional, pois dá enfoque às funções, às escolhas do falante diante de um propósito comunicativo e de significados oriundos dessas escolhas.

⁴⁵ Para Arnt; Catto (2010), Jakobson e Halliday, cada um a seu tempo, compreenderam que o sistema linguístico não deve ser estudado fora do seu uso. Uma das grandes contribuições de Jakobson (1974) foi a de associar as significações na linguagem à língua e à ciência da linguagem. Para ele, toda a comunicação é influenciada pelo contexto, e a linguagem funciona como instrumento de comunicação, o qual serve para transmitir informações. Sendo assim, propôs um sistema de comunicação que organiza e identifica os principais elementos de um ato de comunicação, bem como as funções que cada elemento realiza: “o remetente – função emotiva, o destinatário – função conativa, o contexto – função referencial, a mensagem – função poética, o contato – função fática, e o código – função metalinguística.” (ARNT; CATTO, 2010, p. 97). Por seu turno, Halliday (2004) acredita que a linguagem realiza três metafunções: *ideacional*, *interpessoal* e *textual*, as quais são constitutivas de toda mensagem, sendo esta dirigida a alguém e construída, organizadamente, com um propósito.

3.2 A Linguística Funcional Norte-Americana

Ainda em Neves (2004), passemos à segunda proposta, a de Talmy Givón, cujos desdobramentos teóricos são de nosso interesse nesta tese. Para Givón (1995), um dos principais representantes da vertente norte-americana, o sistema linguístico não é autônomo, e a língua não possui apenas uma estruturação gramatical; antes, essa estruturação integra a sintaxe, a semântica e a pragmática. Nessa admissão, “[...] a gramática só pode ser entendida por referência a parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultura, mudança e variação, aquisição e evolução.” (NEVES, 2004, p. 15). Percebe-se, assim, que a gramática está emoldurada por traços socioculturais integrantes das atividades discursivas e cognoscitivas. A sintaxe, como defende o autor, é a compilação de dois domínios funcionais diferentes: a semântica (proposição) e a pragmática (determinações discursivas).

Para compreender melhor o espírito do funcionalismo desenvolvido nos Estados Unidos, é necessário conhecer a contestação de Givón (1995) às teses formalistas, no que tange ao que o autor define como doutrina estruturalista: a polarização entre *langue* e *parole*, entre *diacronia* e *sincronia*, e o fato de o signo linguístico ser *arbitrário*. A primeira dicotomia saussuriana, *langue* e *parole*, assinala o que é, para os estruturalistas, regular e o accidental, supraindividual e individual, isto é, o indivíduo não pode criar, tampouco modificar a língua. Ora, se os formalistas priorizam a língua em detrimento da fala, o posicionamento funcionalista reserva o discurso individual como motivador do sistema linguístico, já que não há como separar o discurso e a gramática da língua.

A segunda dicotomia de Saussure, contestada por Givón, dá-se em relação à forma de investigação linguística – a estática e a evolutiva – as quais, respectivamente, correspondem à *sincronia* e à *diacronia*. Na ótica funcionalista, defende-se que essas duas formas devem estar articuladas. Os estudos mais recentes de gramaticalização defendem a perspectiva da *pancronicidade*⁴⁶, isto é, a integração dos vieses diacrônico e sincrônico, na descoberta dos processos de variação, de mudança e de estabilidade dos elementos linguísticos ao longo da trajetória de uma língua ou das línguas.

⁴⁶ Parafraseando Martelotta e Areas (2015), pode-se afirmar que o funcionalismo assume uma concepção **pancrônica** de mudança, quando observa não só as relações sincrônicas ou as mudanças ao longo do tempo, mas também as forças cognitivas e comunicativas que agem no falante no momento de sua comunicação, as quais se revelam de modo universal.

A última crença estruturalista, *o caráter arbitrário do signo linguístico*, também refutada pelo referido funcionalista, confere ao signo linguístico duas faces arbitrárias – significante e significado – não equacionáveis, não motivadas. Nessa acepção, o signo é a junção de duas partes, promovida por questões culturais e convencionais. Essa formulação saussuriana consistia em oposição e em contraste de formas, já que, para ele, a relação existente na língua era “[...] “arbitrária”, isto é, não determinada pela natureza dos conceitos, qualquer significante sendo capaz de se relacionar com qualquer significado.” (CÂMARA, 1975, p.130). Enquanto os estruturalistas decompõem o signo em duas faces opostas, *imagem acústica* e *sentido*, os funcionalistas defendem o princípio de motivação na língua, ou seja, esse princípio icônico, diferente do formalista, admite que tanto a estrutura da língua quanto a sintaxe são motivadas pelo contexto de uso⁴⁷. Iconicidade, nesse sentido, é a correlação natural entre forma e função, entre o código linguístico (expressão) e seu conteúdo. Sendo assim, a estrutura da língua reflete, parcialmente, a estrutura da experiência do falante. Mais à frente, trataremos sobre a iconicidade, contemplando os subprincípios inerentes às motivações presentes na relação forma-função.

Norteados por tais refutações, Givón⁴⁸, em 1979, com a publicação de “*From discourse to syntax: grammar as a processing strategy*”, defende que a sintaxe existe para desempenhar uma certa função, e é esta função que determina sua maneira de ser. Nessa visão givoniana, a sintaxe não é apenas uma estrutura formal fixa e inata, contrariando as teses de Chomsky. Ela deve ser concebida como uma entidade motivada por algumas propriedades, dentre elas, as formais, as quais não devem ser apenas descritas, mas explicadas.

É indispensável destacar que, ao assinalar as contribuições de Halliday e de Givón, inclusive em detrimento de outras proposições, não procuramos estabelecer, nessa ordem, um efeito de sobreposição ou de relevância teórica do funcionalismo europeu em relação ao norte-americano. Longe de ser minimalista e assumir um extremismo em defesa da superação de um modelo por outro ou da transição de uma escola para outra, reforçamos que, embora recorrente, essa apresentação é motivada por apresentar a ancoragem dita “clássica” do

⁴⁷ É importante ressaltar que, quando estruturalistas e funcionalistas elaboram concepções de arbitrariedade e de iconicidade, eles estão olhando para objetos distintos e a partir de pontos de vista, também, distintos. Por essa razão, é sempre assimétrica essa oposição entre arbitrário e icônico, assentada em teorias tão distintas.

⁴⁸ Algumas das premissas de Givón (1995, p. 9): (a) a linguagem é uma atividade sociocultural; (b) a estrutura serve a funções cognitivas e comunicativas; (c) a estrutura é não arbitrária, motivada, icônica; (d) mudança e variação estão sempre presentes; (e) o sentido é contextualmente dependente do contexto e não atômico; (f) as categorias não são discretas; (g) a estrutura é maleável e não rígida; (h) as gramáticas são emergentes; (i) as regras de gramática permitem algumas exceções.

Funcionalismo. Ocorre que, como cada modelo tem uma forma de olhar especificamente a função da língua, consideramos, para nossos propósitos, mais produtiva a incursão teórica funcionalista norte-americana, bem como os trabalhos que dela se derivam no Brasil.

Nos EUA, essa concepção surge a partir da década de 70, representada por linguistas, como Sandra Thompson, Paul Hopper e Talmy Givón. Para essa corrente, o indivíduo é o ponto nevrálgico das discussões linguísticas tecidas. Esse polo funcionalista defende uma linguística baseada no uso e propõe a interação entre o contexto linguístico, a situação extralinguística e a estrutura linguística. Além disso, advoga que a linguagem possui sua dimensão mental (biológica), embora seja relevante considerar as questões sociais e as vicissitudes do discurso do indivíduo para a consolidação do compromisso teórico com a natureza inerentemente social dessa linguagem. Em outros termos, o funcionalismo compreende a gramática de uma língua a partir de seu funcionamento nos contextos de uso, sem relegar, porém, os princípios e estratégias que gerenciam seu uso comunicativo natural.

Como iniciamos e concluímos esta seção abordando o conceito de gramática, sentimos a necessidade de frisar que este é muito recorrente e caro à linguística funcional, mas sempre aparece associado a outros. Por essa razão, apresentaremos algumas reflexões sobre três conceitos basilares desta corrente – *gramática*, *uso* e *discurso* –, como se verá um pouco a seguir.

3.3 Gramática, uso e discurso

De acordo com essa perspectiva teórica, há uma relação simbiótica entre gramática, uso e discurso, uma vez que este assume uma importância geradora do sistema linguístico; em termos mais simples, a gramática é moldável pelo uso e pelo discurso do falante e, conseqüentemente, está em constante transformação, sujeita às motivações de ordem pragmático-discursivas. Na visão de Du Bois (1993), a gramática é concebida como um “sistema adaptativo”, já que esta é sensível às pressões de uso e às necessidades sociocomunicativas dos falantes. Essa relação entre *discurso*, *uso* e *gramática* pode ser equacionada da seguinte forma: “[...] a) a gramática molda o discurso; b) o discurso molda a gramática”. (NEVES, 1997, p.15).

Compreender a gramática como sensível às pressões de uso é levar em consideração que este se manifesta nas situações concretas de comunicação entre falantes. Logo, a gramática é completa de discurso, e este não pode ser observado sem a configuração daquela, o que demonstra uma integração intrínseca entre aquilo que é veiculado pelo discurso e o que

é veiculado pela gramática. Da mesma maneira, e concordando com Bolinger (1977), a gramática, cuja estrutura é maleável, apresenta classes não rígidas, tendo sempre frequentes a mudança e a variação.

Dentro desse modelo de interação, a capacidade de escolha do falante no momento de produção linguística determina as escolhas na formulação do seu discurso. Isso implica dizer que o falante não constrói seu discurso a partir do “efeito-pinça” do léxico de que tem à disposição, como se fosse catando palavras; de modo contrário a isso, os fatores cognitivos, culturais, contextuais e linguísticos motivam a forma de uma palavra ou expressão, bem como sua função no contexto de uso. Em uma espécie de *continuum* de forma e de função, a gramática assume contornos pouco fixos e é considerada “[...] como o conjunto das regularidades linguísticas, como o modo ritualizado ou comunitário do uso.” (OLIVEIRA; VOTRE, 2009, p. 99).

Nesse entendimento, compreendemos que, enquanto a gramática se ocupa das regularidades e das sistematizações, por sua vez, o discurso se volta à liberdade do falante e à autonomização da expressão. Mais do que *criatividade, potencialidade e individualidade* do uso, como vistas nos autores citados acima, o discurso não se reduz ao caos criativo do falante; de fato, ele “[...] faz referência às estratégias criativas dos usuários na organização de sua produção linguística, aos modos individuais com que cada membro da comunidade elabora suas formas de expressão verbal.” (OLIVEIRA; VOTRE, 2009, p. 99). Nessa simbiose, tem-se uma congruência de liberdade e autonomia⁴⁹ discursiva do falante correlacionadas à sistematização e à regularização da gramática, presentes, por exemplo, na sintaxe da língua.

Ora, se para Du Bois (1993, p. 11), “a gramática é feita à imagem do discurso”, sinônimo de “uso”, então é necessário esclarecer a que se refere esse termo, baseado nos novos estudos. Defendemos que o uso é “[...] não só o registro da modalidade falada, como tradicionalmente se preferiu nas primeiras pesquisas de base funcionalista, mas também as fontes escritas, tanto em variedade padrão como não-padrão.” (ROSÁRIO, 2012, p. 68). Sobre o uso, como se pode observar, é um componente pragmático dentro da interação verbal, de diferentes registros e variedades.

⁴⁹ Oliveira e Votre (2009, p. 105) elucidam a especulação relacionada à regularidade da gramática como sendo fruto do caos discursivo. Em resposta, defendem que “[...] ganha relevo a vinculação entre discurso e gramática, na defesa de que fatores de natureza pragmático-comunicativa não só podem ser responsáveis pela regularização gramatical, como também atuam na seleção e na organização daquilo que a própria gramática atualiza.”.

Acrescente-se, ainda, que a gramática da língua em uso concebe o texto, seja falado seja escrito, como a maior unidade de análise e de funcionamento, o que pressupõe que as análises dos itens gramaticais não podem prescindir do texto, isto é, da materialização do uso. Essa concepção de uso rompe a perspectiva tradicional do binômio gramática *versus* discurso, já que as propriedades daquela nascem deste. Considerar o uso significa dizer que os itens gramaticais são multifuncionais e, assim sendo, em dadas ocorrências, podem assumir variados sentidos e funções, o que reforça a ideia de que os componentes pragmáticos e semânticos estão integrados e revelam, além das motivações externas, as trajetórias de sentido de cada item em estudo. Em suma, essa integração de diferentes componentes “[...] representa o abandono do tratamento modular e a adoção do relacionamento de domínios funcionais: mais especificamente, propõe-se uma teoria funcional da sintaxe e da semântica que se desenvolva dentro de uma teoria pragmática.” (NEVES, 2006, p.26).

Nessa mesma admissão, Givón (1979) previa, através do gradiente, que os padrões gramaticais ocorrem neste *continuum* do léxico à gramática: **discurso > sintaxe > morfologia > morfofonologia > zero**, sendo esse zero o desaparecimento da forma criada, o que demonstra, também, um percurso de itens menos gramaticais para categorias mais gramaticais. Para ele, a sintaxe de uma língua é constituída dinamicamente do discurso e da interação, bem como de dois domínios funcionais: a semântica e a pragmática. Assim, entende-se que a estrutura da língua é moldada por ações pragmático-discursivas, de modo consequente, por *pressões de uso*. De semelhante compreensão, Hopper (1987) também assegura a tese de que a gramática é resultante do discurso, sendo assim, inerentemente interacional.

Em sendo social e interacional, a gramática é construída tanto por traços linguísticos, quanto por fatores sociais, por regras, mas também por unidades variáveis. Isso representa afirmar que o uso linguístico está ancorado nestes fatores:

- (i) ao conhecimento intuitivo, que faz do indivíduo um membro da comunidade de fala (ou seja, um falante);
- (ii) a certas características sociais desse indivíduo (tais como sexo, idade, nível de escolaridade, etc.);
- (iii) aos juízos de valor desse indivíduo sobre as escolhas disponíveis no repertório linguístico da comunidade;
- (iv) à dimensão ideológica do ato de interação verbal, que remete às relações de poder, estratégias de convencimento, nível de interesse na conversação, etc.;
- (v) às circunstâncias específicas nas quais se realiza o ato, relativamente ao conhecimento compartilhado entre os participantes, à intervenção

eventual de participantes adventícios ao ato em questão etc. (LUCCHESI; RIBEIRO, 2009, p. 129)⁵⁰

A lista desses fatores corrobora a tese de que as dimensões discursiva, semântica e pragmática, somada aos aspectos cognitivos, como “escolhas disponíveis” e “estratégias de convencimento”, revelam que diversas variáveis estão arroladas na construção da gramática de uma dada língua, dilucidando, desde a análise de um fenômeno linguístico, até a mudança linguística.

Outro corolário é a admissão de que a gramática de uma língua, além de ser motivada por aspectos pragmáticos e discursivos, o é, também, por aspectos cognitivos. Nesse caso, entram em cena as contribuições do cognitivismo⁵¹ em interface com o funcionalismo, cuja crença é a de que “[...] A língua é uma das formas mais sistemáticas e complexas do comportamento humano” (BYBEE, 2010, p.6). É a partir dessa proposição que compreendemos que a gramática pode ser pensada, também, como uma composição das experiências e das intenções dos falantes da língua.

3.4 Gramática, uso e cognição

Sob a perspectiva cognitiva, a gramática é tida como “[...] a totalidade do conhecimento que um usuário de uma língua individual possui sobre como reproduzir e compreender uma língua, incluindo significado, interpretação, contexto, detalhes específicos do falante etc.” (DUQUE; COSTA, 2012, p. 139). Como se percebe, esse enfoque cognitivista se detém sobre quais conhecimentos e quais dispositivos são acionados quando os falantes fazem uso da língua, designando, assim, fatores cognitivos-interacionais como motivadores dos padrões gramaticais.

De um modo geral, a linguística cognitiva busca compreender como acontecem as acomodações entre a língua e as estruturas cognitivas, como a cognição⁵² humana geral, ao

⁵⁰ Essa referência, seja dos fatores em si, seja dos próprios autores, pertence à base teórica da Sociolinguística. Por essa razão, justificamos que, a partir de Görski; Tavares (2017), é possível estabelecer uma interface entre a variação e gramaticalização (tomada de um ponto de vista funcionalista), uma vez que esta junção promove uma série de contribuições mútuas: “[...] o tratamento da variação linguística pode ser aprimorado com subsídios vindos de estudos sobre a gramaticalização, assim como a análise do processo de gramaticalização pode ser enriquecida como informações provenientes de análises variacionistas.” (GÖRSKI; TAVARES, 2017, p. 35).

⁵¹ A Linguística Cognitiva, sob a representação de Lakoff; Johnson (1980); Fauconnier (1994; 1997); Fauconnier; Turner (2002) e outros, considera os aspectos cognitivos na construção da gramática de uma língua e como se dá o processamento e a expressão do conhecimento na mente humana.

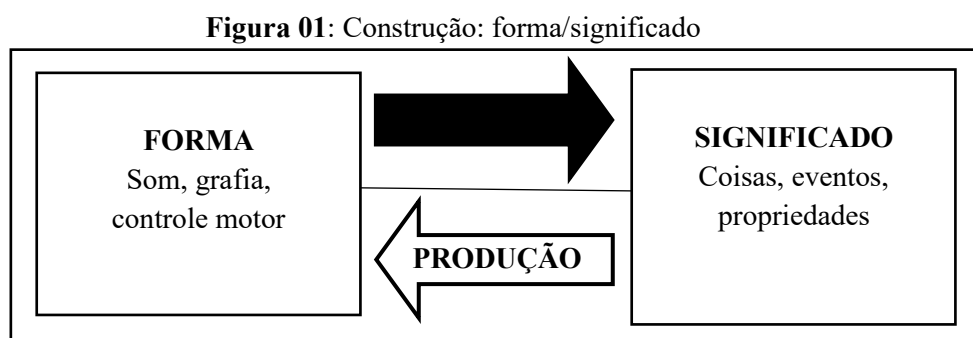
⁵² Tomamos cognição como “[...] o processo neuorracional de construção do conhecimento humano a partir da interação do organismo com o meio.” (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p.18).

utilizar palavras e conceitos, através de processos cognitivos, intervém na estruturação do funcionamento linguístico. Coerentemente com essa compreensão, “[...] a linguagem é uma das estruturas mentais por meio da qual o homem arquiteta e percebe o seu entorno biossocial.” (DUQUE; COSTA, 2012, p. 15). Nesse sentido, a linguagem é incorporada de cognição e das experiências do falante, e o conhecimento que se tem sobre o mundo está vinculado aos usos linguísticos. Cumpre frisar, portanto, que essa linguagem não só reflete a realidade objetiva, antes dita ao mundo formas de organização.

Em outras palavras, os conceitos a que temos acesso e a natureza da “realidade” que pensamos ou da qual falamos são uma função de nossa corporificação: só podemos falar sobre o que podemos perceber e conceber, e as coisas que podemos perceber e conceber derivam da experiência corporificada. (EVANS; GREEN, 2006, p.46)

Essa concepção teórica está orientada para a percepção de que a linguagem reflete a interação com o social, de que a mente do falante arquiteta a forma de percepção e de interação com o mundo. Isso determina como a experiência humana é de grande relevância para os processos de categorização e de conceitualização do entorno biossocial. Para ilustrar isso melhor, lembremos de que as construções sintáticas das vozes verbais refletem o modo como o falante percebe o evento, ao se referir a um determinado elemento da cena: o agente, o paciente ou o próprio evento. (SPERANÇA-CRISCUOLO, 2014).

Nesse modelo de gramática baseada no uso, centrado na perspectiva cognitiva, as construções emparelham forma e significado, incluindo, também, a pragmática. Vejamos a Figura 01, a seguir:



Fonte: DUQUE; COSTA, 2012.

Ao observar esse modelo de gramática de construção, percebe-se que a construção linguística é o pareamento entre forma e significado, sendo um implicado no outro. Segundo Bybee (2016), é impossível pensar a sintaxe em um módulo isolado, dissociada da semântica,

do entorno social e até da fonologia, uma vez que esta pode ser representada, quando em casos de redução fonológica, nessa construção linguística.

Para o presente trabalho, comungamos com Bybee (2016) na defesa de que a estrutura linguística é emergente do uso da língua, de que o entorno sociocultural onde ocorre esse uso da língua é determinante para a criação das estruturas gramaticais. Nesse sentido, a autora também admite que a gramática é modelada por alguns fatores sociais, a saber: 1) *semelhanças na inferenciação pragmática* e 2) *inferenciação e morfologia tipológica*. Esse primeiro mecanismo universal contribui para a criação da gramática, uma vez que o falante, com seus conhecimentos, tem a capacidade de construir inferências sobre um determinado contexto. Isso ocorre através da intersubjetividade, por meio da qual o falante, a partir do uso linguístico, espera a cooperação do ouvinte para a apreensão do sentido esperado (TRAUGOTT; DASHER, 2002). O segundo mecanismo está centrado na “[...] hipótese de que a tipologia morfológica depende da maneira como uma língua conduz o processo de gramaticalização.” (BYBEE, 2016, p.321).

Qualquer que seja a inferenciação que modele a gramática, não se pode negar um fato: mesmo em estágios diferentes em algumas línguas, a gramaticalização e a mudança estarão sempre presentes. Em conformidade com essas teorias discutidas acima, vários pontos em comum podem ser ressaltados, dentre eles, instabilidade nas classes gramaticais, emergência de regularidades, novos usos e, por fim, a mudança linguística.

Martelotta (2011), ao levantar a tese sobre a natureza dinâmica das línguas, assume que a mudança “[...] é um fator inerente às línguas naturais, que se desenvolveram para veicular a comunicação entre os seres humanos.” (MARTELOTTA, 2011, p. 122). Por exemplo, através do aumento da frequência de uso, a forma original *vossa mercê*, por meio de um processo de gramaticalização, sofreu redução fonética, chegando a este estágio: *vossa mercê* > *vossamecê* > *vossemecê* > *vosmecê* > *você*. Entretanto, essa mudança não é aleatória, antes ela é dotada, em sua natureza e nos mecanismos, de regularidades, e um dos aspectos associados a essa regularidade são os fatores cognitivos e interativos abordados nesta seção.

Depois de apresentados os conceitos de *gramática*, *uso*, *discurso* e *cognição*, que são fundamentais para o funcionalismo, podemos evidenciar que as próximas categorias a serem apresentadas, também caras ao Funcionalismo, elucidarão mais precisamente o fenômeno observado.

3.5 Iconicidade

Na direção de não só apresentar este conceito como basilar à teoria adotada, mas também de abordar as condições do seu surgimento, é que vamos, inicial e rapidamente, propor uma exposição sobre o panorama histórico-filosófico, para clarificar melhor esse construto conceitual. Em seguida, exporemos como acontecem as relações icônicas na sintaxe funcionalista, bem como os subprincípios inerentes nessa correlação entre forma e função.

Sem dúvidas, a arbitrariedade do signo linguístico constitui um dos cerne daquilo que foi desenvolvido pela linguística moderna. Historicamente, tal advento tanto se remonta às ideias de Ferdinand de Saussure, quanto aos discursos filosóficos de *Crátilo* de Platão e o *Da Interpretação* de Aristóteles. Esses filósofos da Antiguidade Clássica tinham em convergência alguns posicionamentos a respeito da linguagem. Platão, no que se refere à justeza dos nomes (*orthotês onomatôn*), questionou a adequação dos nomes às coisas, referenciando o caráter convencional da linguagem. Por seu turno, Aristóteles “[...] foi mais longe, afirmando o convencionalismo no estabelecimento dos nomes, sem dúvidas, que pode ser visto como o correlato filosófico da proposição da arbitrariedade do signo.” (NEVES, 2012, p. 33). Foi Saussure, no entanto, como mencionamos no início deste capítulo, que afirmou a seguinte tese: o signo linguístico é arbitrário.

Na filosofia platônica, através de *Crátilo*, o naturalismo e o convencionalismo formam as bases futuras da linguística contemporânea, pois ao considerar a relação *pensamento e linguagem*, ocupavam-se em discutir a relação entre as “coisas do mundo” e suas designações. Em contrapartida, analogistas e anomalistas, assim como Saussure, destinavam-se a estudar as regularidades do sistema da língua, bem como o seu caráter regular e sistemático. Para estes, a relação nome-objeto é indireta, arbitrária, portanto, convencional. Sob essa lógica, os analogistas estudavam “[...] as regularidades nas formas linguísticas, tanto no plano de variações do corpo fônico quanto do significado.” (MARQUES, 2003, p.26).

Esse entendimento levou Saussure, em oposição aos convencionalistas, a definir o signo linguístico como uma entidade psíquica de duas faces, que “[...] une não uma coisa e uma palavra, mas um conceito e uma imagem acústica.” (SAUSSURE, 2012, p. 106). O esclarecimento dessa dicotomia estrutural-saussuriana, grosso modo, coloca a realidade à parte (tanto do mundo real, quanto do pensamento), uma vez que as palavras não seriam etiquetas afixadas para a realidade no mundo e, também, porque, na linguagem, contam apenas as relações intrassignificativas; em outros termos, falar não implica uma relação de signos

com a realidade, mas sim de um signo com outro signo. Segundo esse linguista suíço, *conceito* e *imagem acústica*, respectivamente, representam o *significado* e o *significante*, e um reclama o outro, mas ambos escapam à vontade do falante.

No entanto, as pesquisas em sociolinguística, a partir das contribuições seminais de Sapir e Whorf, estilçaram a noção assumida por alguns filósofos: a de que a linguagem descreve a realidade por meio da proposição⁵³, sendo essa realidade modelada através da lógica proposicional, forma exclusiva de se construir significado. Whorf e Sapir radicalizaram a noção de língua, ao postularem: (i) que a forma de conhecer a realidade depende do conhecimento da língua, (ii) que só se pode pensar numa língua e, sobretudo, (iii) que o modo de conhecer a realidade depende daquilo que cada comunidade linguística estabeleceu como língua.

A contribuição de Peirce (1940), notadamente expressa em seu esquema triangular, dá contorno a uma filosofia da linguagem que congrega lógica e semiótica. Dessemelhante ao de Saussure, o esquema desse filósofo compreende uma relação de semiose que aglutina o signo ou *representâmen* (dimensão cognoscível), o seu objeto (ideia ou coisa) e o seu interpretante (segundo signo, percebido cognitivamente pelo falante). Segundo o estudioso, “[...] o único pensamento que se pode conhecer é o pensamento em signo. Todo pensamento deve, portanto, necessariamente existir em signos.” (PEIRCE, 1980, p.68). Sob essa lógica, o signo-pensamento representa o objeto que se equivale desse pensamento e a qualidade que se liga a seu objeto; o pensamento, por sua vez, não pode prescindir da supressão da linguagem, o que comprova que linguagem e pensamento representam a ação do homem típica da realidade.

Ao discordar parcialmente das ideias de Saussure, a filosofia peirciana recupera, de algum modo, o pensamento advindo dos naturalistas, conjugando-o à postura dos convencionalistas. Para ele, a sintaxe de uma língua é iconicamente motivada, isto é, isomórfica. Essa motivação na sintaxe, esse efeito transparência entre forma e função, nem sempre é acabado e perfeito. Assim, Peirce mostra que a linguagem codifica a realidade e essa codificação sintática se processa numa relação mútua entre princípios icônicos (cognitivamente motivados) e entre os mais simbólicos (cognitivamente arbitrários). No campo da Semiótica, esse filósofo estabeleceu dois tipos de signos icônicos: o *imagético* e o *diagramático*. O primeiro faz referência ao objeto e à mimese desse objeto, a exemplo de uma

⁵³ Como assinala Araújo (2004), desde as teses aristotélicas à gramática de Port-Royal, as palavras são concebidas como revestimento das ideias, pois só elas se ligam aos objetos. Os vocábulos seriam, nessa acepção, imiscuidos de traduzir o que se processa no pensamento, ou seja, as operações lógicas. A gramática de Port-Royal centraliza-se na ideia de que a realidade não prescinde a proposição.

maquete de um prédio. O segundo, por sua vez, refere-se a uma analogia motivada de signos, realçando apenas semelhanças pontuais e inteligíveis entre o objeto e sua representação, a exemplo das cartografias terrestres (MARTELOTTA; AREAS, 2015).

Neves (1997), ao mencionar as contribuições da semiótica peirciana para a abordagem da linguística funcionalista, reforça a ideia de que esses dois tipos de relação icônicas têm envolvido muitos pesquisadores de orientação funcionalista, sobretudo no que se refere à iconicidade *diagramática*, já que é bastante produtiva para os estudos do fenômeno da motivação linguística. Insta-nos afirmar que outros autores incluem outro tipo de iconicidade àqueles já mencionados por Neves. Por exemplo, ao tratar sobre arbitrariedade/opacidade, motivação/transparência do signo linguístico, Azeredo (2008) acrescenta o processo metafórico como o grau máximo de transparência das formas linguísticas. Para ele, o fundamento da experiência metafórica se espelha na aplicação de regras de combinação de sentido, vista em *incapaz* [=não capaz] e nas locuções metafóricas ou metonímicas, a exemplo de *botar pilha* [=incentivar, estimular].

Diferentemente dos estudos formalistas, os funcionalistas se interessam pelo princípio da iconicidade, tendo em vista que este compreende as formas linguísticas utilizadas para a construção do significado como sendo motivadas. Nessa acepção, “motivada” representa uma relação de um para outro, entre forma e função, bem como significa que tais formas linguísticas não foram criadas de modo arbitrário, antes elas são, em sua natureza, dotadas de significados e de uma dada função específica. (HEINE *et al*, 1991). Essa afirmação teórica recupera as palavras iniciais de Bolinger (1977), quando admitiu o *isomorfismo* linguístico como condição *sine qua non* das línguas. Ele postulou que há sempre uma forma linguística equivalente à do sentido; em outros termos, a estrutura sintática de uma língua possui estreita relação *isomorfa* com a estrutura semântica. No entanto, na língua usada no cotidiano, sobretudo na escrita, há uma quantidade considerável de ocorrências⁵⁴, nas quais não há uma relação motivada entre forma e conteúdo, e sim uma certa opacidade existente entre a codificação sintática e o sentido. Isso revela, na visão de Martelotta e Areas (2015), uma atenuação da “versão forte” desse conceito inicial concebido por Bolinger.

⁵⁴ Martelotta e Areas (2015) exemplificam, quanto à opacidade entre forma e função, o fato de a impessoalização no português ocorrer sob três formas diversas: i) 3ª p. plural (VTD) > Prepararam a comida; ii) verbo na 3ª p. singular + PA > Vende-se casa e iii) Pronome indefinido > Ninguém votou nele. Ora, se há a constatação de três diferentes formas para se referir ao mesmo evento linguístico, presume-se, então, que essa relação da língua nem sempre espelha uma relação clara e transparente.

Na esteira desse raciocínio, afigura-se relevante pontuar que Haiman (1985) focaliza o debate sobre o caráter arbitrário ou motivado da linguagem, destacando que a arbitrariedade do signo linguístico deve ser aceita, mas desloca sua discussão para a investigação da iconicidade da gramática e dos seus níveis (morfológico, sintático, semântico e discursivo). Esse caráter motivado da gramática das línguas seria percebido e analisado através dos fenômenos vistos na construção oracional e em sua organização sequencial, por exemplo.

Numa versão mais branda, os funcionalistas, como Croft (1990), defendem que a construção gramatical é iconicamente motivada pelo conceito que esta exprime. Sob essa lógica, há uma correlação entre a forma de organização sintática e a conceitualização humana, já que fatores sociocognitivos entram em operação na construção sintática. Isso representa “[...] aceitar a importância da utilização de informações contextuais na criação e interpretação dessas sentenças, o que implica uma visão adaptativo-funcional do sistema linguístico que serve de base à comunicação verbal.” (MARTELOTTA, 2011, p. 72). Conforme esse autor, o papel da cognição, por exemplo, através dos eventos de uso, é crucial não só para a organização e estruturação do sistema usado pelo falante, mas também para o fornecimento de *input* enviado aos sistemas de outros falantes.

Nessa perspectiva, a gramática de uma língua é concebida não só como um agrupamento de fundamentos de um constante processo de variação e de mudança, mas também “[...] como um conjunto de rotinas cognitivas em constante envolvimento que são moldadas, mantidas e modificadas pelo uso da linguagem⁵⁵”. (LANGACKER, 1987, p. 57). Mais especificamente, a gramática de uma língua leva em consideração certas habilidades linguísticas, mentais e físicas. Em termos mais simples, ela é definida a partir de aspectos cognitivos, os quais se somam às convenções linguísticas do falante. Por esse motivo, não se pode afirmar que as regras gramaticais têm natureza, essencial e predominantemente, sintática, pois as capacidades cognitivas do falante, para estabelecer relações e analogias, demonstram, por exemplo, que a ordenação sintática é influenciada pelo contexto e pelos esquemas cognitivos. Por isso, pode-se afirmar que iconicidade e cognição têm relação estreita.

Com ênfase nessa defesa de que a sintaxe da língua possui sempre uma motivação cognitiva, é significativo afirmar que as regras gramaticais existem, mas estas se manifestam não, de forma exclusiva, pela natureza sintática; ou seja, compor uma sentença não implica

⁵⁵ Tradução nossa.

apenas uma noção lógica, mas o estabelecimento da junção da estrutura linguística e do contexto. Se a tese de Dwight L. Bolinger (1977) é a de que toda forma possui um significado, conclui-se que essa combinação de itens formais, na construção da gramática da língua, é regulada por uma padronização que emerge tanto do contexto de uso, quanto do sentido a ele vinculado.

Kuteva (1994), ao se referir à iconicidade e a sua relação com verbos auxiliares em estágio de gramaticalização, destaca que aquele fenômeno linguístico opera na língua como:

- 1) *Iconicidade da imagem*, relativa à forma de como o simbolismo sonoro é empregado na linguagem poética;
- 2) *Iconicidade esquemática*, percebida em “*Veni, vidi, vici*” de Júlio César – “Vim, vi, venci”, cuja ordem linear de menção dos verbos é equivalente à ordem cronológica ou causal dos eventos;
- 3) *Iconicidade metafórica*, presente, por exemplo, em expressões com a palavra “pé” [suporte que se conecta ao solo] – *pé de cabra*, *pé de maracujá*;
- 4) *Iconicidade categorial*, referente à correlação entre a categoria cognitiva de coisas e sua categoria linguística correspondente de nomes.

Como se percebe, a iconicidade é um princípio geral por meio do qual as propriedades da forma (sintáticas, morfológicas e fonológicas) apresentam um elo de correspondência simbólica com as propriedades do sentido (semânticas, pragmáticas, discursivo-funcionais). Nesse sentido, a estrutura linguística vincula-se, de alguma forma, à conceptualização humana, tal como um efeito de correspondência entre um dado conceito e sua representação verbal (HOPPER; TRAUGOTT, 1993).

Por sua vez, Givón (1990) sistematiza o princípio geral de iconicidade em três subprincípios de motivações, a saber: *quantidade de informação*, *grau de integração dos constituintes* e *ordenação linear*.

O primeiro subprincípio, o da *quantidade de informação*, presume que quanto maior for a quantidade de informação, maior será a quantidade de forma utilizada, de modo que a estrutura gramatical corresponde à estrutura do conceito por ela representada – isto é, quanto mais nova e inesperada for a informação, maiores serão o fluxo de conteúdo e, conseqüentemente, a quantidade de formas para apresentá-lo. A título de exemplo, essa imprevisibilidade somada ao grau de novidade dentro do texto aparece como marca de realce nas orações apositivas, cujas construções servem como aposto a um sintagma nominal da

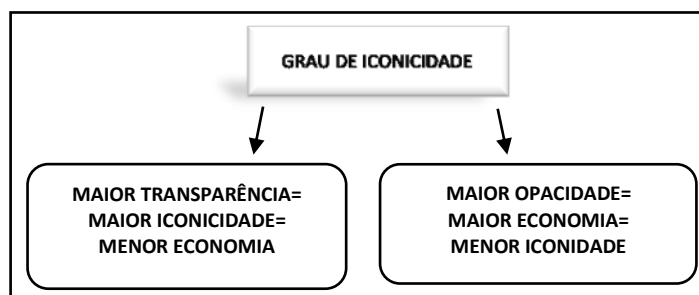
oração principal. As construções apositivas surgem da necessidade de o falante expressar o conteúdo informacional com mais formas linguísticas.

O segundo, nessa ordem, é referente *ao grau de integração dos constituintes*, o qual prevê que, quanto mais os conceitos estiverem integrados no universo extralinguístico, de forma mais próxima estarão da codificação morfossintática. Esse subprincípio da adjacência explica que quanto mais aproximados dois conteúdos estiverem, mais estarão ajustadas, cognitivamente, as formas que representam tais conteúdos. Esse subprincípio pode ser exemplificado na relação que existe entre o verbo e seus argumentos, especificamente, no grau de integração acentuado entre V e O na cadeia linguística. A esse respeito, alguns estudos funcionalistas observaram que, nessa cadeia, quando o verbo está mais distante do argumento externo, tem-se, quase sempre, a não concordância canônica, o que representa um baixo grau de integração entre essas partes.

Por último, o princípio da *ordenação linear*, segundo o qual, a sequenciação de eventos/estados de coisas é refletida e percebida pela experiência do falante. A esse respeito, Abraçado (2001), a partir de Givón (1990), ressalta que a informação de maior relevância é, geralmente, inserida em lugar primário na cadeia linguística, e que as informações mais ou menos previsíveis tendem, também, a ocupar o lugar primário nessa cadeia linguística. O exemplo mais clássico desse princípio é aquele já mencionado em *Iconicidade esquemática* de Kuteva (1994), percebida em “*Vim, vi, venci*”, cuja distribuição dos verbos ocorre em ordem linear e é, portanto, equivalente à ordem cronológica ou causal dos eventos.

Para finalizar este tópico, convém frisar que, em direção oposta à do princípio de iconicidade, surge a tendência de economia, ou seja, de economizar esforços. Nesse sentido, a iconicidade “[...] leva a maior transparência, quanto à INFORMATIVIDADE, e a maior opacidade, quanto à ECONOMIA.” (NEVES, 2012, p. 56). Vejamos essa relação representada na Figura 02, a seguir:

Figura 02: Grau de iconicidade



Fonte: adaptado de Neves (2012)

Em termos gerais, a relação mais direta entre forma e cognição ocasiona um fator maior de transparência, havendo, assim, uma maior iconicidade e menor economia; mas, se a relação entre forma e cognição for mais frouxa, haverá maior opacidade entre elas e, conseqüentemente, maior economia e menor iconicidade. Dessa forma, o desenvolvimento de uma gramática da língua está suscetível a pressões de formas competidoras, variando entre motivações que ora atendem à informatividade, ora à economia.

Por fim, o princípio da *marcação*, do qual falaremos na seção seguinte, também diz respeito a outro fundamento dessa gramática.

3.6 Marcação

Remonta-se, inicialmente, ao Círculo Linguístico de Praga, a partir dos estudos da fonologia, a noção de que termo linguístico é “marcado” ou “não marcado”. Esse é um dos imperativos cognitivos que tem influência no feixe de variadas relações gramaticais. Grosso modo, essa é a premissa que referenda a relação contrastiva entre dois elementos de uma mesma categoria, seja fonológica, seja sintática.

O princípio de marcação⁵⁶ se refere à presença *versus* ausência de uma propriedade nos membros de um par contrastante de categorias linguísticas (GIVÓN, 1990). Isso diz respeito a uma relação equilibrada entre a noção de complexidade estrutural e a complexidade cognitiva. Nesse sentido, no campo da morfologia, pode-se ilustrar que a categoria de número em sua forma [+plural] é marcada em relação ao singular [-plural], forma não marcada. Para a criança, por exemplo, a aquisição das formas não marcadas, ou seja, no singular, ocorre de forma mais precoce, em virtude da menor complexidade estrutural e, conseqüentemente, da menor complexidade cognitiva. (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013).

Segundo Givón (1990), são três os critérios utilizados na distinção entre categorias marcadas e categorias não marcadas, num contraste binário:

- a) a complexidade estrutural prevê que a estrutura marcada tende a ser mais complexa, ou mais elaborada, que a não marcada; b) a distribuição de frequência preconiza que a categoria marcada é menos frequente que a não-marcada; c) a complexidade cognitiva refere-se ao fato de que a categoria marcada atua em contextos cognitivos mais complexos, por isso requer e exige também maior atenção e tempo de processamento, conseqüentemente

⁵⁶ Urge ressaltar que, nesta tese, estamos lidando com quatro formas verbais gerundivas; por essa razão, não nos valeremos da oposição dicotômica de marcado *versus* não marcado, mas sim trataremos o fenômeno estudado como um efeito escalar, distribuindo *supor*, *imaginar*, *prever* e *considerar* em um *continuum* de menos a mais marcado.

requer um maior esforço mental para sua apreensão. (GIVÓN, 1990, p. 947).

Esses três critérios de distinção – *complexidade cognitiva*, *complexidade estrutural* e *distribuição de frequência* – ilustram bem o aperfeiçoamento da noção saussuriana de *valor linguístico* nas relações binárias entre um par opositivo.

Com base nessa assertiva teoria, a *complexidade estrutural* está presente em estruturas marcadas que tendem a ser mais complexas (maiores) do que as não marcadas equivalentes. A título de exemplo, percebe-se que as formas não marcadas, além de mais frequentes na língua, são mais simples ou menores, o que justifica, talvez, na língua, a utilização de mais palavras no singular do que no plural, mesmo quando o singular é usado no contexto de plural. (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013). Com base nisso, pode-se chegar às características das categorias não marcadas: maior frequência nas línguas, contexto de ocorrência mais amplo, forma mais simples ou menor e aquisição mais cedo pelas crianças.

Nessa ordem, a *distribuição de frequência* se manifesta quando a categoria marcada tende a ser menos frequente nos textos do que a estrutura não marcada correspondente. Esse princípio, portanto, assume maior saliência cognitiva que a não marcada.

Admite-se que a *complexidade cognitiva* se materialize em estruturas marcadas, uma vez que estas demandam maior esforço mental, mais atenção e maior duração no processamento linguístico, algo que não ocorre com a forma não marcada. Em suma, uma estrutura mais marcada tende a ser mais complexa cognitivamente. Quanto à sua complexidade cognitivo-comunicativa, as formas gramaticais, com base nos critérios de marcação, podem ser percebidas como suscetíveis à inovação e a novas trajetórias de rotinização de uso. Isso tudo deve ser avaliado como motivações subjacentes às escolhas linguísticas dos falantes que influenciam cada uso, fazem surgir novas regularizações e pressionam novos contextos.

Além disso, é necessário frisar que o princípio de marcação não se restringe aos elementos linguísticos, mas pode se estender a outros âmbitos linguísticos, como o tipo de discurso (oral-informal vs. escrito-formal), visto no uso de uma modalidade da língua intrinsecamente mais formal do que a outra, ou na diferença existente entre o discurso formal e a conversação espontânea corriqueira. Em virtude do teor de objetividade e de abstratização, aquele é mais marcado do que esta. Tal contraste define a espontaneidade discursiva, presente

em assuntos do cotidiano social, como desprovida de um alto grau de saliência cognitiva; logo, mais fácil, em relação ao processamento mental (GIVÓN, 1995).

Contudo, pelo fato de a língua ser fluida e aberta à criatividade do falante, não se pode adotar um posicionamento rígido quanto a esse binarismo nas categorias linguísticas. Por essa razão, é indispensável assumir parâmetros de gradualidade na análise da marcação, visto que essa gradiência evitaria que a dicotomia *marcado x não marcado* relegasse, em função de termos discretos, a confluência de subprincípios tanto em estruturas marcadas quanto em não marcadas.

Ainda vale ressaltar, nos termos de Givón (1995), que a marcação está muito ligada a contextos. Assim sendo, uma estrutura pode ser marcada num contexto e não marcada em outro, devendo, pois, ser explicada à luz de critérios comunicativos, socioculturais e cognitivos. A efeito de exemplificar, a construção passiva sintética não é comum na oralidade, logo é muito marcada; na língua escrita, porém, essa estrutura é menos marcada, dada a sua alta frequência.

Portanto, em linhas gerais, percebemos que o princípio da marcação é concebido com base em critérios e processos cognitivos, assim como a prototipicidade, a qual mostraremos na seção seguinte.

3.7 Categorização e prototipicidade

No âmbito da Linguística Cognitiva, a categorização é uma atividade cognitiva essencial que regula e atesta a interação do homem com o ambiente em que ele vive, uma forma de construir e ordenar a realidade. Mais do que isso, é uma atividade cognitiva sociocultural, que, por meio da experiência humana, possibilita a construção da realidade e a criação de categorias perceptuais de vários tipos, como sendo um modo de sistematizar e organizar as coisas à nossa volta. Quando criamos e/ou caracterizamos grupos como ALIMENTOS, VESTIMENTAS, AMIGOS, TERCEIRA IDADE, O BEM e O MAL, no plano linguístico, respeitamos a semelhança e a identidade que associam palavras e sintagmas às representações armazenadas. (DUQUE; COSTA, 2012).

Bybee (2016), ao tratar da categorização, defende que itens lexicais somados a sintagmas e a outras construções formam categorias de exemplares, as quais são construídas por meio da experiência (em vários domínios) e demonstram traços prototípicos que advêm do nível de gradualidade de uma dada categoria. A bem da verdade, alguns desses exemplares

são membros centrais da categoria, já outros são mais adjacentes. Na categoria PÁSSARO, por exemplo, alguns pássaros são mais representativos da categoria do que outros.

Esse pertencimento graduado à categoria, que se revelou, nesse caso, em experimentos com categorias naturais, corrobora a tese de que alguns pássaros, como o sabiá, sejam mais centrais à categoria do que a águia, que se mostra mais marginal. Admite-se, então, que a categorização se manifesta por vários traços, não apenas por aqueles que são discretos. Sob esse raciocínio, “[...] um pássaro mais prototípico é pequeno – do tamanho de um sabiá ou de um pardal –, ao passo que pássaros grandes são menos prototípicos, muito embora o tamanho não seja um traço distintivos de pássaros.” (BYBEE, 2016, p. 132). Dessa forma, afirma-se que cada categoria é conceituada, em função do membro mais prototípico, ou seja, aquele que congrega traços mais regulares de que se constitui essa categoria. Mas essa é uma concepção mais recente, como veremos a seguir.

Como se delineia até aqui, é a partir do processo de categorização que o homem organiza, cognitiva e discursivamente, o mundo biopsicossocial por meio da linguagem. Ora, se a linguagem, além de refletir objetivamente a realidade, impõe ao social modos de organização, interpretação e de construção, logo, é impossível concebê-la dissociada da cognição e da experiência do falante. Em favor dessa premissa, concordamos que “[...] a linguagem, que é parte da cognição, fundamenta-se em processos cognitivos, interacionais e culturais, abrindo espaço para dimensões intersubjetivas.” (VANIN, 2009, p. 46).

Nessa admissão da relação entre gramática e cognição, encontra-se abrigada a noção de prototipia, que, por sua vez, também é derivada do assentimento de que há uma certa vacuidade nos limites inter-categoriais. Considerando esse enfoque, as categorias gramaticais decorrem de atividades figurativas relacionadas à categorização, aos aspectos semiológicos e aos domínios cognitivo-culturais (DCC) que, além de serem idealizados subjetiva e intersubjetivamente, são compartilhados pelos membros de um grupo social. Por conseguinte, toda atividade de categorização traz a reboque um ou mais de um desses domínios.

Os processos de categorização, ao longo da história, sempre serviram a alguns propósitos: 1) oferecer *economia cognitiva* (COLLINS; QUILLIAN, 1969), presente tanto na divisão do mundo em classes quanto, consequentemente, na redução da quantidade de informação que se tem a aprender, a decorar e a reconhecer; 2) fazer *inferências* no processamento discursivo, diante de situações como, ao se deparar com o tema “saúde pública”, mobilizamos conhecimentos sobre *SUS, médico, paciente, hospital, UPA, SAMU*

etc. Ora, se esses DCC apresentam fronteiras de contornos difusos e, quase sempre, estão associados em redes (*network*), de igual modo as categorias linguísticas se comportam, o que corrobora o fato de elas não serem excluídas desses domínios.

Na concepção de Lakoff e Johnson (1999), a categorização é uma concepção impreterível da constituição biológica do humano, tendo em vista que as propriedades do corpo cooperam para as do sistema conceptual. De um modo geral, cada membro trabalhando de uma forma, e não de outras, modela as possibilidades de conceptualização e de categorização. Para Jacob e Shaw (1998, p. 155), “[...] é um processo cognitivo de dividir as experiências do mundo em grupos de entidades, ou categorias, para construir uma ordem física e social do mundo.”. Contemporaneamente, os estudos cognitivistas têm afirmado que essa categorização não decorre ou não pode ser tomada como resultado de uma mente individual, mas como derivada da interação do humano com o mundo biopsicossocial, como base nos corpos e nas mentes em coletividade.

De modo mais específico, o sistema visual, por exemplo, é gerador de habilidades de conceptualização do mundo, dada a sua estrutura fornecida por meio de mapas topográficos e células sensíveis à orientação. Para esses estudiosos, o que verdadeiramente importa não é o fato de se ter um corpo ou um pensamento corporificado, mas saber que esse corpo é responsável por categorizar.

Embora essa abordagem cognitiva tenha ganhado realce a partir da década de 70, demonstrando que a categorização é resultante dessas interações, foi fundamentada nos estudos filosóficos clássicos a primeira versão a respeito do protótipo. Com o fito de apresentar essas duas visões particulares, Neves (2006) sintetiza:

A categoria decorre, pois, das relações associativas entre os diversos referentes, não sendo necessariamente postulada uma entidade central que a represente. Como mostra Kleiber (1988), essa é, na verdade, uma ‘versão ampliada’ da semântica do protótipo, a qual sucedeu a uma versão padrão, que apresentou duas fases: na primeira, o protótipo é entidade central em torno da qual se organiza a categoria, situando-se no centro aqueles exemplares que têm maior semelhança com o protótipo, e na periferia os que têm menor semelhança (o protótipo é o melhor exemplar da categoria, para o falante, e a análise semântica representa associar-se um vocábulo a um referente, na determinação do protótipo); na segunda fase, o protótipo é visto como uma entidade cognitivamente construída com base nas propriedades típicas da categoria (pode-se, ainda, falar de um melhor representante ou exemplar da categoria, mas apenas com base no conjunto das propriedades que representam da melhor forma a categoria). (NEVES, 2006, p. 22).

Inicialmente, emergem desse excerto a Teoria Clássica do Significado e da Categorização, como sendo aquela definida como conjunto de traços compartilhados, e a Teoria dos Protótipos, com enfoque cognitivista. Como se percebe, há uma produtiva diferença entre essas duas abordagens: aquela permite apenas dois graus de participabilidade, demonstrando que a entidade pode ou não ser membro de uma dada categoria; esta, por sua vez, está distribuída em um *continuum*, no qual diversos membros podem estar reunidos em uma mesma categoria. De modo pouco mais detalhado, essas duas versões serão apresentadas a seguir.

Vamos à primeira delas. Na Grécia Antiga, como já citamos anteriormente, os filósofos já se ocupavam das práticas como a nomeação e a categorização. Ao discutirem sobre a arbitrariedade ou não dos recursos linguísticos, questionavam se o significado era resultado de uma convenção ou a palavra estaria ligada, por natureza, à coisa que nomeia. Ao passo que Platão questionava os sentidos e os estranhava, Aristóteles defendia que uma categoria é uma partilha de propriedades comuns, concebidas como condições necessárias e suficientes para sua definição. Sob essa percepção, nomeia-se algo de “peixe”, porque se conhece o significado dessa palavra e atribuem-se propriedades que coincidem com os traços definidores da essência dessa categoria. Para esse último filósofo, a categorização é fruto de um processo mentalista que congrega experiências mentais (alma, razão) e realidade.

Taylor (1992), com relação às categorias linguísticas, declara que essa perspectiva aristotélica orientou, de forma hegemônica, os estudos clássicos do século XX ou das ideias seminais do que ficou intitulado como Teoria Clássica, cujas suposições podem ser assim descritas e sumarizadas: (a) um membro pertence a determinada categoria se ele apresenta todos os traços que o definem; (b) esses traços são binários, o que impede de uma coisa pertencer a mais de uma categoria; (c) essas categorias possuem limites bem definidos; (d) não existem graus de pertinência, ou seja, não há membros melhores que os outros e (e) existe uma correspondência perfeita entre os atributos da categoria, isto é, identifica-se a categoria a que um membro pertence a partir de seus atributos. (DUQUE; COSTA, 2012).

Dentro desse modelo estrutural, uma das perspectivas que mais corresponde a esse enfoque da Teoria Clássica é o da Análise Componencial do sentido, proposto por Lyons (2013). Para ele, a estrutura do significado de uma categoria (p. ex., MULHER) se constitui a partir de traços necessários e universais do sentido (p. ex., [humano], [feminino] e [adulto]); por sua vez, “homem”, pode ser (p. ex., [humano], [não feminino] e [adulto]). Segundo esse modelo, então, “[...] é possível esperar uma descrição bem completa de uma categoria com

uma enumeração organizada dos componentes semânticos comuns, ou seja, dos traços que todos e cada um dos membros compartilham e que são suficientes para definir a categoria completamente.” (DUQUE; COSTA, 2012, p.27).

Taylor (1992) ainda observa que o surgimento da linguística cognitiva, a partir da década de 70 e dos trabalhos de Eleanor Rosch, foi responsável por alguns traços definidores da Teoria dos Protótipos. Contrariando o enfoque Clássico, os artigos de Rosch, entre 1971 a 1978, já defendiam que as categorias têm uma estrutura interna, no sentido de que alguns elementos podem ser “melhores” ou “mais representativos” de uma categoria do que de outra. É sob esse enfoque que a maioria das categorias não pode ser definida por um simples rol de propriedades compartilhadas por todos os elementos. Tal concepção é bem definida quando ao falar das categorias de cores, essa estudiosa as define não como um conjunto de características de critérios limitados, mas sim em termos de protótipo (as cores mais claras, melhores exemplos) da categoria, cercadas por outras cores de similaridade decrescente ao protótipo e de grau descendente de associação (ROSCH, 1975).

Rosch e Mervis (1975) comprovaram que cada categoria possui um membro mais prototípico, isto é, apresentam bons e maus exemplos. Seguindo esse entendimento, os membros mais representativos “[...] são aqueles que os falantes primeiro evocam ao ouvir (ou ler) o nome de uma categoria, são os membros centrais ou prototípicos (melhores exemplos) em torno dos quais os demais se organizam.” (DUQUE; COSTA, 2012, p. 34). Dito de outro modo, distribuídos em um *continuum* categorial, alguns elementos são mais centrais (prototípicos) do que outros que estão no polo da escala, com propriedades relativamente definidas, enquanto os demais se encontram no grau bem intermediário, por terem, simultaneamente, características de uma e de outra categoria. Desse modo, sabiá é um protótipo de um pássaro, mas galo não é – exemplo dado por esses autores.

Taylor (1992) defende que os membros de uma categoria não precisam compartilhar dos mesmos atributos, nem o atributo deve ser obrigatoriamente compartilhado por todos os membros da categoria. No entanto, alguns atributos se entrecruzam em uma dada categoria, semelhante aos fios de uma rede, numa perspectiva bem wittgensteineana. Essa “versão estendida” da TP se distancia daquele protótipo de Rosch mais representativo de uma dada categoria e se aproxima, consoante a Kleiber (1995), de um protótipo que se converte em noção de família, deixando de ser causa para ser efeito.

Essa *semelhança familiar*, concebida em Wittgenstein (1953)⁵⁷, agregada à Teoria dos Protótipos, preconiza que, no modo de organização categorial, ela é responsável pela relação que amalgama os diferentes elementos de uma mesma categoria. Desse modo, é possível admitir que os elementos da categoria se vinculam em cadeia de forma colateral, sendo esse vínculo uma rede que une o primeiro e o último elemento. Essa é uma concepção multirreferencial, pois admite que uma dada categoria seja formada por diversos tipos de subcategorias, cuja relação entre o primeiro e último membro é de semelhança.

Em suma, essa “versão estendida” da prototipicidade, sob os novos ventos da linguística cognitiva, tem os seguintes princípios norteadores: (a) os limites das categorias são difusos, pois categorias vizinhas não estão rigidamente separadas; (b) os exemplares de uma categoria podem ser ordenados em termos do grau de tipicidade que possuem; (c) logo, há um gradiente de tipicidade entre os exemplares; (d) a classificação dos exemplares numa categoria é determinada pela similaridade dos atributos de um objeto com o protótipo da categoria, e (e) as categorias linguísticas são ordenadas, em três níveis hierarquizados: supraordenado, básico, subordinado, por exemplo, “fruta”, “maçã” e “maçã argentina” (EYSENCK; KEANE, 2005).

Por fim, Neves (2006) defende que a formação das categorias naturais se dá por analogia e por interpretação metafórica. De acordo com a concepção givoneana, essa mudança metafórica dos protótipos é o fundamento da gramaticalização, cuja temática trataremos na seção a seguir.

3.8 Gramaticalização e vinculação sintática oracional

O tema gramaticalização se encontra no cerne dos estudos da linguística funcional de base norte-americana. Para uma abordagem mais pontual, vamos pormenorizá-lo em termos conceituais, a fim de elucidar a nebulosa teórica e as divergências existentes entre alguns autores e pesquisadores sobre esse tema. Tomaremos, como recorte para esta tese, a versão considerada clássica dos estudos de gramaticalização.

⁵⁷ Em *Investigações Filosóficas*, Ludwig Wittgenstein (1953) afirma que, por meio dos *jogos de linguagem*, devem-se buscar os usos das palavras e das orações, e não só o significado. Por *jogo*, nomeia as relações de coisas semelhantes e de múltiplas afinidades, conceito de limites difusos. Dessa definição, esse filósofo depreende que o que ocorre com a categoria JOGO não se trata de uma particularidade, antes propõe, que, em vez de traços comuns, há entre essas variadas atividades uma rede entrecruzada de afinidades que se denomina *semelhanças de família*. Assim, “[...] a analogia do jogo é uma defesa contra a busca de um sistema que responderia pela complexidade dos vários usos. Para Wittgenstein, não há tal sistema, nem a complexidade como um todo, mas a descrição de semelhanças e diferenças entre os usos.” (ARAÚJO, 2004, p. 108).

De início, convém destacar que os trabalhos seminais sobre gramaticalização a consideravam como fenômeno diacrônico. Apesar de muitos exemplos terem sido discutidos por alguns estudiosos do século XIX, o primeiro⁵⁸ estudo em gramaticalização foi o de Antoine Meillet⁵⁹ em um trabalho de 1912, cujo escopo era comprovar que novas formas podem surgir por meio da gramaticalização, fazendo emergir novas categorias e, conseqüentemente, a renovação de todo o sistema da língua. Ele categorizou esse fenômeno como a evolução das formas gramaticais (conjunção, afixos etc.) provenientes de formas lexicais anteriores. Ao observar o percurso de alguns itens do léxico à gramática, em razão da força da repetição, sua hipótese estava assentada no contínuo que esses itens percorrem: do concreto ao abstrato.

Na perspectiva de Hopper e Traugott (2013), a gramaticalização pode ser compreendida não só como um conjunto de mudanças linguísticas por meio das quais um item lexical e construções lexicais, em dados contextos de uso, assumem características gramaticais, mas também se refere ao fato de um item gramatical se tornar ainda mais gramatical.

A gramaticalização, dentro dos vários processos de mudança linguística, é o fenômeno mais comum que se tem observado nas línguas em geral. Esse fenômeno permite o aparecimento de novas funções para as formas já existentes e de novas formas para as funções já presentes. Estão subjacentes a esse entendimento não só uma concepção de língua como atividade interativa, real e social, mas também de uma *gramática emergente*⁶⁰, constituída de categorias que estão em constante *gramaticalização*.

Com o intuito de clarificar e expor melhor algumas definições, vejamos essa apresentação por alguns linguistas/estudiosos:

⁵⁸ Mesmo a literatura apontando esse trabalho como obra inaugural, “[...] a história desse processo pode estar relacionada a épocas bem mais remotas. Assim, no século X, na China, um escritor chamado Zhou Bo-qi, da dinastia yuan, já falava na mudança de símbolos cheios para símbolos vazios.” (ROSÁRIO, 2010, p. 2-3). O professor ainda acrescenta que, no século XVIII, Etienne Bonnot de Condillac e Jean Jacques Rousseau declaravam que os lexemas concretos teriam criado vocábulos abstratos e complexidades gramaticais.

⁵⁹ A gramaticalização proposta por Meillet envolve a passagem [léxico] > [gramático], com o lado gramatical comportando a sequência interna [sintaxe] > [morfologia], representadas nestes *clines* de mudanças: [item lexical] > [item gramatical], desdobrando-se o gramatical em: [item sintático] > [item morfológico]. (GONÇALVES *et al.*, 2007, p.22).

⁶⁰ Termo atribuído a Hopper (1987).

- (A) [...] processo pelo qual as formas linguísticas partem do léxico para a gramática ou, se já gramaticais, tornam-se mais gramaticais; nessa trajetória, as formas são afetadas no sentido de que perdem significado pragmático, complexidade semântica, liberdade sintática, estrutura morfológica e substância fonética. (HEINE; KUTEVA, 2007, p. 332).
- (B) [...] consiste no aumento do percurso de um morfema que avança do léxico para a gramática ou de um estado menos gramatical para um estado mais gramatical. (KURYLOWICZ, [1965] 1975, p.52).
- (C) [...] refere-se principalmente a um processo histórico unidirecional e dinâmico por meio do qual itens lexicais, com o passar do tempo, adquirem um novo status como formas gramaticais ou morfossintáticas, e no processo começam a codificar relações que ou não foram codificadas antes ou foram codificadas diferentemente. (TRAUGOTT; KÖNIG, 1991, p. 4)
- (D) [...] tomado em dois sentidos relacionados: a gramaticalização *stricto sensu* se ocupa da mudança que atinge as formas que migram do léxico para a gramática; a gramaticalização *lato sensu* busca explicar as mudanças que se dão no interior da própria gramática, compreendendo aí processos sintáticos e/ou discursivos de fixação da ordem vocabular. (FURTADO DA CUNHA; COSTA; CEZÁRIO, 2015, p. 43).

Tomando como referência essas citações, a partir de um lugar comum a esses autores, compreende-se gramaticalização como sendo uma trajetória de mudança de formas linguísticas de um estágio a outro, do léxico à gramática e, ainda, ao nível mais gramatical. De acordo com Traugott e König (1991), a gramaticalização é um processo histórico de mudança unidirecional e, por essa razão, ocorre num *continuum*, do “menos gramatical” para o “mais gramatical”. Na última definição, por exemplo, os autores defendem duas trajetórias, sendo *lato sensu* a trajetória de categorias menos gramaticais para categorias mais gramaticais e *stricto sensu* a trajetória de elementos linguísticos do léxico para a gramática.

Na gramaticalização, o conceito de *clines* é básico, tendo em vista que as formas não mudam abruptamente de uma categoria para outra, antes passam por uma série de pequenas transições. Segundo Hopper e Traugott (2003), o termo *cline* é bastante produtivo para a observação empírica das mudanças, pelas quais as formas linguísticas passam. Numa visão diacrônica, um *cline* é considerado como um caminho natural por onde percorre a evolução das formas. Em sincronia, pode ser visto como um *continuum*, um *cline* de gramaticalidade do seguinte tipo:

Item de conteúdo > palavra gramatical > clítico > afixo flexional

Como se vê, na evolução dessa cadeia, cada item à direita é mais claramente gramatical do que o seu vizinho à esquerda. Porém, dados os limites finos e adjacentes entre essas categorias, é difícil estabelecer uma demarcação, uma vez que o próprio estudo da

gramaticalização prevê a fluidez categorial, fato presente na gramática emergente e contemplado pela teoria dos protótipos.

Esse fenômeno também ocorre dentro dos períodos compostos, o que resulta em novas propostas de identificação e classificação das sentenças complexas. Em se tratando disso, com base em Hopper e Traugott (1993), levaremos em consideração as três formas por meio das quais as orações podem se relacionar:

- a) a parataxe ou independência relativa;
- b) a hipotaxe ou interdependência, maneira em que se combina uma ou mais orações satélites a uma nuclear;
- c) a subordinação ou encaixe, situação em que a oração marginal funciona como argumento interno ou externo de uma matriz.

Nas relações paratáticas, as orações podem se apresentar justapostas ou coordenadas, caracterizadas pela adjacência de dois ou mais núcleos expressos sem a necessidade de um conector para estabelecer essa vinculação. As hipotáticas abrangem as que, tradicionalmente, são reconhecidas como orações adverbiais e adjetivas explicativas, tendo em vista que são mais dependentes e menos encaixadas. Por outro lado, as subordinadas são aquelas que são mais encaixadas, englobando as orações completivas (as substantivas) e as adjetivas restritivas.

Nesse enquadramento de referência teórica, Lehmann (1988) e Hopper e Traugott (1993), ao defenderem que as articulações de orações não devem ser descritas com base em dicotomias como coordenação/subordinação e parataxe/hipotaxe, propõem critérios, com base em *continua*, que considerem vínculos sintáticos maiores ou menores entre orações. Lehmann (1988), por exemplo, propõe seis parâmetros semânticos-sintáticos, constituídos em categorias contínuas, com o objetivo de identificar os critérios formais que autorizariam a atribuição das orações em *continuum* subordinação-coordenação:

- (a) rebaixamento hierárquico da cláusula subordinada;
- (b) nível sintático do constituinte ao qual a oração subordinada se vincula;
- (c) dessentencialização da subordinada;
- (d) gramaticalização do verbo principal;
- (e) entrelaçamento das duas orações;
- (f) explicitude da articulação.

Os dois primeiros parâmetros visam a demonstrar a autonomia ou integração da oração subordinada à principal, seja por meio da combinação de orações sintaticamente iguais, seja por meio da combinação de orações com um dos predicados reduzidos. Por sua vez, o segundo e terceiro revelam indícios de expansão ou de redução da oração principal ou da subordinada; a título de exemplo, a explicitação do sujeito corresponde ao terceiro, já que a supressão deste termo argumental, para esse autor, é um primeiro indício de dessentencialização, critério fundamental para a distinção das subordinadas. Por fim, os dois últimos podem revelar isolamento ou articulação entre orações.

À guisa de conclusão deste capítulo de reflexões teóricas, parece oportuno reiterar que esses conceitos de gramática, uso, cognição, iconicidade, prototipicidade, marcação e a gramaticalização de orações são caros a este trabalho, uma vez que serão mobilizados nos percursos analíticos a seguir. Este último conceito, por exemplo, relaciona-se ao reconhecimento de que as orações adverbiais, nosso objeto de estudo, são hipotáticas, já que evidenciam certa independência sintática da oração principal, aspecto a ser retomado no capítulo cinco. Nessa perspectiva, do ponto de vista da construção estrutural, as orações hipotáticas gerundivas sob análise representam uma alta integração, isto é, resultam da ligação da oração substantiva com função de objeto direto à forma verbal gerundiva e, assim, compõem a estrutura reduzida de gerúndio.

Convocamos, neste momento, o quarto capítulo que tratará de questões bem particulares ao domínio da hipotaxe oracional, no tocante aos domínios de causalidade e, sobretudo, de hipoteticidade.

4 HIPOTAXE ADVERBIAL HIPOTÉTICA: ASPECTOS SINTÁTICOS E FUNÇÕES TEXTUAL-DISCURSIVAS

No *corpus* desta tese, que é constituído por ocorrências com orações gerundivas, extraídas de diferentes gêneros e de variadas extensões e posições, colhidas de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2019, encontramos 356 ocorrências de [(gerúndio + *que* + oração encaixada com função de objeto direto) + matriz] que se pareiam ao sentido de causalidade e hipoteticidade, ou seja, de um conteúdo mais factual para um menos factual.

Com vistas a atender a um dos objetivos deste trabalho, demonstrar que as orações gerundivas em análise se pareiam ao sentido de causalidade e hipoteticidade, o presente capítulo visa à descrição e, sobretudo, à análise dessas orações hipotáticas sob critérios sintáticos e textual-discursivos em três níveis: 1. correferencialidade entre os sujeitos das orações; 2. posição das orações condicionais; 3. correlação modo-temporal entre a oração hipotática e a nuclear.

A partir desses três critérios, objetivamos, respectivamente, descrever: (1) o comportamento sintático-textual quanto à correferência dos sujeitos das orações hipotáticas gerundivas e de suas orações nucleares; (2) a ordem sintática das orações estudadas, seu contexto estrutural, a frequência da posição, bem como os fatores motivadores que pressionam sua colocação dentro do texto; por fim, (3) as correlações modo-temporais que se combinam nas sequenciações [hipotática + nuclear] e [nuclear + hipotática], buscando estabelecer uma gradiência de hipotetização conjecturada a partir das especificações de modo e de tempo expressas nos verbos dessas orações.

4.1 Correferencialidade entre os sujeitos das orações nuclear e hipotática gerundiva

É sabido que, a rigor, para a tradição gramatical, por não comportar desinências de pessoa-número, o gerúndio não pode projetar o termo argumental externo da oração – o sujeito; no entanto, Perini (2005) argumenta que, em casos como “Marivânia chegando, a farra vai começar.” (PERINI, 2005, p.79), a topicalização do termo “Marivânia” dá a possibilidade de o sujeito aparecer antes do verbo na forma nominal, mesmo que não seja um termo com o qual o verbo concorde.

Ao abordar as propriedades das orações gerundivas adverbiais, Simões (2007) declara que o argumento interno desse tipo de oração está expresso na oração matriz, seja por meio da realização de um sujeito lexical, seja por meio da desinência que se junta ao radical do

predicador da oração nuclear, como se revela em: “Vendo que a filha não chegava, Mariana começou a preocupar-se.” (SIMÕES, 2007, p. 230). Ademais, esse autor defende a tese de que o sujeito da oração nuclear pode aparecer implicitamente na oração satélite, ou ainda, explicitamente, quando vier posposto ao gerúndio:

30. Vendo que a filha não chegava, preocupou-se. (SIMÕES, 2007, p. 230)

31. Chegando o pai, começaram a jantar. (SIMÕES, 2007, p. 230)

Em (30), percebe-se que o sujeito da oração matriz “preocupou-se” é desinencial, preenchido por um pronome de 3ª pessoa. Pelo contexto, em razão da presença do item “filha” na oração de gerúndio, trata-se, possivelmente, de uma *mãe* ou de um *pai*. Em razão disso, tem-se a certeza de que o sujeito da matriz é correferente ao da oração satélite, tendo em vista que ambas estão unidas pelo mesmo contexto e referente: a prótase contém a causa com a qual o sujeito da oração principal (apódose) ficou preocupado(a). Já a posposição ao gerúndio, em (31), assinala o termo “pai” como argumento externo, sujeito da oração gerundial, o qual não é correferente do sujeito da oração matriz, uma vez que este é indeterminado, pois não conhecemos o seu contexto, ou seja, não conhecemos quem são “eles” que “começaram a jantar.

No que se refere à correferenciação, pode-se afirmar que este é um procedimento de referenciação na cadeia textual, isto é, uma “[...] remissão que retoma o referente como sendo o mesmo indivíduo ou objeto [...]” (MARCUSCHI; KOCH, 1998, p. 170). Para Neves (2006), a correferência ocorre quando o falante reapresenta como ‘dado’ o referente determinado, como uma forma de terceira pessoa já mencionada no discurso. Essa relação de retomada de um termo antecedente – procedimento anafórico – sinaliza correferência absoluta quando “[...] o indivíduo (ou os indivíduos) que a anáfora representa é o mesmo indivíduo designado pelo antecedente, sendo, portanto, para o falante, sempre um termo identificado [...]” (NEVES, 2006, p. 92). Assim sendo, a correferencialidade entre sujeitos das orações gerundiais e os da nucleares será compreendida como a relação entre os itens linguísticos que fazem referência ao mesmo elemento textual.

Partindo desse panorama, e tendo como objeto de estudo as orações hipotáticas condicionais gerundivas, verificaremos o comportamento sintático desses sujeitos: em que contextos estruturais assumem o traço $[\pm\text{correferencial}]$? Interessa-nos, *a priori*, investigar se as orações com matizes $[+ \text{ factuais}]$ e $[- \text{ factuais}]$ têm o mesmo índice de correferência.

A Tabela 02, a seguir, apresenta a distribuição das hipotáticas, de acordo com o traço [$\pm$ correferencial] do sujeito:

Tabela 02: Correferencialidade do sujeito

Orações com verbos:	Correferencial	Não correferencial
Supor	9 (17,65%)	42 (82,35%)
Imaginar	33 (54,10%)	28 (45,90%)
Prever	37(60,66%)	24(39,34%)
Considerar	49 (26,78%)	134 (73,22%)

Fonte: elaboração própria

Destaca-se na distribuição dos dados da Tabela acima que, grosso modo, a maioria das orações hipotáticas condicionais, constituídas **por verbos**, como *supor* e *considerar*, não compartilham o mesmo sujeito com as orações matrizes, isto é, não são correferenciais. De modo contrário a essas, há uma frequência de maior correferencialidade em casos com os verbos “imaginar” e “prever”.

De início, parece-nos oportuno afirmar que as orações hipotáticas com matizes mais factuais/reais, a exemplo das iniciadas por *considerar*, projetam a não correferencialidade com os sujeitos das orações matrizes, conforme confirmam os nossos dados:

- (9) **Supondo que** as sombras do processo de cassação do mandato de Temer pela Justiça Eleitoral sejam afastadas e que a Lava Jato pelo menos modere o ritmo de suas fases e denúncias, restarão a serem superados, na economia, os mesmos desafios que se apresentavam antes do impeachment. (ESTADÃO, A, 19/04/2016)
- (10) Mesmo **supondo que** o estado Islâmico seja derrotado na Síria e no Iraque, os esforços do grupo para inspirar seguidores pela internet a lancem ataques sozinhos continuarão a repercutir. (ESTADÃO, N, 25/07/2016)
- (11) O PT não parece em condições de se refazer a tempo para as eleições, embora não se possa subestimar o que resta da liderança de Lula, **supondo que** tenha condições de se candidatar. (ESTADÃO, A, 04/12/2016)
- (12) **Supondo-se que** Temer e o Congresso concordem com o que disse o ex-presidente, logo alguém se dará conta de que o Brasil de hoje carece de lideranças políticas. (ESTADÃO, A, 17/06/2017)
- (13) **Considerando que** a Companhia não possui a disponibilidade econômica e jurídica dos depósitos judiciais, esses valores são mantidos pelos respectivos valores históricos até o desfecho final do respectivo processo. (ESTADÃO, DF, 29/04/2017)
- (14) De acordo com a secretária municipal de Educação, Justina Iva, a mudança é temporária, mas não tem prazos para que seja desfeita tento em vista as metas do Plano

Municipal de Educação que prevê inclusão de 70% das crianças entre seis meses e quatro anos de idade. Atualmente, a oferta é suficiente para atender a 30% dessa população e 65% da demanda, **considerando que** a creche não é uma etapa de ensino obrigatória e que também existe uma parcela das crianças na rede privada de ensino. (TRIBUNA DO NORTE, N, 19/10/17)

- (15) É gratificante devolver recursos em benefício da população, **considerando que** esse é o fruto de um trabalho voltado à economia e prudência de gastos. (TRIBUNA DO NORTE, N, 27/12/19)

Nas ocorrências acima, verificam-se algumas regularidades: o gerúndio em si favorece a não explicitude do sujeito na adverbial, e a correferencialidade é uma das características das orações adverbiais, embora possa haver sujeitos distintos entre as cláusulas oracionais. Além disso, orações hipotáticas gerundivas assumidas pelas formas com os verbos *supor* e *considerar*, em sua maioria, apresentam-se com teor de maior factualidade; outrossim, estão antepostas e pospostas às orações matrizes cujos sujeitos estão explícitos.

Como se observa, em (9), o sujeito da apódose, cujo núcleo é “desafios”, não é idêntico ao da prótase. Na verdade, a causa hipotética – encontrada da prótase – foi formulada pelo articulista como contingente para validação da consequência que ele traz na oração nuclear cujo sujeito se revela vazio. Sendo assim, o ponto de vista do falante é o que fica mais evidente na causa, revelando, dessa forma, o caráter de intersubjetividade da linguagem, por meio da qual o falante atribui, também, ao leitor a responsabilidade de consentir e validar a causa apontada. De forma semelhante, (13) não apresenta na prótase a realização do sujeito; na apódose, “esses valores” é o sujeito da oração matriz. Mais uma vez, constata-se, a partir dessa vacuidade sintática na oração satélite, uma responsabilização compartilhada entre os falantes, quanto ao conteúdo desta, que é causal, posto como condição preenchida.

Em (10), o conector “mesmo”, prototípico da concessão, é o elemento que pressiona uma interpretação de um *continuum* hipótese-concessividade, haja vista o verbo a ele associado marca essa “suposição”. O que se revela na prótase, na visão do falante, é o fato de que “MESMO SE for derrotado” (se for ou se não for/EMBORA seja E EMBORA não seja) conjectura uma escolha irrelevante para a consequência consentida em sua visão – *a repercussão dos ataques*. Nesse período, a oração matriz tem o sujeito oracional sublinhado e não é correferente ao da oração hipotética (vazio), o que explicita novamente a estratégia de adesão ao jogo argumentativo do falante.

Na ocorrência (12), o “**Supondo-se que**” expressa uma relação causal [+ factual] afirmada ao conteúdo da oração que aparece na prótase. O “se”, nesse caso, funciona, segundo a tradição gramatical, como pronome apassivador, o que faz projetar uma oração

completiva com função sintática de sujeito. Como se vê, não há correferência, uma vez que os sujeitos são distintos. Na apódose, o sujeito expresso – *alguém* – que pertence à categoria dos pronomes indefinidos, além de funcionar como um termo não fórico, parece possibilitar um traço de persistência ao “se” como se este funcionasse como índice de indeterminação. Nesse caso, a não correferência entre os sujeitos assemelha-se a uma tentativa de não imiscuir o falante e o leitor quanto à responsabilidade dos conteúdos oracionais. Do ponto de vista pragmático, essa tática configura uma estratégia de polidez, de “livrar a face”⁶¹, a fim de não deixar evidências avaliativas que comprometam a imagem pública do falante.

As orações hipotáticas gerundivas, em (11), (14) e (15), estão pospostas, e todas as orações nucleares antepostas têm seus sujeitos assinalados. O conteúdo proposicional de todas as hipotáticas é tomado como a razão, o motivo – real e admitido – da oração matriz. Fica saliente, na posposição dessas causais, que o traço [- agente] e [- animado] dos sujeitos das orações matrizes – “a oferta” e “devolver recursos em benefício da população” – parece ser condição suficiente para o não preenchimento do sujeito de “considerando”, uma vez que este predador reclama um argumento externo mais dinâmico.

Por fim, diante desses dados de contextos mais factuais, confirma-se que a não correferencialidade entre sujeitos, no processo de *hipotaxe*, com orações não-finitas, parece sugerir uma estruturação menos integrada, já que não há uma dependência no processo de referenciação do sujeito da oração nuclear e o da satélite. Podemos, ainda, afirmar que os verbos *supor* e *considerar* marcam uma disparidade no índice de não correferenciação, correspondentemente (82,35%) e (73,22%), quando comparados a outros verbos. Outro fator que corrobora essa conclusão é que, como o sujeito da oração hipotática, em sua maioria, não é realizável, a função comunicativa marcada pela intersubjetivização, que se atualiza entre falante (escritor) e leitor, faz descentralizar do falante a culpa daquilo que ele julga como consequente de uma causa.

Além disso, verificamos a evidência de contextos de correferencialidade entre sujeitos como os verbos *supor* e *considerar*, conforme nas ocorrências a seguir:

⁶¹ Para Goffman (1980), centrado em uma perspectiva da sociolinguística interacional, a face é compreendida como uma imagem que, na interação verbal, assume um contorno mais social e avaliativo sob o ponto de vista do outro. Nessa acepção, tomamos como ‘livrar a face’ o agir sociocomunicativo de forma cautelosa, isto é, o falante toma para si mesmo cuidados, através de atos verbais e não verbais, com base em pressuposições daquilo que o outro pensaria, projetaria acerca dele no momento da interação. Esse conjunto de cuidados visa à produtiva avaliação de sua performance social e ao fato de que esta seja bem aceita.

- (16) [...] Tentei em vão abri-la. Ø **Supondo que** poderia ser um defeito na peça, [eu] tentei utilizar a chave reserva que foi entregue juntamente com o carro, mas, para minha surpresa, ela não era a do veículo. (ESTADÃO, CR, 05/07/2017)
- (17) “Tenho respeito por Aécio, mas ele tem de concentrar o tempo dele na própria defesa e deixar que o partido seja conduzido por outro nome, eleito”, disse o tucano, **considerando que** o mesmo rigor com que a legenda tem criticado o PT deve ser aplicado no combate às irregularidades internas tucanas. (ESTADÃO, AO, 27/06/2017).
- (18) Nesta etapa do julgamento, Gilmar procurou uma saída provisória e sugeriu que o plenário decidisse, ao menos, se manteria ou derrubaria a liminar de Barroso. O ministro apostava na derrota do relator, **o considerando que** a maioria já havia votado a favor do decreto de Temer. (TRIBUNA DO NORTE, N, 30/11/2018).

Nessas três ocorrências, persiste, ainda, um matiz de causalidade nas orações hipotáticas gerundivas. Em (16), o sujeito da oração matriz, que está assinalado na desinência verbal como 1ª pessoa do singular (eu), é correferente ao sujeito da oração satélite. Se houver a inversão dos polos oracionais, tem-se:

- (16a) [...] Tentei em vão abri-la. [Eu] Tentei utilizar a chave reserva que foi entregue juntamente com o carro **o supondo que** poderia ser um defeito na peça, mas, para minha surpresa, ela não era a do veículo (ESTADÃO, CR, 05/07/2017).

Nesse caso, ficou evidente, preferencialmente, na posposição, que sujeito – anáfora zero – está em correferência ao “eu” da oração matriz, pois este sujeito já foi anunciado pelo contexto, o que denota um alto grau de integração das cláusulas. Em (16), a anteposição da cláusula hipotática somada à correferencialidade dos sujeitos conferem uma melhor orientação ao leitor; além disso, delimita o ponto de vista de quem enuncia.

Já em (17), deparamo-nos com um caso de correferência, em que o gerúndio está fronteiro em orações sintaticamente ambíguas, isto é, o sujeito da oração matriz aparece de forma adjacente à satélite, funcionando, portanto, como o sujeito de ambas as orações. Essa evidência sintática promove a junção dos blocos textuais; nesse caso, o fato de o sujeito ser correferente atesta, simultaneamente, uma função de ele ser anafórico e catafórico, pois, ao passo que retroage a uma cláusula, propulsiona outra, servindo, de forma pragmática, como ponte de transição de uma porção textual a outra.

Em (18), o sujeito “O ministro”, que já serve como substituição lexical de “Gilmar”, está localizado na oração matriz. Ele é anaforicamente recuperado na apódose causal pela forma zero, tendo em vista que a informação dada foi facilmente recuperada pelo contexto. A correferenciação, neste caso, garantiu, mais uma vez, a coesão do texto e uma maior integração entre as cláusulas.

Ainda nessa seara de correferência entre sujeitos, debruçamo-nos, agora, nos casos dos verbos *imaginar* e *prever* que, constituindo orações hipotáticas não-finitas, têm maiores índices de correferencialidade, correspondentemente (54,10%) e (60,66%), do que os verbos listados anteriormente. Vejamos estes exemplos:

- (19) Acordei na noite de ontem após um pesadelo, que tem nome: Donald Trump.[...] [Eu] Tentei dormir de novo, **ø imaginando que** tudo não passasse de um sonho ruim. (ESTADÃO, CL, 10/11/2016).
- (20) Uma ação do Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) realizada nesta sexta-feira (18) resultou na prisão de um policial e dois filhos dele. [...] O trio deixou o imóvel, naquela noite, **ø imaginando que** a vítima estava morta. Mas sobreviveu após ser socorrido. (TRIBUNA DO NORTE, N, 18/10/2019).
- (21) O MPF também questiona a atuação da Anac diante das notícias de descumprimento de uma resolução da agência, **ø prevendo que** o passageiro pode optar pelo reembolso integral do valor pago pela passagem, pela acomodação em outros voos da própria companhia ou de outra empresa que ofereça serviço equivalente para o mesmo destino. (ESTADÃO, N, 03/05/2019).
- (22) O governo enviou o projeto do crédito suplementar **ø prevendo que** a fonte para o pagamento integral de todos os R\$ 248,9 bilhões viria da emissão de novas dívidas. (TRIBUNA DO NORTE, N, 25/05/2019).

Dentre essas quatro ocorrências, os sujeitos da oração nuclear de (20), (21) e (22) apareceram lexicalizados por um SN, constituído por um determinante e um nome. Apenas o de (19) está explícito na terminação verbal, configurando um caso de sujeito desinencial (eu – 1ª pessoa). Nelas, os sintagmas nominais, que exercem função de sujeito das nucleares, assumem uma menor forma de expressão, o que parece corroborar o fato de que a correferência nesses casos está motivada pelo uso dessas formas mínimas da expressão referencial (NEVES, 2006).

Em todas elas, as orações hipotáticas estão com um matiz de maior factualidade, em posposição à oração matriz, o que parece ser um fator que pressiona a preferência pela correferencialidade. Nesses trechos, ocorrem, na posição do sujeito da oração satélite, anáforas zeros que marcam a elipse de um elemento correferencial, ocorrência pouco marcada⁶² e prototípica quando há uma informação já dada e inferível pelo contexto.

Em (20), por exemplo, o contexto anterior à matriz refere-se à prisão de três indivíduos: um policial e dois filhos dele. Em seguida, o sujeito da oração matriz – “o trio” –

⁶² O conceito de marcação, de estruturas [mais marcadas/menos marcadas], já foi discutido e apresentado no capítulo 3 desta tese.

já é uma forma de assegurar que as relações sintático-semânticas do texto sejam garantidas por meio da substituição. O falante, em um contínuo fluxo narrativo sobre o mesmo evento, necessita de apresentar a causa de “o trio ter deixado o imóvel” e, para cumprir tal intento, soma uma oração [+factual] em referência ao mesmo sujeito, que ocorre em anáfora zero. Isso comprova que, iconicamente, o uso da forma correferencial foi motivado pela intenção do falante e, possivelmente, pelo fator de maior monitoramento na redação do texto.

Em (21) e em (22), os sujeitos das orações que funcionam como matriz aparecem como tópico e, para manutenção deste ao longo do texto, recorre-se ao mesmo procedimento de anáfora zero. Com isso, percebe-se que o falante, nesses casos, preferiu a correferência por meio da anáfora zero como um mecanismo que assegura a coesão textual, como uma tentativa de economia linguística, como princípio organizador do discurso que, estrategicamente, afasta o falante da responsabilidade sobre aquilo que enuncia, atribuindo a terceiros as suas evidências argumentativas de modalidades causais. Ademais, essa correferencialidade garante maior grau de integração, pois alguns vazios semânticos – expressos em sujeitos nulos – puderam ser inferidos dentro do período.

Outro aspecto pertinente à análise dessas orações hipotáticas é a ordem em que elas se apresentam, sobre aquilo que elas trazem como tópico, ou como fundo, levando em consideração o contexto, o tipo de articulação e a relação semântica existente entre as orações.

4.2 A posição das orações hipotáticas e matrizes

As orações hipotáticas encabeçadas com *supor*, *imaginar*, *prever* e *considerar* podem ocorrer antepostas, pospostas e parentéticas⁶³ à nuclear. Essas orações gerundivas revelam diferentes padrões de pontuação conforme o contexto estrutural, como demonstra a Tabela abaixo:

⁶³ O conceito de orações parentéticas aparecerá mais à frente, ainda neste capítulo.

Tabela 03: Contexto estrutural e posição das orações hipotáticas e matrizes

CONTEXTO ESTRUTURAL		OCORRÊNCIAS			
ORAÇÕES ANTEPOSTAS					
	SUPOR	IMAGINAR	PREVER	CONSIDERAR	
[(Gerúndio + que + or. encaixada objetiva direta) (,) + matriz]	21 (50%)	9 (15,52%)	10 (16,95%)	55 (31,07%)	
[(Gerúndio + se (apassivador) + que + or. encaixada subjetiva) (,) + matriz]	1 (2,38%)	-	-	9 (5,08%)	
[(Mesmo + gerúndio + que + or. encaixada objetiva direta) (,) + matriz]	2 (4,76%)	1 (1,72%)	-	1 (0,56%)	
[(Ainda + gerúndio + que + or. encaixada objetiva direta) (,) + matriz]	1 (2,38%)	-		-	
[(Talvez + gerúndio + que + or. encaixada objetiva direta) (,) + matriz]	1 (2,38%)	-	1 (1,69%)	-	
Totais	26 (61,90%)	10 (17,24%)	11 (18,64%)	65 (36,72%)	
ORAÇÕES POSPOSTAS					
	SUPOR	IMAGINAR	PREVER	CONSIDERAR	
Matriz (,) or. satélite (gerúndio + que + or. completiva)	9 (21,43%)	29 (50%)	32 (54,24%)	94 (53,11)	
Matriz (,) or. satélite (gerúndio + se + que + or. completiva)	1 (2,38%)	-	3 (5,08%)	6 (3,39%)	
Matriz (,) or. satélite (mesmo + gerúndio + se + que + or. completiva)	1 (2,38%)	-	-	2 (1,13%)	
Matriz (,) or. satélite (talvez + gerúndio + se + que + or. completiva)	-	1 (1,72%)	-	-	
Matriz + or. satélite (gerúndio + que + or. completiva)	5 (11,9%)	18 (31,03%)	13 (22,03%)	10 (5,65%)	
Totais	16 (38,10%)	48 (82,76%)	48 (81,36%)	112 (63,28%)	

Fonte: elaboração própria

Em primeira análise, é pertinente lembrar que a posição de uma oração hipotática em relação à nuclear pode ser caracterizada “[...] como opções organizacionais – ou de planejamento do discurso, ou, ainda, opções de uso –, têm a ver com a maneira como o falante decide transmitir as proposições implícitas e relacionar as explícitas.” (DECAT, 2001, p. 140). Em razão disso, a posição da oração hipotática norteará as relações semântico-pragmáticas entre as estruturas articuladas. Ainda cabe mencionar que a ordenação dessas

orações não só depende do tipo de proposição relacional existente, mas também da função discursiva da hipotática.

Por ora, pretendemos verificar o tipo, o contexto estrutural e o grau de ocorrência das orações adverbiais como antepostas, pospostas ou parentéticas. No tocante a isso, Decat (2001) chama-nos atenção para o fato de que, por exemplo, as cláusulas adverbiais causais, de modo geral, tendem a vir pospostas, tendo em vista que “[...] uma causa do evento vem normalmente expressa após a menção desse evento.” (DECAT, 2001, p. 141). Entretanto, a autora defende que nem sempre se vê a causa do evento, mas sim uma avaliação ou uma motivação interna do falante em relação ao conteúdo expresso. Nesse caso, quando expressam uma razão interna do falante com uma tonalidade avaliativa e conjecturam inferências, tendem a aparecer na posição inicial. Ainda quanto à ordenação de cláusulas causais, a anteposição também é mais comum na relação estreita entre causalidade e tempo. Nesse sentido, comungamos com a defesa de que “[...] as cláusulas causais que descrevem um evento, um acontecimento, são predominantemente mais antepostas, enquanto as demais são predominantemente pospostas.” (PAIVA, 1991, p. 149).

Quando antepostas, as orações gerundivas funcionam na articulação como tópico discursivo que serve como fio condutor da organização textual-discursiva ou na estrutura conversacional. Essa noção é concebida como uma categoria analítica de natureza textual a partir do conjunto de referentes inferíveis, pressupostos ou compartilhados entre os falantes que assumem relevância em um dado ponto da mensagem. Nesse sentido, os segmentos textuais “[...] com estatuto tópico assumem uma extensão que vai além do nível sentencial. Isso porque, apesar das mudanças normais nos tópicos ou temas dos enunciados, sequências de turno de uma conversação se mantêm no mesmo tópico [...]” (JUBRAN, 2020, p. 86). Sendo assim, afirmar que uma oração hipostática é tópico é deixar evidente seu papel de condutor do fio discursivo, como índice de coesão discursiva, ou seja, como índice decursivo da organização textual e da perspectivação do enunciador.

Ainda com base em Decat (2001), conheceremos as propriedades particularizadoras do tópico discursivo: *centração* e *organicidade*. Aquela abrange os traços de concernência – relação de interdependência entre os enunciados firmada por coesão que integra no texto um conjunto de elementos inferíveis –, de relevância – proeminência de elementos de dêixis tópica – e de pontualização – a localização da referenciação no segmento no evento conversacional. A organicidade, por seu turno, sustenta-se em dois planos: hierárquico e linear. No primeiro, vê-se um grau de dependência entre os subtópicos pelo grau de

abrangência do assunto, os quais podem se subdividir em tópicos mínimos e sucessivamente particularizadores no plano linear do texto.

Por outro lado, a oração adverbial também pode exercer uma função de Fundo (*background*), conceito difundido nos trabalhos de Hopper (1979), com base em pressupostos da Psicologia de Gestalt. Sob essa perspectiva, os pontos centrais de uma narração – contextualização, causa, finalidade e inferências – são empacotados pelo falante com base em suas percepções sobre os fatos, nas necessidades do interlocutor, na satisfação dos objetivos sociocomunicativos, o que gera a compreensão de fundo. Em fundo estão as informações estáticas, a alternância de sujeitos, a simultaneidade dos eventos reais ou irreais, contextualizados. São as informações que dão suporte às orações de figura (*foreground*), contextualizando-as. Por figura tomamos a sequência de orações cronologicamente estabelecidas, verbos perfectivos, dinamicidade, agentividade do sujeito, tópico. Por fim, as orações que exercem função de fundo contextualizam o evento narrado com interpretação detalhada e valorativa sob o ponto de vista do enunciador.

Com base nessas assertivas teóricas e nos dados evidenciados na tabela acima, verificamos as preferências dos falantes detectadas no *corpus* de análise. De início, é imperioso destacar que essas orações têm grande incidência na posposição, excetuando-se desse contingente o verbo *supor* que teve maior desempenho na anteposição (50,98%) e quando estavam parentéticas. Note-se que, no *corpus*, não identificamos nenhuma estrutura intercalada, sem que se assemelhasse a um adendo⁶⁴; por isso, contabilizamos essas estruturas como parentéticas.

Conforme já dissemos, na anteposição, as orações com *supor* foram as mais prototípicas desse enquadramento. A partir daqui, analisaremos diferentes contextos estruturais das orações gerundivas, com atenção para a pontuação, iniciando pelas estruturas antepostas (4.2.1); em seguida, apresentaremos as pospostas (4.2.1) e, por fim, as intercaladas (4.2.3):

4. 2. 1. [(Gerúndio + que + or. encaixada objetiva direta) (,) + matriz]

- (23) **Supondo que** não haja necessidade de aumentar o número de pessoas atendidas pelo SUS, esses R\$ 3 bilhões seriam muito bem-vindos para melhorar a qualidade e a rapidez do atendimento oferecido à população. (ESTADÃO, A, 02/09/2019)

⁶⁴ Etimologicamente, este termo é proveniente do latim: *addendum*. Grosso modo, entende-se adendo como apêndice e acréscimo. No que se refere às orações de caráter parentético, adendo se refere à informação extra, à aposição ao conteúdo informacional da oração anterior. É equivalente à função de aposto.

- (24) **Imaginando que** a Argentina irá às oitavas de final como líder do grupo, os “hermanos” comprarão antecipadamente ingressos [...] (ESTADÃO, N, 02/07/2018)
- (25) **Prevendo que** os eventuais votos serão debatidos no Congresso mais tarde sob impasse, parlamentares próximos a Moro acreditam que não haverá votos suficientes no Senado para derrubar o veto presidencial. A derrubada precisa de 41 votos entre os senadores em uma sessão conjunta do Congresso Nacional. (TRIBUNA DO NORTE, N, 12/12/2019)
- (26) “**Considerando que** os pagamentos de todos foram feitos mediante transferências em contas secretas no exterior, o que se tem presente é a elevada probabilidade de que o condenado mantenha, como provado documentalmente em relação aos demais agentes da Petrobras envolvidos nos mesmos crimes [...] ativos milionários escondidos em contas secretas no exterior e que foram formados por propinas recebidas nos dois contratos de fornecimento dos navios-sondas e ainda no contrato de aquisição da Refinaria de Pesadema.” (TRIBUNA DO NORTE, N, 20/10/2017)

As ocorrências de (23) a (26) dão prova de que, expressivamente, a maioria das hipotáticas antepostas são marcadas por vírgula antes da matriz, o que sinaliza algum vínculo de integração, mas não de dependência. E, desse modo, pode-se perceber uma iconicidade lógico-semântica com essa estruturação:

- (a) a prótase enuncia um estado de coisas como factuais ou não como preenchimento de uma certa condição;
- (b) depois disso, a apódose revela uma consequência daquela condição ou estado de coisas + factual.

Nessas ocorrências, verificam-se orações hipotáticas provedoras de informações que localizam um evento circunstancialmente entre [+realis] ou [-realis]. As orações-fundo têm funções especificadoras distintas; por exemplo, em todas elas, há uma especificação de relações que podem ser inferidas a partir de uma especificação causal-condicional. Outrossim, essas orações apresentam certas interferências do enunciador, manifestação do locutor em relação ao tópico.

No nosso *corpus*, verificam-se 61,90% de orações com *supor* em anteposição, contra 38,10% em posposição, o que parece sugerir uma ordem canônica quanto à posição das orações com teor de hipoteticidade no português brasileiro. Já as orações com *considerar* obtiveram um volume mais significativo quanto à posição posposta.

Dentro da anteposição, verificou-se, ainda, a existência de estruturas com o “se” apassivador como se observa, a seguir:

4. 2. 2 [(Gerúndio + se (apassivador) + que + or. encaixada subjetiva) (,) + matriz]:

(27) **Considerando-se que** o Bolsa Família atende hoje cerca de 14 milhões de famílias, constata-se que as fraudes, que deveriam ser apenas pontuais, constituem seu principal problema. (ESTADÃO, AO, 11/02/2018).

Esse contexto apresentado em (27) é referencialmente causal [+ factual], ou seja, na prótase, apresenta-se o conseqüente da causa mostrada na matriz. Duas observações quanto a esse arranjo ainda são possíveis: (a) “SE” funciona como elemento apassivador que pode ser entendido como uma estratégia de o falante indeterminar aquilo que prediz no enunciado, a fim de se não comprometer nem a si nem ao outro; (b) que essa estrutura não é, prototipicamente, satisfatória ao falante, quando se quer, em primeiro plano, evidenciar a causa e, só depois disso, o conseqüente.

Além disso, é interessante destacar que, de um ponto de vista lógico-semântico, a prótase anteposta pode gerar, cumulativamente, um *continuum* condicional - concessivo como este:

4. 2. 3 [(Mesmo + gerúndio + que + or. encaixada objetiva direta) (,) + matriz]:

(28) No meio disso tudo, espero que esse jovem tenha pelo menos um amigo que veja as coisas com um pouco mais de frieza. Mesmo supondo que esse amigo exista, vou fazer o papel dele. (ESTADÃO, A, 17/01/2016)

Nessa anteposição, o item “mesmo” força uma relação ambivalente de concessividade e de hipoteticidade, mais frequente com o *supor* do que com outros verbos. Nesse caso, o falante assim pensa: QUER ele exista QUER ele não exista, ou POR MAIS QUE ele exista, vou fazer o papel dele. No *corpus*, itens que dão esse realce – *mesmo*, *talvez* e *ainda* – estão em posição tópica às orações hipotáticas com *supor*, revelando esse matiz.

Esses elementos de valor mais concessivo foram encontrados apenas na anteposição e, especificamente, relacionados a alguns verbos, como *supor* que totaliza 7,84 % da soma total deles. Os verbos *imaginar* e *prever* obtiveram, respectivamente, 01 ocorrência de *mesmo* e 01 com *talvez*.

De modo contrário, na posposição dessas orações, encontramos contextos estruturais que se pareiam a:

4. 2. 4. [Matriz (,) (gerúndio + que + or. encaixada completiva)]

- (29) Segundo Cavallari, o eleitor muda e muda bruscamente, **considerando que** as informações de impacto circulam rapidamente no menor universo de pessoas. (ESTADÃO, RESENHA, 30/09/2016)
- (30) A norma passa a valer daqui há três meses, e é parte de esforço para o descarte adequado que começou com a Lei nº12.305, de 2010. A legislação institui a Política Nacional de resíduos Sólidos, **prevendo que** empresas, governo e consumidores se unam para a destinação certa das lâmpadas fluorescentes. (TRIBUNA DO NORTE, N, 10/07/2016).
- (31) É fato que o ABC deve pensar e trabalhar desde já a temporada 2018, para Estadual, Copa do Nordeste, Copa do Brasil e Brasileiro e aqui pensar muito mais na realidade do rebaixamento para a C do que a permanência na B, cada vez mais distante. Diante da realidade muitos defendem que o ABC já dispense maior parte do elenco, **imaginando que** este ato diminuiria o peso financeiro do clube, quando na verdade não é bem assim. (TRIBUNA DO NORTE, N, 27/09/2017).
- (32) Hoje, muitas opiniões autorizadas na Igreja admitem que não se pode tratar a matéria com intolerância, **supondo que** numa sociedade culturalmente diversificada, plural e laica, haja valores morais universalmente aceitos. (TRIBUNA DO NORTE, N, 12/08/2018).

Casos idênticos aos de (29) tiveram elevação na posposição, totalizando 61,2% de ocorrências. Os de (30) e (31) revelaram, igualmente, 78% da soma da posposição, e o de menor frequência foi com o gerúndio de *supor* (32), com apenas 31,37%, evidenciando que este verbo, em razão do seu significado lexical, já projeta inicialmente os consequentes. Sob esse horizonte, concordamos com Decat (2001), quando defende que essa “[...] grande incidência de causais pospostas explica-se, em muitos casos, como resultado dessa função avaliadora da cláusula hipotática.” (DECAT, 2001, p. 153).

Em (29), o grau de objetividade é maior, já que as orações pospostas apresentam conteúdos mais próximos do real, do concreto e podem ser assim esquematizadas: o eleitor muda bruscamente PORQUE as informações de impacto circulam rapidamente no menor universo de pessoas.

Outro fato a se destacar na tabela é que as orações pospostas tendem a ser mais integradas quando aparecem isoladas por vírgulas, separando o consequente da causa ou da hipótese. Por outro lado, sem a separação da vírgula ocorre uma menor integração.

A partir deste ponto, verificaremos que, além da anteposição e da posposição, há outra ocorrência com baixo grau de vinculação, que são as orações parentéticas. Por definição, a parentetização é um fenômeno de interrupção do fluxo gramatical dentro do período que, sem promover travamento sintático, insere um adendo com propósito

esclarecedor. São orações que, via de regra, estão justapostas, e “[...] podem vir entre vírgulas ou travessões – ou legitimamente intercaladas – muitas vêm no fim e não no meio [entre, *inter*] do período.” (GARCIA, 2010, p. 144).

Jubran (2020) defende, quanto às marcas formais de inserção parentética, que o desvio tópico somado à utilização dos parênteses são marcas formais da parentetização. Para ela, no segmento parentético, observam-se as seguintes marcas:

- a. Ausência de conectores do tipo lógico que pudessem estabelecer relações lógico-semânticas entre os parênteses e o segmento em que se encartam;
- b. fatos prosódicos, como pausas e alterações na pronúncia dos parênteses, relativamente ao seu contexto, com aceleração de velocidade de elocução e rebaixamento de tessitura. (JUBRAN, 2020, p. 285).

Essa ausência de conectores está relacionada ao uso de elementos que cumprem funções lógico-semânticas entre enunciados; no entanto, elementos semelhantes a “isto é”, “quer dizer”, “ou seja” funcionam como partículas introdutoras da porção parentética.

Quanto ao detalhamento daquilo que se coloca nas fronteiras dos parênteses, Jubran (2020) enumera os casos em que essas fronteiras interpolam fatos parentéticos: a. entre constituintes de frase; b. entre duas unidades frasais; c. entre a primeira e a segunda parte de pares adjacentes; d. entre porções textuais cujas estruturas sejam anacolúicas. Neste último caso, trata-se de um segmento textual em que houve um corte sintático particularizado por uma situação de anacoluto.

Com vistas à descrição de algumas ocorrências a seguir, faz-se necessário apresentar, ainda que de modo breve, a caracterização apresentada por Jubran (2020, p. 302-303) quanto à caracterização da parentetização no que corresponde a funções textual-interativas específicas:

- i) foco na elaboração tópica, mais especificamente, em conteúdo tópico, formulação linguística e estrutura tópica. Esse foco pode ter funções como exemplificação, ressalva, retoque e correção, explicitação do significado de palavras, marcação de retomada do tópico etc.
- ii) foco no locutor, que se desdobra em funções como manifestação de interesse/desinteresse pelo tópico, bem como manifestações atitudinais do locutor em relação ao tópico etc.
- iii) foco no interlocutor, com funções de testar a compreensão do locutor a partir da inteligibilidade do tópico etc.
- iv) foco no ato comunicativo, que cumpre funções mais ligadas ao funcionamento, avaliação e negociação do ato comunicativo.

Neves (2012), ao se referir ao parêntese discursivo, defende que este é uma ruptura do tópico discursivo, ou seja, é uma das estratégias de discursivização e de textualização de grande relevância, uma vez que, além de abranger todos os níveis do enunciado (sintagmático e oracional), diz respeito ao funcionamento linguístico da própria construção do texto. Pode-se dizer que essa ruptura constitui o desenvolvimento do texto, porque mesmo promovendo o desvio do tópico rapidamente, a parentetização funciona como uma incorporação ao que já vinha sendo dito, de modo que o fluxo sequencial do texto segue a partir desse adendo.

Tal estratégia pode representar, por vezes, um baixo grau de planejamento na oralidade, já que parte da necessidade de acréscimo da informação que não foi lembrada, “[...] na escrita, entretanto, ela parece ligar-se muito fortemente a uma construção de planos de visão e a uma forte marcação de relevos (portanto, a serviço do cuidado de elaboração), e, por aí mesmo, parece ligar-se, determinadamente, a estilo.” (NEVES, 2012, p. 145).

Portanto, vejamos, na Tabela 04, a seguir, o que nos apontam os dados com estruturas com efeito de parentetização:

Tabela 04: Contexto estrutural das orações parentéticas

CONTEXTO ESTRUTURAL		OCORRÊNCIAS		
ORAÇÕES PARENTÉTICAS INTERCALADAS				
	SUPOR	IMAGINAR	PREVER	CONSIDERAR
[Matriz + (-) (ger. + se + que) (-) + Matriz]	2 (2,22%)	-	1 (50%)	-
[Matriz + (,) (ger. + que) (,) + Matriz]	4 (44,44%)	3 (100%)	1 (50%)	3 (50%)
[Matriz + (,) (ger. + se + que) (,) + Matriz]	-		-	1 (16,67%)
Totais	6 (66,67%)	3 (100%)	2 (100%)	4 (66,67%)
ORAÇÕES PARENTÉTICAS EM POSIÇÃO FINAL				
	-	-	-	-
[PERÍODO] (.) (E/isso+ ger + que)	2 (22,22%)	-	-	-
[PERÍODO] (.) (e/isso + (ger + que))	1 (11,11%)	-	-	-
[PERÍODO] (-) (Isso+ ger + que)		-	-	1 (16,67%)
[PERÍODO] (.) (<u>SN</u> + (ger + se que))		-	-	1 (16,67%)
Totais	3 (33,33%)	-	-	2 (33,33%)

Fonte: elaboração própria

Enquanto estruturas **parentéticas intercaladas**, encontramos, as que se pareiam às seguintes configurações:

4. 2. 5 [Matriz + (–) (ger. + se + que) (–) + Matriz]:

- (33) Confrontados com a mesma pergunta – *como vão agir, prevendo-se que serão minoritários no Congresso* – saem-se dizendo que o impulso dos primeiros dias de governo ajuda a levar adiante reformas fundamentais (Alckmin), que o interesse comum por segurança e valores unirá bancadas hoje divididas ou inexistentes (Bolsonaro), que um projeto nacional desenvolvimentista abarcará vários espectros ideológicos (Ciro Gomes), que a candidatura dela é capaz de dotar o País do ideal de uma nação-comunidade que move montanhas (Marina Silva), que o reconhecimento de que mudanças são essenciais mobilizará deputados (Amoêdo). (ESTADÃO, A, 21/06/2018)

4. 2. 6 [Matriz + (,) (ger. + se + que) (,) + Matriz]:

- (34) A retomada do projeto de construção de um corredor de ônibus na Radial Leste, anunciada recentemente pelo prefeito Bruno Covas, tem dupla importância. A primeira, evidentemente, pela obra em si, **supondo que** ela seja de fato levada avante, *ressalva* que se impõe pelo histórico de desleixo e promessas não cumpridas nesse setor. Basta lembrar a propósito que ela vem sendo prometida desde 2011. (ESTADÃO, Editorial, 17/06/2018)

Na análise dos excertos aqui apresentados, percebemos que a parentetização ocorreu de duas formas distintas, marcada, em (33), por duplo travessão e, em (34), entre vírgulas, formas que sugerem um traço mais estilístico do que, necessariamente, uma disparidade em relação ao uso da pontuação.

Como se vê, nesses dois enunciados, as orações parentéticas gerundivas com *prever* e *supor* têm como foco a *elaboração tópica*, conforme declara Jubran (2020). De maneira mais específica, elas tratam acerca do conteúdo tópico, com funções distintas.

Na primeira, a oração parentética – *como vão agir, prevendo-se que serão minoritários no Congresso* – cumpre uma função de detalhamento de informação apontado pelo locutor, nesse caso o jornalista, que busca instaurar no interlocutor a convivência sobre aquilo que afirma: o fato de que *serão minoritários no Congresso*. Isso pode ser verificado pelo uso da estrutura (ger + se), em que “se”, apesar de ser marca apassivadora, parece, nesse caso, persistir como um efeito de indeterminação sobre quem prevê.

Na segunda, a oração parentética, entre vírgulas, cumpre uma função de ressalva, inclusive ratificada pelo uso do elemento linguístico destacado no texto que vem após a gerundiva intercalada. Através da ressalva “[...] insere-se uma observação sobre a abrangência referencial de um enunciado, que pode ser ampliado ou reduzido, tendo em vista um ajuste no âmbito significativo desse enunciado.” (JUBRAN, 2020, p. 305). Nesse caso, nota-se a ressalva em relação ao tópico que se refere à dupla importância da obra de Bruno Covas; em

seguida, quando o locutor menciona a primeira, faz uma redução quanto à abrangência referencial, ao supor que a obra, de fato, seja levada adiante.

Como **parentéticas na posição final**, as orações têm estas configurações:

4. 2. 7 [PERÍODO]. (E/isso + ger. + que)

- (35) [...] a dívida pública bruta deve saltar dos atuais 78% do PIB – usando a metodologia do Fundo Monetário Internacional – para mais de 87% nos próximos três a cinco anos. E **isso supondo que** o teto dos gastos permaneça intacto a partir de 2019 – hipótese heroica dada a voracidade dos grupos de interesse no Congresso – [...] (ESTADÃO, A, 07/06/2017)

4. 2. 8 [PERÍODO] (–) (isso + ger. + que)

- (36) Para as corretoras e os analistas de investimento, esses ativos, que se habituaram a viver na sombra do mercado financeiro, devem ganhar espaço daqui para frente – **isso considerando que** o ciclo de taxa básica de juros da economia se sustente nos patamares atuais (hoje, a Selic está em 6,5% ao ano) e o bom momento da Bolsa supere as incertezas do cenário político, permanecendo mais algum tempo no azul. (ESTADÃO, AO, 02/04/2018)

Nessas duas orações adverbiais gerundivas em posição final, vê-se um desgarramento sintático nas duas estruturas em relação ao período anterior. Elas ocorrem, conforme defende Decat (2011), por força da estratégia de focalização, com funções textual-discursivas diferentes.

Em (35), o desgarramento sintático, que ocorre mais evidentemente depois de um ponto, demonstra que essa foi uma estratégia lógico-semântica de realce à topicalização. De modo mais preciso, verificamos o foco no locutor que teve a função de apresentar uma hipótese, conforme assinala linguisticamente depois do adendo. Em suma, nesse caso, o enunciador apresenta um ponto de vista, manifestações atitudinais em relação ao tópico: uma suposição de que o teto dos gastos permaneça intacto a partir de 2019.

No enunciado (35), tal como no (36), o demonstrativo “isso”, depois de travessão, assume uma função textual anafórica como marcação de retomada do tópico. Ademais, essa parentetização parece ter o foco no locutor cuja função é manifestar atitudes em relação ao tópico. Nesse caso, “[...] o significado dos enunciados tópicos é qualificado, de forma a refletir o julgamento do falante sobre a probabilidade de serem verdadeiras as proposições expressas por ele.” (JUBRAN, 2020, p. 318). Nesse exemplo, revela-se um valor epistêmico que o enunciador atribui à informação que é tópico.

Como se percebe, tanto em posição intercalada quanto em final, verifica-se que a oração hipotática está constituindo realce, trazendo um adendo, ou até mesmo emoldurando, de forma recapitulativa, a “hipótese” apresentada na porção textual anterior.

Outro aspecto a ser desenvolvido na próxima seção, que orienta nosso olhar quanto a esta análise é o modo como essas cláusulas se articulam sintaticamente. Com isso, tentamos desvendar que tipo de combinação modo-temporal mais favorece (ou não) cenários de hipotetização.

4.3 Correlação modo-temporal da oração hipotática

A partir daqui, consideraremos a correlação modo-tempo nos enunciados que se subscvem aos domínios da hipotetização, como causalidade, condicionalidade e concessividade. Nosso propósito, conforme anunciamos na abertura deste capítulo, é analisar as correlações modo-temporais nas sequenciações [(hipotática) + nuclear] e [nuclear + (hipotática)], buscando estabelecer uma gradiência de hipotetização conjecturada a partir das especificações de modo e de tempo que estão nos verbos dessas orações.

A tabela abaixo está organizada com todas as combinações instanciadas pelos falantes que, em situação de um maior monitoramento linguístico, já que se tratam de dois periódicos notadamente reconhecidos e validados no sudeste e nordeste do país, tendem a revelar o leque de combinações viáveis para expressar uma hipótese, ou até mesmo um *continuum* que vai mais além: “[...] as condicionais *stricto sensu*, por exemplo, ocupam um espaço que, de um lado, invade a área das concessivas, e, de outro lado, invade a área das causais.” (NEVES, 2006, p. 260).

Nossa análise será guiada por uma amostragem significativa dos dados, obedecendo aos seguintes procedimentos: correlação por verbos, a partir da frequência de ocorrências. Vejamos a Tabela 05, a seguir:

Tabela 05 – Relação modo-temporal nas orações hipotáticas

Oração núcleo (apódose)	Oração hipotática (prótase)	Ocorrências por verbos			
		Supor	Imaginar	Prever	Considerar
Pres. do ind.	Presente do ind.	5 (9,80%)	10 (16,39%)	8 (13,11%)	69 (37,70%)
	Pret. perf.do ind.	-	1 (1,64%)	-	27 (14,75%)
	Pret. imperf. do ind.	-	-	-	2 (1,09%)
	Fut. do presente	3 (5,88%)	6 (9,84%)	15 (24,59%)	5 (2,73%)
	Fut. do pretérito	-	3 (4,92%)	-	2 (1,09%)
	Pres. do subj.	15(29,41%)	13 (21,31%)	5 (8,20%)	5 (2,73%)
	Pret. imperf. do subj.	4 (7,84%)	-	-	-
Pret. perf. do ind.	Presente do ind.	1 (1,96%)	-	1 (1,64%)	20 (10,93%)
	Pret. perf.do ind.	1 (1,96%)	4 (6,56%)	-	9 (4,92%)
	Pret. imperf. do ind.	-	-	-	2 (1,09%)
	Fut. do presente	-	-	9 (14,75%)	1 (0,55%)
	Fut. do pretérito	3 (5,88%)	8 (13,11%)	10 (16,39%)	3 (1,64%)
	Presente do subj.	1 (1,96%)	1 (1,64%)	5 (8,20%)	-
	Pret. imperf. do subj.	1 (1,96%)	5 (8,20%)	-	-
Pret. imperf. do ind.	Pret. perf.do ind.	-	1 (1,64%)	-	-
	Pret. imperf.do ind.	-	-	1 (1,64%)	1 (0,55%)
	Pret. MQP. Comp.	-	-	-	1 (0,55%)
	Fut. do presente	-	-	-	1 (0,55%)
	Fut. do pretérito	-	3 (4,92%)	-	-
	Pret. imperf. do subj.	-	1 (1,64%)	-	1 (0,55%)
Futuro do presente	Presente do indicativo	-	1 (1,64%)	1 (1,64%)	7 (3,83%)
	Pret. perf. do ind.	-	-	-	2 (1,09%)
	Fut. do presente	-	2 (3,28%)	-	3 (1,64%)
	Presente do subj.	8 (15,69%)	-	4 (6,56%)	4 (2,19%)
	Fut. do subj.	2 (3,92%)	-	-	-
Futuro do pretérito	Presente do ind.	-	-	-	7 (3,83%)
	Pret. perf. do ind.	-	-	-	3 (1,64%)
	Fut. do pret. do ind.	-	1 (1,64%)	-	-
	Presente do subj.	3 (5,88%)	-	1 (1,64%)	-
	Pret. imperf. do subj.	2 (3,92%)	-	1 (1,64%)	1 (0,55%)
	Fut. do subj.	1 (1,96%)	-	-	-
Pres. do subj.	Presente do ind.	-	-	-	5 (2,73%)
	Pret. perf. do ind.	-	-	-	2 (1,09%)
	Presente do subj.	-	1 (1,64%)	-	-
Pret. imperf. do subj.	Fut. do subj.	1 (1,96%)	-	-	-
Total		51 (100%)	61 (100%)	61 (100%)	183 (100%)

Fonte: elaboração própria

Em primeiro lugar, diante dos dados da tabela acima, notamos o que é mais saliente: o predomínio dos arranjos, tanto na prótase quanto na apódose, com o presente do indicativo nas orações encabeçadas com verbo *considerar*, o qual se desdobra em 69 (37,70%) das 183 ocorrências. Os demais verbos também perfizeram esse mesmo arranjo, mas em baixa frequência: *imaginar* (16,39%), *prever* (13,11%), e a mais baixa é com o *supor* (9,80%).

De início, percebemos uma gradualidade quanto a essa combinação, isto é, as orações com verbos *considerar* tendem a ser mais causais que as outras, pois o “[...] indicativo é o modo voltado para expressar causa, já que a expressão constitui uma proposição com certo grau de certeza.” (NEVES, 2011, p. 818). Conforme mostra o Quadro 02, no capítulo anterior, quanto à relação modo-temporal nas construções condicionais, a equivalência do presente do indicativo na condicional e na nuclear configura um teor de maior factualidade entre as orações.

Quanto ao tempo verbal, independente de posição – [prótase > apódose] ou [apódose > prótase] – as correlações e os efeitos de sentido depreendidos, distribuídos em ordem decrescente de ocorrência por verbos, são os seguintes:

4.3.1 Apódose e prótase no presente do indicativo:

- (37) A redução no consumo do tabaco no Brasil é resultado de uma série de ações desenvolvidas pelo Governo Federal para combater o uso. A política de preços mínimos é um exemplo, pois está diretamente ligada à redução do consumo do cigarro em todas as faixas etárias. **Considerando que** a experimentação de cigarro entre os jovens é alta e que cerca de 80% dos fumantes iniciam o hábito antes dos 18 anos, o preço é um inibidor. (TRIBUNA DO NORTE, N, 30/08/2018).
- (38) “Esta é a eleição do menos pior, Alberto Fernández. Cristina roubou muito dinheiro e grande parte não votaria nela. Mas com Macri, agora, colamos uma foto de churrasco na parede e comemos polenta **imaginando que** estamos mastigando carne”, desabafa o vendedor ambulante Román López, de 60 anos. (ESTADÃO, N, 27/10/2019).
- (39) “Os sinais de política econômica do próximo governo têm sido mais pró-mercados do que o esperado”, aponta o JP, **prevendo que** há “boa chance” de presidente eleito aprovar uma “modesta” reforma da Previdência em 2019. (ESTADÃO, A, 22/11/2018).
- (40) “Estamos na parte crítica em relação ao oxigênio, **supondo que** não tem capacidade de chegar à superfície e poder renová-lo”, afirmou Balbi, que insistiu que não se descarta que o submarino tenha conseguido sair da imersão, por isso continuam na fase de busca e resgate. (TRIBUNA DO NORTE, N, 23/11/2017).

Esses quatro casos configuram o real no presente, apresentando uma sequenciação de prótase e apódose variada; por exemplo, em (37), a satélite apareceu anteposta. Contudo, percebe-se que, em todas elas, o enunciado da prótase é apresentado como factual/real,

revestida com um grau de certeza, e, em razão disso, o conteúdo da apódose é interpretado como uma consequência necessária.

Em (37), aparentemente, o falante assim raciocina: o aumento do preço do cigarro é um inibidor POR considerar as duas orações que, também, estão no tempo presente (*a experimentação de cigarro entre os jovens é alta e que cerca de 80% dos fumantes iniciam o hábito antes dos 18 anos*). Nesse caso, pudemos inverter, em movimento de paráfrase, a ordem das orações, colocando-se o causado antes dos causantes, a fim de comprovar que a inversão dos polos realçou o sentido e tornou o consequente como tópico informacional. Essa percepção lógico-semântica de causalidade parece estar ligada ao arranjo verbal feito na correlação, o que se comprova com a maior incidência percentual de ocorrências. Grosso modo, isso faz com que esse verbo, na escala gradual, em relação aos demais, assumam um matiz mais factual.

Em (38), (39) e (40), embora os verbos que encabeçam as orações hipotáticas gerundivas tenham um sentido lexical mais aproximado a uma modalização que, epistemicamente, denote possibilidade, o matiz de realce que prevalece entre as cláusulas do período é o da factualidade; ademais, esses três possuem mais um ponto em comum: todas as orações satélites estão pospostas à matriz.

O excerto da notícia, em (38), traz um discurso reportado de um vendedor ambulante que, ao comentar os efeitos da inflação na Argentina, cria uma narrativa aparentemente fictícia para ilustrar aquilo que pretende defender. O consequente apresentado, sendo ou não real, “**imaginando que estamos mastigando** carne”, no presente contínuo, é a causa dada para a validação de ter colocado uma foto de churrasco na parede e de ter comido polenta, ambas também no presente. Essa correlação é sugestiva de uma caracterização mais causal para esse verbo. No entanto, observaremos mais à frente, com esse mesmo verbo, outros contextos com incidência mais elevada com o presente do subjuntivo na prótase.

Construções semelhantes a (39) e a (40), nas quais persiste uma caracterização das hipotáticas mais precisamente como causais, podem suscitar um *continuum* causalidade-hipoteticidade não só em razão da significação lexical das formas gerundivas, mas sobretudo, em função de que as causas no presente funcionam como contingentes para validar as consequências que, também, estão no presente. Por exemplo, em (39), JP prevê “boa chance” da reforma previdenciária quando aponta, com veracidade, um consequente disso. Já em (40), o enunciador afirma na apódose estar em um cenário crítico em relação ao oxigênio e, para

provar isso, apresenta uma informação causal quando supõe que esse elemento químico não chega à superfície e não pode se renovar.

Como se faz perceber, esses casos confirmam a tese de que a manutenção do presente do indicativo tanto na prótase, quanto na apódose corrobora uma interpretação mais causal entre as cláusulas. Pela frequência de uso associada ao verbo *considerar*, podemos, então, supor que ele seria o mais prototípico da categoria, já que os outros têm as menores frequências.

O verbo *considerar* exibiu ainda dois modos de correlação com os tempos presente e pretérito perfeito, ilustrados nas ocorrências abaixo:

4.3.2 Apódose (presente do indicativo) e prótase (pret. perfeito do indicativo):

- (41) Loizaga argumenta que se trata de “uma medida política muito forte”, **considerando que** “o Mercosul nasceu em 1990 depois que os países da região recuperaram a democracia”, que, segundo ele, faz parte “do DNA” do bloco comercial. (ESTADÃO, N, 03/08/2017).

Esse tipo de arranjo foi sobre-excedente com *considerar*, 27 (14,75%), enquanto que, com o verbo *imaginar*, foi encontrada apenas uma única ocorrência; com os demais, nenhuma. De início, vê-se uma similaridade entre as orações quanto ao mesmo modo verbal, o que caracteriza também uma expressão + factual, já que ambas as cláusulas têm uma proposição com validação de certeza. De forma simplificada, o falante constrói a notícia sobre Loizaga, atribuindo-lhe um verbo no presente para apresentar um conseqüente verdadeiro; em seguida, mobiliza a causa (prótase) através de uma ação que já transcorreu em um determinado momento do passado.

Na inversão desse arranjo, encontramos mais 20 (10,93%) ocorrências que satisfazem, quase que unicamente (excetuando-se um caso com *supor* e outro com *prever*), a esse mesmo verbo em tela, a saber:

4.3.3 Apódose (pret. perfeito do indicativo) e prótase (presente do indicativo):

- (42) [...] Em março desse ano, o Governo do Estado aumentou em 10% o valor do repasse para o Programa Estadual de Transporte Escolar do Rio Grande do Norte, para os municípios com intuito de que as prefeituras ficassem responsáveis pela manutenção, elevando de R\$ 3,78 para R\$ 4,08 o valor recebido por aluno. O aumento, no entanto, não foi suficiente para garantir a qualidade dos ônibus, principalmente **considerando que** parte das frotas dos municípios, que atende apenas à rede municipal, não recebe os repasses do Governo Estadual. (TRIBUNA DO NORTE, N, 21/12/2019)

Essa construção é semelhante a (42), em razão do seu teor causal. Nesse caso, o falante parece ter a intenção de nos apresentar, de imediato, o consequente que já foi concluído em relação ao presente: o aumento da verba não foi suficiente. Em seguida, revelamos, através de orações em um presente durativo (atende e recebe), o porquê de aquilo ter ocorrido. Em síntese, teríamos: o aumento não foi suficiente PORQUE parte das frotas dos municípios [...] não recebe os repasses.

Como se viu até aqui, através da análise dos casos e da alta frequência de ocorrências, os casos de correlação com os verbos *considerar* têm uma significação acentuadamente mais factual do que os outros verbos analisados. Essa mesma acepção se confirma com outro arranjo relacional, só que, a partir daqui, com o verbo *prever*:

4.3.4 Apódose (presente do indicativo) e prótase (futuro do presente do indicativo):

- (43) O projeto foi escrito por senadores com o ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro, e recupera trecho do pacote anticrime que foi retirado pela Câmara. A proposta altera o Código de Processo Penal **prevendo que** o tribunal de segunda instância determinará a execução provisória da pena ao proferir a condenação. (TRIBUNA DO NORTE, N, 10/12/19)

Enunciados semelhantes a (43) totalizam 24,59 % das ocorrências, o que ressalta uma proeminência significativa quando comparada à soma dos outros três verbos que totalizaram, conjuntamente, 18,45% dos casos. Uma característica desse construto oracional é que o conteúdo do consequente (prótase) é incontrovertido, concebido já como uma verdade assentida; por sua vez, a informação que revela o motivo de esse consequente ocorrer está no futuro do presente, indicando uma ação futura tida, também, como certa em relação ao momento em que o falante enuncia. Nesse caso, o falante assim raciocina: a proposta *altera* x POR *prever* que y ocorrerá, criando, assim, uma interpretação [+ factual].

Adentrando, agora, em outras interpretações inferíveis na correlação, percebemos que os verbos *supor* e *imaginar* obtiveram percentual elevado, quando conjuntamente estavam arranjados a dois modos verbais diferentes: indicativo e subjuntivo. Isso é o que se mostra em configurações como estas ocorrências:

4.3.5 Apódose (presente do indicativo) e prótase (presente do subjuntivo):

- (44) O ex-presidente do Banco Central e sócio-fundador da Gávea Investimentos, que teria sido ministro da Fazenda caso Aécio Neves tivesse ganhado em 2014, preocupa-se com a estagnação de décadas do País. Ele acha inevitável, para a retomada do desenvolvimento, que o próximo governo faça mais uma reforma da Previdência, **supondo que** alguma saia

ainda no governo Temer, e que haja “uma mudança geral na política de recursos humanos do governo”, que envolva inclusive a estabilidade do funcionalismo. (ESTADÃO, E, 15/08/2017).

(45) **Supondo que** nos 30 anos da concessão o crescimento da economia brasileira seja de 2,5%, a previsão é que os 13 aeroportos recebam R\$ 3,5 bilhões em investimento. (ESTADÃO, AO, 14/06/2018).

(46) **Imaginando que** a medida cautelar caia, como é que se garante que os serviços públicos não sejam prejudicados? Terceirização é uma opção? (TRIBUNA DO NORTE, E, 24/02/2019)

(47) O Palmeiras também não tem interesse em negociar mais nenhum de seus principais jogadores, pelo menos, até o meio do que vem, **imaginando que** o time conquiste a classificação para a Libertadores da próxima temporada. (ESTADÃO, A, 05/08/2016).

Nos enunciados acima, nota-se que as orações hipotáticas (prótase) estão em posição alternada, antepostas e pospostas, referindo-se a conteúdos com nuances de hipotetização que estão arrolados no presente do subjuntivo e na própria significação de *supor* e de *imaginar* cujos conteúdos semânticos já são lexicalmente próprios para criação de mundos irrealis, não factuais. Outrossim, o uso desse tempo verbal confere às orações gerundivas uma ação considerada incerta ou hipotética, o que reforça ainda mais a não factualidade. No embaralhamento dos tempos, o consequente (apódose), mesmo estando no presente do indicativo, está condicionado a uma realização de uma ação no presente do subjuntivo.

Essa interpretação pode ser percebida, em (44), quando o enunciador atribui ao sujeito “Ele” o verbo “acha” que, mesmo no presente do indicativo, dentro do contexto, refere-se a uma especulação quanto à reforma da previdência que está condicionada ao fato de que esta “ainda” “saia” no Governo Temer. Em (45), o conteúdo da suposição, o percentual de crescimento econômico, é apresentado inicialmente como um vínculo causal hipotetizado à “previsão” dos investimentos em 13 aeroportos. De modo semelhante, em (46), também na prótase, o interlocutor é levado a “imaginar” um possível cenário judicial que tem como consequente (apódose) uma estrutura retórica interrogativa que, mesmo com verbo no presente do indicativo, é capaz de criar um efeito hipotético. Por fim, em (47), mantém-se o encadeamento causal dubitativo entre as orações, ou seja, o falante imagina algo, cria uma suposição – a conquista das Libertadores – para alegar que o Palmeiras não tem interesse na negociação dos jogadores.

Esse jogo de correlação foi mais produtivo com os verbos *supor* (29,41%) e *imaginar* (21,31%), em razão da alta frequência, contrastando-se com os 2% de *considerar* e 8% com *prever*, o que nos faz interpretar que, enquanto *supor* e *imaginar* são mobilizados em

contextos não-factuais; *prever* e, sobretudo, *considerar* possibilitam a construção de circunstância + factuais.

Ainda com relação às orações hipotáticas gerundivas com *supor* e *imaginar*, é muito importante destacar que, em todos dados analisados, encontramos o pretérito imperfeito do subjuntivo, na prótase, associado a esses dois predicados, forma que, conforme Azeredo (2016), confere grau máximo de hipotetização às especificações modo-temporais. Vejamos:

4.3.6 Apódose (presente do indicativo) e prótase (pretérito imperfeito do subj.):

- (48) **Supondo que** a regra valesse para as demais plataformas, é intuitivo que os motoqueiros – muitos que hoje ganham mais do que a renda média nacional – passariam a ter rendimentos líquidos menores. (ESTADÃO, A, 10/12/2019).

4.3.7 Apódose (pretérito perf. do indicativo) e prótase (pretérito imperfeito do subj.):

- (49) Aliás, o nosso Ícaro mistificado se iludiu com o brilho do sol, talvez **imaginando que** o seu próprio brilho fosse tão radiante quanto o do astro rei. Mas suas asas estão derretendo. (ESTADÃO, A, 05/04/2016)

Casos como (48) e (49) totalizaram, respectivamente, 7,84% e 8,20%; em contrapartida, não foi encontrada nenhuma dessas ocorrências com os demais verbos. A forma pretérito imperfeito do subjuntivo expressa, geralmente, ações anteriores ao momento da enunciação, designando uma condição para que determinado fato possa ocorrer. Sendo assim, a combinação, em (48), indica uma hipotetização na prótase de uma consequência que está no presente. Convém provar, nesse caso, que a forma gerundiva, por instanciar um grau máximo de hipótese, poderia até ser facilmente substituída por “SE”, conjunção adverbial mais prototípica das condicionais: Se a regra valesse [...], é intuitivo que [...]. A relação estabelecida, em (49), possibilita ao enunciador construir um espaço mental, um quadro de hipotetização na prótase – talvez **imaginando que** seu brilho fosse tão radiante – para validar o conteúdo da apódose, a ilusão de Ícaro com o brilho do sol. Nesse caso, o advérbio “talvez” funciona como um fator linguístico que pressiona o contexto a ser mais hipotetizador.

Em todo nosso *corpus*, não são frequentes as ocorrências com orações gerundivas encabeçadas com *considerar* que tenham o verbo da oração encaixada no pretérito imperfeito do subjuntivo. Apenas uma única ocorrência encontrada espelha esse arranjo com teor mais hipotético:

4.3.8 Apódose (pretérito imperf. do indicativo) e prótase (pretérito imperfeito do subj.)

- (50) O advogado pretendia desistir do pedido de suspeição, **considerando que** sua tese para suspender o andamento da segunda denúncia contra Temer prosperasse. Ele iria alegar que Janot deve entender “ser prudente e de boa cautela” que “nenhuma denúncia fosse oferecida antes do integral esclarecimento dos fatos”. (TRIBUNA DO NORTE, N, 13/09/2017)

No caso em tela, o falante nos situa vagamente quanto à pretensa decisão do advogado, denotando que esta seria consequência necessária, mas não ocorrida, de que a tal tese levantada prosperasse. Percebem-se, então, duas possibilidades que dependem do acontecimento da outra, do cumprimento da relação causa-efeito; contudo, como elas não ocorrem, por algum motivo desconhecido, esse arranjo é menos factual.

Essa baixa incidência desses casos, constatada em (0,55%), em relação aos arranjos formados, revela que a referida relação entre esses tempos verbais tem maior tendência de ocorrer com as outras formas verbais, e que as orações de gerúndio com *considerar* têm, em suas combinações tempo-modo, um matiz acentuadamente causal, [+ factual].

Feitas essas considerações sobre a correlação tempo-modo, verificamos que dados tempos e modos verbais projetados nos argumentos da prótase conferem ao falante uma regularidade de conteúdos mais hipotéticos, funcionando como construtores de um espaço mental. Com isso, observando os dados e com base em Azeredo (2016), chegamos a essa gradiência de tempos e modos verbais, que, no Quadro 03, a seguir, vão da forma mínima à forma máxima de hipotetização:

Quadro 03 – Graus de hipotetização na prótase

grau mínimo	>	<	grau intermediário	<	>	grau máximo
indicativo			presente/futuro do subj.			Pret. imp. subj.

Fonte: elaboração própria

Como se percebeu, nas orações em que o falante/escritor projeta situações mais causais, ele tende a mobilizar a forma indicativa tanto na prótase, quanto na apódose; por meio desse arranjo, ele “[...] procura controlar os acontecimentos e intervir neles através do discurso.” (AZEREDO, 2016, p. 109). Ao usar as formas do subjuntivo, o enunciador tem como plano argumentativo negar uma causa em favor de outra, isto é, há dois disjuntos, e um deles deve ser escolhido.

Ao escolher as formas do subjuntivo na oração hipotática, o falante expressa uma incerteza, dúvida ou negação quanto ao evento descrito na oração. Mas é preciso, também, notar que o presente pode ser mais recorrente em orações com vínculos factuais. Por exemplo, quando um desses tempos verbais está na prótase, é possível inferir que seu conteúdo deve ser verdadeiro, conforme ilustram os casos de (44) a (47). A instanciación máxima da hipotetização se dá com o pretérito imperfeito do subjuntivo na prótase, uma vez que o “se” condicional pode coocorrer com esse tempo, e até mesmo com o futuro do subjuntivo, mas nunca com o presente do subjuntivo.

Percebemos que as estruturas gerundivas com esses verbos, do ponto de vista semântico, podem assumir conteúdos proposicionais (construtos mentais, que podem ser avaliados em termos de sua verdade e qualificado em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença). Alguns deles só podem ser avaliados em relação a sua origem ou fonte (conhecimento partilhado, evidência sensorial, inferência), haja vista que só podem ser completados com outro conteúdo proposicional que satisfaça o preenchimento de uma causa quanto ao consequente que se apresenta. Isso, à luz dos dados, revela-se em uma gradiência que vai da instância de maior factualidade à de menor.

Em suma, neste estudo, no embaralhamento desses três fatores de análise, depreendemos que:

(a) a correferencialidade, por meio da anáfora zero, é um mecanismo que assegura a coesão textual; configura-se como uma tentativa de economia linguística, como princípio organizador do discurso que, estrategicamente, afasta o falante da responsabilidade sobre aquilo que enuncia, atribuindo a terceiros as suas evidências argumentativas de modalidades causais.

(b) a posição que favorece a suposição é anteposição; que orações parentéticas têm baixa ocorrência e representam menor integração;

(c) a correlação modo-temporal, quando articula a uma das cláusulas o pretérito imperfeito do subjuntivo, expressa o grau máximo de hipotetização.

5 ORAÇÕES HIPOTÁTICAS GERUNDIVAS HIPOTÉTICAS: AS MOTIVAÇÕES FUNCIONAIS QUE ESTABELECEM O PROTÓTIPO DA CATEGORIA

Este capítulo tem como propósito descrever e analisar os fatores ligados aos contextos de uso e de algumas propriedades caracterizadoras das orações gerundivas, tomando como base os critérios de iconicidade, de marcação e de prototipicidade, os quais foram apresentados no capítulo 3. Esse objetivo se ajusta a um dos objetivos específico deste trabalho: *Identificar e analisar fatores inerentes ao funcionamento das orações de gerúndio, a partir dos princípios de iconicidade e de marcação, visando a traçar um continuum representativo da prototipicidade verbal no domínio da hipotetização.*

Para alcançarmos tal finalidade, inicialmente, analisaremos tanto as motivações econômicas⁶⁵ quanto as icônicas – *grau de integração dos constituintes e iconicidade de quantidade e de ordenação* – que constituem essas orações. Em seguida, apresentaremos um *continuum* das orações de gerúndio sinalizadas anteriormente, as quais são mais e menos marcadas, quanto à expressão da hipoteticidade. Em se tratando desse tópico, alguns critérios nortearão esta análise: *complexidade cognitiva, complexidade estrutural e distribuição de frequência.*

Ademais, por compreendermos a relação existente entre as diversas motivações que guiam os usos linguísticos efetivamente realizados, este capítulo assume, conforme já mencionado, o compromisso de revelar, pelo controle da frequência e de outros critérios funcionais relacionados ao domínio da hipotetização, o compromisso em traçar um *continuum* de prototipicidade representativo das orações de gerúndio estruturadas para mobilizar esse sentido.

5.1 A atuação dos subprincípios da iconicidade nas orações de gerúndio

Visando à análise da iconicidade em orações de gerúndio iniciadas por *supor, prever, imaginar e considerar*, partiremos, mais centradamente, do conteúdo lexical dessas formas verbais a fim de comprovarmos não só a codificação linguística, mas também a motivação

⁶⁵ Quanto à economia linguística, Haiman (1985) defende que a redução e a incorporação são propriedades que caracterizam as orações de gerúndio. Em outros termos, “[...] as orações em pauta cancelariam as marcas das categorias gramaticais que compartilham com a oração núcleo (redução) e funcionariam como constituinte imediato da última (incorporação)[...]” (BRAGA, 1996, p. 232).

para seus usos enquanto índice de hipótese. A partir daqui, vamos descrever e analisar a primeira manifestação icônica dessas orações: o teor lexical.⁶⁶

Cunha (2010), em *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, descreve que *supor* é um verbo que tem sentido lexical referente àquilo que se imagina como tal. Essa significação compreende ‘estabelecer ou alegar hipóteses’ e ‘conjecturar, presumir’; do latim, a forma *suppōnĕre* significa colocar para baixo, submeter e substituir. Por sua vez, *prever* é um verbo que comporta conteúdo lexical de ‘supor, conjecturar, calcular’; na origem latina, *praevidĕre* tem o significado de conceber antecipadamente. Essa raiz se mantém em vocábulos como **imprevidente** (1881), **imprevisão** (1873), chegando às formas como **previsão** e **previsível**. *Imaginar*, do latim *imagināre*, é relativo a <imago> que tem acepção de traçar uma imagem, de representar. *Considerar*, por último, é um verbo que traduz o conceito de ‘atender a’, ‘meditar, ponderar’; na língua românica, *considerare cōnsīderātiō – ōnis* evoca a ideia de observar com circunspeção. Sua forma no gerúndio, *considerando*, significa ‘motivo, razão, argumento’.

Com base nessas descrições etimológicas, de natureza léxico-semântica, notamos que tais verbos carregam em sua conceitualização nuances de sentido epistemicamente eventuais, permitindo ao falante transmitir uma ideia hipotética, já existente no mundo, partilhada ao interlocutor. A iconicidade verbal funciona, nesse caso, como uma espécie de um campo semântico associativo, aliando cognição, léxico e discurso com vistas à manutenção da ideia de hipoteticidade no texto. De maneira mais detalhada, os dois primeiros verbos – *supor* e *prever* – são simétricos à ideia de “conjecturar”. Os prefixos *-su* e *-pre*, que se fundiram às formas, correspondentemente, assinalam movimento de inferioridade e de anterioridade, aproximando-se do sentido de submeter algo à hipótese e até mesmo de construir uma (pre)visão. Por seu turno, *imaginar* revela um conceito de algo relativo a um traçado de uma imagem ou de uma representação, o que corrobora o conteúdo epistêmico, uma vez que o falante não quer se comprometer com o conteúdo de seu enunciado; por isso, ao utilizá-lo, ele expressa a sua dúvida. Por fim, nessa escalaridade, *supor*, que traduz em alguns contextos, a noção de razão pode ser, também, identificado em sentenças que transmitem a ideia de ponderação ao que se enuncia.

⁶⁶ Ressavamos que, mesmo em um trabalho de incursão teórica funcionalista – em que se entende a gramática de uma língua como um componente em constante mutação, e a mudança linguística como efeito da gramaticalização –, resgatar o conteúdo semântico cristalizado dos verbos, ao buscar o seu valor etimológico, é também reconhecer que padrões gramaticais são rotinizados e que a acomodação dos sentidos lexicais ligados às instâncias discursivas dessas ocorrências na modalidade escrita, embora pareça aparentemente incoerente com o quadro teórico defendido, comprova que, no domínio discursivo analisado, o traço de sentido dubitativo e hipotético permaneceu acomodado em dadas formas verbais.

Levando em consideração tais descrições, estamos assumindo, portanto, a tese de que as orações gerundivas, iniciadas com esses verbos, têm o teor de hipoteticidade, de [-factuais] a [+factuais], e, conseqüentemente, fogem do que a nomenclatura tradicional encapsula como orações condicionais. Sendo assim, a nossa defesa se deve ao fato de que a hipotetização não aparece expressa pelo uso de determinadas conjunções, mas, substancialmente, pelo teor lexical descrito acima, pelo tempo e pelo modo dos verbos e de outras configurações sintático-semânticas, das quais falaremos também adiante.

Outro aspecto que pode ser observado quanto a esse princípio é o fato de as orações gerundivas, que assumem uma forma verbal reduzida e dispensam um nexos subordinativo explícito, comprovarem tanto motivações econômicas quanto icônicas em seu uso. De forma mais elucidativa, assumimos que o falante, diante da existência de codificações alternantes da hipotetização, escolhe a forma reduzida em detrimento da desenvolvida, o que revela estratégias discursivas conforme se apresentam nas amostras a seguir:

- (51) Para o reitor, o documento tem incoerências e uma delas é o contrato com a organização social. **Supondo que** a instituição adote esse modelo que ninguém sabe como vai ser, será um contrato quando a instituição tem que pagar água, luz, internet, enfim, o custeio. (TRIBUNA DO NORTE, R, 18/09/19)
- (52) **Prevendo que** Amália possa procurar a amiga, Catarina aconselha Virgílio a ficar próximo de Diana. (TRIBUNA DO NORTE, Resumo, 11/04/18)
- (53) Aos 97 anos, Cardin ainda desenha roupas para o futuro, **imaginando que**, em 2069, todos nós caminharemos na Lua ou em Marte e lá as pessoas se vestirão com os cosmocorps desenhados por ele mais de meio século atrás. (TRIBUNA DO NORTE, N, 31/07/19)
- (54) Pelos próximos 60 dias, o preço fixo do óleo diesel nas refinarias será de, no máximo, R\$ 2,03 por litro. **Considerando que** o preço de mercado poderá ser superior, o governo vai cobrir essa diferença pagando até 30 centavos por litros de diesel às empresas. (TRIBUNA DO NORTE, N, 31/05/18)

A lista apresentada acima é representativa, não exaustiva, de alguns dos subprincípios da iconicidade, a saber: o de *integração dos constituintes oracionais*, o de *ordenação* e o de *quantidade*. Como já defendemos, entendemos que esse (meta)princípio configura um conjunto de motivações funcionais que influenciam o falante quanto ao uso das formas da língua.

Em se tratando da relação unívoca entre expressão e conteúdo, percebe-se que as orações gerundivas acima espelham o mesmo padrão estrutural: [(gerúndio + que + oração finita /encaixada com função de objeto direto) + matriz], em que a gerundiva mantém relação

de sentido com a matriz. A título de ilustração, verificamos que (52) pode ser estruturalmente representada:

- (52) [(**Previendo** + **que** + Amália possa procurar a amiga,) Catarina aconselha Virgílio a ficar próximo de Diana]. (TRIBUNA DO NORTE, Resumo, 11/04/18)

Nesse caso, utilizamos os colchetes como um sinal de limite de oração, e os parênteses sinalizam uma oração dentro de outra, pontuações que demarcam a oração complexa. Na amostra em foco, o verbo *prever*, em razão de sua transitividade, projeta o termo argumental em forma de oração com função de objeto direto. A oração entre parênteses, como um todo, é o que se reconhece, tradicionalmente, como oração adverbial reduzida de gerúndio. Ela é o resultado da alta integração de duas orações: a da forma reduzida – *Previendo que* – mais a objetiva direta – *Amália passou procurar a amiga*, as quais se integraram dando origem à oração satélite (prótase), e esta última apresenta um conteúdo hipotético em relação à oração na apódose (nuclear) – *Catarina aconselha Virgílio a ficar próximo de Diana*. Além disso, observa-se a incorporação da gerundiva à matriz, porque aquela codifica um conteúdo linguístico próximo ao da oração matriz com que se articula.

Como manifestação icônica, na oração a seguir, verificaremos esta proximidade, a de que quanto maior for a proximidade conceitual, maior será a proximidade linguística:

- (53) [Aos 97 anos, Cardin ainda desenha roupas para o futuro, / (**imaginando** + **que** +, em 2069, todos nós caminharemos na Lua ou em Marte...)] (TRIBUNA DO NORTE, N, 31/17/19)

Nesse caso, a validade da hipótese, que é oferecida como uma atividade de representação mental – *imaginar* que, em 2069, caminharemos na Lua ou em Marte – mantém vínculo sintático e semântico, portanto, integração com a oração que revela as crenças de Cardin, como alguém que *ainda desenha roupas para o futuro*. Sendo assim, a oração gerundiva apresenta informação “pano de fundo” que justifica essa proximidade com ideia da matriz, isto é, o princípio da iconicidade se manifestou promovendo essa vinculação circunstancial do caráter “mais vinculado” ao conteúdo apresentado na oração reduzida à oração nuclear.

Outro subprincípio que podemos observar, nessas amostras, é o da *ordenação sintática das orações*. Nesse sentido, não há dúvidas de que há um pareamento motivado entre a ordenação dos fatos no mundo biossocial e a estruturação linguística. Quanto a isso, ressalta-se que “[...] os cognitivistas tomam os sentidos como sendo *entidades conceptuais*, e as palavras e as estruturas da língua como recursos para simbolizar a construção que o falante

faz de cenas ou fatos da vida cotidiana.” (MARTELOTTA; PALOMONES, 2013, p.183). Sendo assim, compreendemos que toda informação posicionada e toda “ordem de menção”, nos contextos oracionais (51), (52) e (54), refletem uma organização conceitual e cognitivista nessas orações: primeiramente, aparece o conteúdo da hipótese e as crenças do falante; secundamente, a potencialidade da hipótese enunciada.

A fim de verificarmos tal comportamento de forma mais detalhada, a oração (51) ilustra essa ordenação do fluxo informacional. A explicitação do caso, tomando-se o paralelismo entre a ordem dos fatos no mundo real e a estrutura linguística, pode ser esta:

(51) Para o reitor, o documento tem incoerências e uma delas é o contrato com a organização social. **Supondo que** a instituição adote esse modelo que ninguém sabe como vai ser, será um contrato quando a instituição tem que pagar água, luz, internet, enfim, o custeio. (TRIBUNA DO NORTE, R, 18/09/19)

Contextualmente, esse é um recorte de uma reportagem em que o reitor do IFRN, à época, revela sua preocupação com a gestão da instituição de ensino federal, a qual estaria à mercê de uma organização social e da criação de um fundo nacional de natureza privada. Ao mencionar uma das preocupações do gestor, o jornalista focaliza no fato de que, para o reitor, o documento *Future-se* apresenta incoerências quanto ao contrato com a organização social. O falante escritor, a partir daí, passa a conjecturar, segundo as palavras do reitor, o que, em paráfrase, pode ser assim representado:

(51a) **Se caso** a instituição adotar esse modelo...

⇒ será um contrato em que a instituição terá que pagar uma série de custos

Nessa amostra, percebe-se que o consequente (apódose) – o fato de a instituição assumir um contrato em que ela terá que pagar todo o custeio – só será validado a partir da realização da hipótese mencionada anteriormente. Reveste-se, assim, a linguagem de uma relação explicitamente motivada: da hipótese à consequência.

Outra oração que ilustra bem esse paralelismo icônico no que se refere à sucessão/ordenação dos eventos na oração é esta:

(54) **Considerando que** o preço de mercado poderá ser superior, [*pode não ser*] (*hipótese*)

⇒ o governo vai cobrir essa diferença pagando até 30 centavos por litros de diesel às empresas. (TRIBUNA DO NORTE, N, 31 de maio)

É evidente, nesse caso, um vínculo causal hipotetizado entre as duas orações, ou seja, dada a potencialidade do conteúdo da prótase (ou “antecedente”) – a possibilidade de o preço

de mercado do óleo diesel nas refinarias ser maior que o do mercado –, segue-se a eventualidade da apódose (posposta) – o governo cobrir essa diferença às empresas. A paráfrase, a seguir, sinaliza-nos esse conteúdo hipotetizado:

(54a) Se o preço do mercado não for superior, o governo não vai cobrir essa diferença (...)

Como se percebe, a “ordem de menção” – o fato de a hipótese aparecer primeiro – é o que favorece o consequente: *o governo não vai cobrir essa diferença*. A sucessão das ações no mundo real reflete justamente a ordem de apresentação das informações. Nessa paráfrase, vimos que há de se considerar, também, que o preço do mercado poderá não ser superior ao das refinarias e, portanto, não caberia a ação subsequente demandada pelo governo. Pela ordem como constrói esse enunciado, o falante hipotetiza não só a ideia de que o preço do mercado poderá ser superior, mas também o fato de o governo cobrir a diferença mencionada.

Nesses enunciados de teor hipotetizador, há uma esquematicidade de ordem temporal dos eventos e de sucessão das ações, a qual é demandada pelo propósito comunicativo do falante, o que é revelador da forma motivada como a linguagem se reveste nesses casos: da eventualidade da hipótese (prótase) à satisfação da hipótese anunciada (apódose). Essa motivação será verificada pela frequência da Tabela 06, adiante.

Para além desses subprincípios verificados nessas ocorrências do *corpus*, observamos ainda que algumas estruturas oracionais são mais extensas que outras e, conseqüentemente, são constituídas de mais informação que, muitas vezes, potencializa a leitura de um matiz mais eventual/irreal.

De fato, como se pode observar, as amostras (52) e (54) são, robustamente, construções linguísticas que, na prótase, projetam estruturas verbais mais extensas (maior quantidade) do que as outras, o que se comprova pelo uso dos verbos auxiliares. Como se nota, a combinação do modal *poder* + *infinitivo*, presente em estruturas como *possa procurar* e *poderá ser*, além de modalizar todo o conteúdo da oração, representa, iconicamente, que quanto mais densa for a informação, maior será o volume da estrutura utilizada. Nesses dados, mesmo entendendo que se trata de uma construção perifrástica, nosso foco se volta apenas ao auxiliar⁶⁷, pois entendemos, tal qual Cervoni (1989), que estes têm um valor modal.

⁶⁷ Lunguinho (2011), em sua tese de doutoramento, define os auxiliares como verbos que se ajustam a outro verbo (não flexionado) para formar a construção passiva analítica ou as conjugações perifrásticas (tempos compostos, locuções verbais, perífrases verbais). Esse autor apresenta, de forma resumida, como as gramáticas

Com base nessas evidências, fizemos o rastreamento no *corpus* dessas estruturas que espelham verbos auxiliares modais como recurso de iconicidade de quantidade e de constatação do teor semântico de eventualidade. Nessa busca, encontramos com maior frequência dois modais que favorecem, nos contextos abordados, o teor semântico escolhido: *poder* e *dever*. A seguir, apresentaremos uma pequena amostra dos tipos de combinação da relação prótase e apódose evidenciados nos casos que servem como exemplificativa da frequência desses modais nas orações de gerúndio:

Tabela 06 – Frequência dos verbos auxiliares modais em construções perifrásticas⁶⁸

Auxiliar modal	Verbos das orações gerundivas			
PODER Apódose/prótase	Supor	Prever	Imaginar	Considerar
Locução/locução	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (4,76%)
Forma simples/locução	2 (22,22%)	16 (72,73)	9 (100%)	2 (9,52%)
Locução/forma simples	7 (77,78%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (9,52%)
DEVER Apódose/Prótase	Supor	Prever	Imaginar	Considerar
Locução/locução	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (4,76%)
Forma simples/locução	0 (0%)	6 (27,27%)	0 (0%)	3 (14,29%)
Locução/forma simples	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	12 (57,14%)
Totais	9 (100%)	22 (100%)	9 (100%)	21 (100%)

Fonte: elaboração própria

De modo geral, os dados da tabela acima apresentam o entrecruzamento de algumas informações, como a posição do modal na oração nuclear ou na satélite, além da vinculação deste com o tipo de verbo da gerundiva. Percebemos, de início, que nas ocorrências de orações encabeçadas com o gerúndio de *supor*, o modal *poder* tem frequência absoluta

tradicionais se referem aos auxiliares: a) definição imprecisa dessa classe verbal; b) incongruência dos critérios de detecção dos auxiliares; c) inclusão de um número extenso de verbos nesse rol. Ao inventariar os verbos auxiliares nas gramáticas tradicionais, esse estudioso descreve que *dever* e *poder* são auxiliares modais, em orações como “O João *pode* ler esse livro”, em cujas paráfrases é assumida uma leitura mais epistêmica em: “É possível que o João leia esse livro”; mais deôntica em: “O João é capaz de ler esse livro”. Nesse sentido, nesta tese, defendemos que modais são verbos que, funcionando em auxiliaridade, podem exercer uma certa multiplicidade de sentidos: por exemplo, nas interpretações epistêmicas, *poder* revela sentido de possibilidade; nas deônticas, *poder* veicula os sentidos de capacidade ou de necessidade.

⁶⁸ Não foram encontradas ocorrências que, estruturando-se com os modais *poder* e *dever*, construíssem simultaneamente perífrase verbal tanto na prótase quanto na apódose.

(100%). Isso, provavelmente, justifica-se em razão de que *poder* assume valor epistêmico de probabilidade, o que se ajusta, realmente, ao conteúdo lexical de *supor*.

Nas orações com as formas reduzidas *prever* e *imaginar*, o modal *poder* aparece mais frequente do que *dever*. Nessas duas últimas gerundivas, esse auxiliar é mais recorrente em prótase, correspondentemente, 72,73% e 100%; quanto a isso, defendemos a ideia de que a prótase com esse modal codifica um quadro de previsão e de imaginação (eventualidade) a partir do qual pode ser verificado o conteúdo que surgirá na apódose.

Note-se, ainda, que o uso de *dever*, como forma auxiliar nas orações de gerúndio encabeçadas por *prever*, assinala que o uso desta forma ultrapassa o valor de obrigação, ordem, pedido ou desejo, o que oportuniza uma interpretação de probabilidade ou de possibilidade da realização da ação. Por fim, é pertinente destacar que as orações de gerúndio com *considerar*, talvez por terem um conteúdo mais real e factual, arranjam-se mais produtivamente com *dever*, em detrimento de *poder*.

Feitas essas descrições gerais, que apontam a existência de motivações nas escolhas feitas pelos falantes, evidenciando, assim, o teor icônico das estruturas linguísticas, passaremos a analisar as marcas de modalização, bem como o valor léxico-semântico desses verbos modais. Na relação entre a lógica e a linguística, é possível declarar que não existem enunciados não modalizados, já que a modalidade⁶⁹ é essencial para a construção de relações entre locutor, o enunciado e a realidade objetiva. Do ponto de vista comunicativo-pragmático, o uso da modalidade pode ser considerado automático, “[...] já que não se concebe que o falante deixe de marcar de algum modo o seu enunciado em termos da verdade do fato expresso, bem como que deixe de imprimir nele certo grau de certeza sobre essa marca.” (NEVES, 2020, p. 152).

Para a Linguística, a relação que se mantém entre o sujeito da enunciação e o enunciado considera “necessidade” e “possibilidade” como noções que se colocam tradicionalmente em duas modalidades essenciais indicadas por dois verbos: *poder* e *dever*. Esses verbos, em construções perifrásticas, funcionam como auxiliares, tendo em vista que se associam a verbos no infinitivo. Eles têm flexão, podendo ocorrer, concomitantemente, em um enunciado, com outros verbos modais.

⁶⁹ Do ponto de vista linguístico, consideramos modalidade como a gramaticalização de atitudes e opiniões dos falantes; em outros termos, é o ponto de vista do sujeito falante sobre certo conteúdo do discurso. Se concebemos as astúcias da enunciação como um ato por meio do qual o falante visa a “afetar o interlocutor” e, para tanto, utiliza-se de diversos arranjos de linguagem, pode-se deduzir que todo ato de linguagem é apreciativo e valorativo, constituído de tomadas de posição.

Enquanto auxiliares de modo, *poder* e *dever* assumem diferentes matizes de sentido. Para Cervoni (1989), *poder* exprime a capacidade (física, intelectual, moral), a permissão e a eventualidade ou não exclusão. Esse autor ainda ressalta que esse auxiliar modal é, habitualmente, associado a noções de sentido “esporádico” e de quantificador existencial, assemelhando-se a termos, como *às vezes* ou *algumas vezes*. Acrescenta, ainda, que *dever* expressa a ideia de “obrigação interna”, de “obrigação externa”, imposta por um X animado e, por último, de probabilidade.

Como se faz perceber, esses dois modais, dentre os matizes possíveis, têm como congruente o sentido de eventualidade e de probabilidade, razão que justifica o nosso desdobramento analítico, uma vez que corrobora o comportamento do nosso objeto de pesquisa. Essa auxiliaridade modal se revela em duas amostras, com os dois verbos, em que é possível observar as estratégias de hipotetização codificadas pelo falante:

(55) [...] Tentei em vão abri-la. **Supondo que poderia** ser um defeito na peça, tentei utilizar a chave reserva que foi entregue juntamente com o carro, mas, para minha surpresa, ela não era a do veículo. (ESTADÃO, R, 05/07/2017)

(56) A estimativa é que a expansão do PIB dos EUA poderia ser 0,6% menor do que o cenário em 2019 e 0,3% em 2020, **considerando que** Trump imponha taxas ao aço. (ESTADÃO, Notícia, 23/07/2018)

Como essas amostras revelam, os auxiliares modais destacados se revestem, em diferentes posições – tanto na prótase (55) quanto na apódose (56) –, de um teor mais abstrato, em que a possibilidade tem caráter de menor factualidade, revelando a apreciação qualitativa do falante em relação àquilo que enuncia. Pode-se notar que a forma auxiliar – *poderia* – flexionada no futuro do pretérito reacentua a marca de modalização epistêmica, tendo em vista que, por si só, o futuro em *-ria* já é utilizado para dar uma informação, “[...] nos sistemas hipotéticos, em correlação com um *se*, com um valor de potencial ou de irreal.” (CERVONI, 1989, p.72).

Passemos a outros exemplos com marcas de modalização, agora com o modal *dever*, a fim de reforçar a ideia de que, por meio da linguagem, quando o falante incorpora mais forma (perífrase com auxiliar modal), provavelmente, revela mais conteúdo e, sobretudo, seu ponto de vista:

(57) O tribunal de Justiça Militar (TJM) de São Paulo baixou resolução, **prevendo que** policiais militares deverão apreender todos os objetos que tenham relação com a apuração

de crimes dolosos contra a vida praticado por militares ou pelos próprios PM. (ESTADÃO, R, 24/08/2017)

(58) O Brasil não foge a isso, nem pode fazê-lo enquanto houver liberdade de expressão. As razões do descontentamento de amplos setores sociais variam de país para país, mas uma delas é universal: o estreitamento da inclusão social via mercado de trabalho, que pode ser produzido pela imigração, pelo avanço tecnológico (a chamada quarta revolução industrial) e pela falta de crescimento econômico. Só escapamos da primeira dessas razões, **considerando que** o êxodo venezuelano não deva ter impacto nacional. (ESTADÃO, E, 13/05/19)

(59) **Considerando que** a moto ocupa cerca de um quinto do espaço utilizado por um carro comum, a tarifa do estacionamento para motos deve ser reduzida em relação ao valor cobrado por carros, para que seja mantida a proporcionalidade entre o serviço fornecido e o preço por ele cobrado”, justificou o autor do projeto. (TRIBUNA DO NORTE, N, 21/02/18).

Essas três ocorrências explicitam a estrutura perifrástica – *dever* + v. *infinitivo* –, muito frequente em duas orações de gerúndio (*prever* e *considerar*). Não percebemos o uso desse modal nas orações com *supor* e *imaginar*. Como se vê na Tabela 06, as que são iniciadas por *prever* totalizam 27,27% das ocorrências com modais, excetuando-se, assim, os casos com *poder*. Em relação às gerundivas encabeçadas com *considerar*, as construções com o auxiliar em questão correspondem a 76,19%, opondo-se à baixa frequência com o outro modal.

Essa referida auxiliaridade modal, que ocorreu tanto em prótase (57) e (58) quanto em apódose (59), permite ao falante construir sentidos de hipótese, de obrigação e de volição sobre o seu objeto da enunciação (enunciado) e a situação, como um todo, que ele toma em consideração. *Dever*, nesse caso, incorpora o processo de significação do sujeito quanto aos sentidos já mencionados e, por essa razão, reiteramos que toda informação assume um posicionamento, “[...] no sentido de que, normalmente, não falamos a respeito de que o mundo é, mas da visão que temos dele.” (MARTELOTTA; PALOMONES, 2013, p.183).

Grosso modo, reconhecemos, nessas três ocorrências, que o modal *dever* transfere às orações de gerúndio uma modalidade deôntica, mais factual, já que possibilita ao falante correlacionar, em um mesmo enunciado, crenças institucionalizadas e normas de conduta. Ocorre que, numa modalidade escalar, (57) e (59) apresentam um conteúdo mais diretivo, imperativo, em que se busca a volição de um destinatário, enquanto (58), inclusive em razão de o auxiliar estar flexionado do presente do subjuntivo, representa um conteúdo de probabilidade, dúvida, desconfiança etc.

Em paráfrases, verifiquemos que esses nexos semânticos, entre todas as orações mencionadas, são de teor causal hipotetizado:

(57a) **Por prever** que policiais militares deverão apreender todos os objetos...

⇒ O tribunal de Justiça Militar (TJM) de São Paulo baixou resolução.

(58a) **Por considerar** que o êxodo venezuelano não deva ter impacto nacional

⇒ Só escapamos da primeira dessas razões...

(59a) **Por considerar** que a moto ocupa cerca de um quinto do espaço utilizado por um carro comum,

⇒ a tarifa do estacionamento para motos deve ser reduzida em relação ao valor cobrado por carros.

A título de melhor identificação, descolamos todos os conteúdos das gerundivas para posição tópica e de relevância de menção a fim de enfatizar melhor que essas expressões, deonticamente, advêm de alguma causa. Em (57) e em (59), são verificadas, correspondentemente, uma dada dinâmica de volição, a qual consiste na expressão de que os *militares deverão (obrigação) apreender os objetos*, e *de desejo*, em que um destinatário expressa sua habilidade para realizar um estado-de-coisas – a diminuição da tarifa do estacionamento para motos.

Já em (58) o falante passa a conjecturar a ideia de que o êxodo venezuelano não tenha impacto nacional; dito de outro modo, a oração satélite, em razão do contexto e do processo de subjetivação, tornou-se mais neutralizada de um teor essencialmente mais causal e, sendo assim, esse modal passaria a ser levemente epistêmico⁷⁰. Para Givón (1995), as orações com modo subjuntivo flexionadas com o tempo presente podem revelar suposição, isto é, uma certeza menor (modalidade epistêmica) ou uma manipulação desse sentido mais atenuado (modalidade deontica). De acordo com essa intenção de (58), o modal subjuntivo foi empregado com um traço [+ dubitativo], revelando dúvida, incerteza e hipótese.

Portanto, alguns pontos confluem nesse tipo de iconicidade: (1) a informação (o conteúdo que já existe no mundo real está conectado diretamente à quantidade de formas; (2) a auxiliaridade modal é uma marca de subjetivação e de realce de sentido que pode evocar certeza ou possibilidade; por fim, (3) os auxiliares, aparentemente deonticos, podem atuar como epistêmicos, retratando uma possibilidade, fruto da subjetivação e da pressão contextual.

⁷⁰ Traugott (1989), através da análise do modal *must* do inglês, já defendia um *cline* de mudança de verbos auxiliares modais, alegando que o aumento dos sentidos epistêmicos na língua inglesa advém do processo de subjetivação na mudança semântica. Propõe, então, o seguinte *continuum*: *deontico > levemente epistêmico/epistêmico habitual/profético > fortemente epistêmico*.

Cumpre salientar, para ensejar a discussão deste tópico, que semelhante à iconicidade, o critério de marcação se manifesta quanto à complexidade cognitivo-comunicativa, o que nos auxilia a mensurar o nosso objeto, demanda que nos ocupa na próxima seção.

5.2 A distribuição das orações gerundivas quanto à marcação

Com base nos critérios propostos por Givón (1995) quanto à marcação – *complexidade estrutural*, *distribuição de frequência* e *complexidade cognitiva* – trataremos do fenômeno como gradiente, distribuindo as orações de gerúndio em uma escala de menos a mais marcadas. Essa complexidade estrutural tende a ser lexicalmente mais complexa (maior) e a demandar mais atenção, mais esforço mental (cognitivo) que a não marcada. Por exemplo, se distribuirmos esses verbos que encabeçam as orações de gerúndio, verificaremos que *supondo* e *prevendo* são formas mais curtas (trissílabas); logo, seriam menos marcadas em relação às de *imaginando* e *considerando*. Estas últimas duas formas têm maior extensão – cinco sílabas (polissílabas) – e, conseqüentemente, são mais marcadas estruturalmente que as duas primeiras. Ocorre que como estamos lidando com quatro formas de orações gerundivas, não nos valeremos apenas da extensão morfológica das formas verbais, já que há um pareamento na contagem das sílabas que uniformiza os pares em questão e, por isso, não conseguiríamos delimitar quem ocuparia o nível intermediário desse *continuum*.

É preciso lembrar, ainda, que, de acordo com Bybee (2010), o item *menos marcado* é aquele que significa equivalência ao elemento mais rotinizado, natural, normal, frequente ou esperado de certa categoria; de forma contrária, o *mais marcado* é o não rotinizado, não frequente no uso do falante. Além disso, essa autora defende, considerando a percepção e a cognição humana, que quanto mais um item for acessível cognitivamente – de fácil compreensão – para o falante, menos marcado ele é.

Como critério para traçar esse *continuum*, utilizaremos os dados da Tabela 06 (*Frequência dos verbos auxiliares modais em construções perifrásticas*) com o propósito de comprovar que as orações gerundivas hipotéticas podem se estruturar por meio de construções perifrásticas, em uma articulação (modal *poder/dever* + *infinitivo*). Sendo assim, defendemos a ideia de que, quando essa combinação mais extensa – mais complexa estrutural e cognitivamente – aparecer no conteúdo da prótase, esta oração será mais marcada do que outra de gerúndio que projetar uma forma simples. Embora não seja nosso foco analítico, reconhecemos, conforme Givón (2001), que, para além da questão estrutural, a marcação

aponta a existência de saliência cognitiva relacionada à situação discursiva. Em termos mais simples, compreendemos que, por exemplo, a natureza do tipo de informação direcionada a um público específico, que trata de temas mais complexos, com maior volume de informação faz com que o contexto seja mais marcado, o que parece demandar formas mais marcadas acomodadas a tais propósitos sociodiscursivos.

Com base nessa exposição, passaremos a descrever e analisar as orações gerundivas levando em consideração, simultaneamente, a sua complexidade estrutural e cognitiva. Para além da extensão das formas verbais de gerúndio, conceberemos, também, os dados da Tabela 06 como indício de demonstração da complexidade estrutural das orações hipotéticas. De forma geral, os dados nela contidos apresentam a combinação, a posição (apódose ou prótase) de construções perifrásticas com o tipo de auxiliar modal. Nesse caso, a complexidade estrutural é confirmada pelo fato de as construções com perífrases serem de maior extensão; a complexidade cognitiva, pela necessidade de maior atenção e esforço mental, o que justifica o tempo de processamento que essas formas estruturais demandam para sua compreensão/interpretação. A escolha desse critério se deve ao fato de que a frequência dos auxiliares nas construções perifrásticas pode ser reveladora de orações satélites mais marcadas ou menos marcadas quanto à ocorrência ou não desse tipo de construção.

Vejamos:

- (60) **Supondo que** se realizem essas medidas, o que se pode esperar para os próximos dois anos até as novas eleições presidenciais e de governadores de 2018? (ESTADÃO, A, 17/07/2016)

Como se revela em (60), a prótase vem anteposta e, dentro dela, há uma oração objetiva direta projetada pelo *supor* – *que se realizem essas medidas* – que é constituída de uma forma verbal simples (*realizem*), flexionada no presente do subjuntivo. A oração nuclear, que aparece posposta, é formada por uma perífrase verbal (*pode esperar*) cujo verbo auxiliar é modalizador de todo o conteúdo que se apresenta sob forma interrogativa.

O fato de o falante usar a perífrase verbal na oração nuclear, e não na satélite, sugestiona a ideia de que todo o conteúdo desta última é mais simplificado. Desse modo, é possível que o leitor gaste menos tempo e esforço mental no processamento do conteúdo que vem anteposto, já que o conteúdo lexical de *supor* é hipotetizador. Como se nota, essa informação que aparece na oração satélite sintetiza informações complexas, já que o falante necessita de fazer um duplo esforço cognitivo: (1) hipotetizar algo sobre as eleições que iriam ocorrer no decurso de 2 anos e (2) retomar, anaforicamente, informações no texto através do

grupo nominal “essas medidas”. Esse tipo de arranjo com orações de gerúndio da forma *supor* totaliza 7 das 9 ocorrências, revelando assim que 77,78% dessas orações, avaliadas por essa frequência (cf. tabela 5), têm menor complexidade na prótase, isto é, na expressão da hipoteticidade.

No entanto, nas ocorrências com as orações iniciadas com *prever* e *considerar*, estabelecem-se outras padronizações quanto às construções com perífrase:

- (61) O governo não pretende dar quitação às empreiteiras que firmarem acordos, **prevendo que** outras instituições podem reclamar prejuízos e desvendar novos esquemas. (ESTADÃO, N, 25/02/16)
- (62) “O cenário de crescimento lento reforça o afrouxamento monetário”, disse, **prevendo que** o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central deve acelerar o ritmo de corte na taxa básica de juros [...]. (ESTADÃO, A, 05/04/17)
- (63) Agamenon acredita que nos serviços, comércio e construção civil “haverá um tsunami” de demandas. Segundo ele, são setores de alta sazonalidade e “turnover” e “alguns empregadores” mal orientados vão adotar procedimentos engenhosos, seja para contratação ou demissão, **imaginando que** a partir de 11 de novembro quase tudo poderá (ser feito) no campo das relações laborais. (ESTADÃO, A, 20/10/17)

As três ocorrências acima apresentam a prótase posposta e, dentro de cada uma, há uma oração com função de objeto direto encaixada à forma de gerúndio. Diferentemente de (60), essas orações objetivas diretas encaixadas têm, em seu arranjo sintático, perífrases verbais como os auxiliares modais sinalizados (cf. Tabela 06), ou seja, formas mais complexas e mais extensas em relação à que aparece na oração satélite (prótase) de (60).

Como se constata, o tamanho da forma gerundiva de (61) e de (62) coincide com a extensão morfológica de (60), razão ainda não suficiente para evidenciar, qual dentre elas, é, estruturalmente, a menos e a mais marcada. Mas, em se tratando dessa auxiliaridade modal, presente nessas perífrases verbais, podemos chegar à suspeição de que as hipóteses formuladas com *prever* são mais complexas estruturalmente do que as com *supor*, ou seja, aquelas demandam mais esforço cognitivo do que estas últimas.

Como se percebe, a presença do auxiliar modal *poder*, em (61), ao passo que intensifica a ideia de hipótese e de previsibilidade iniciada pelo verbo da oração satélite (*prever*), induz o leitor a um processamento cognitivo de maior esforço. Talvez pelo fato de a oração hipotética vir posterior à nuclear, o falante utilizou uma locução verbal com matiz de modalidade epistêmica – *podem reclamar* – a fim de apontar ao seu interlocutor qual seria o conseqüente previsto àquilo que o governo não pretendia (*pretende*). Pelo princípio da

economia linguística, essa locução poderia, em outro contexto, ser substituída por uma forma verbal simples *reclamariam*, mantendo a ideia de previsão. Portanto, o arranjo escolhido pelo falante é revelador tanto da complexidade cognitiva quanto da estrutural.

Em (62), por outro lado, o modal *dever*, copulado a *acelerar*, constitui a locução verbal *deve acelerar*, o que demarca a ação da oração objetiva direta. A oração de gerúndio, semelhante a (61), está em posposição à nuclear e, talvez por conta disso, o falante tenha arquitetado seu enunciado, retomando, na ordem, um discurso citado (com aspas) que serve como consequente; na sucessão, apresentado uma causa hipotetizada. Estruturalmente, a substituição de *deve acelerar* pela forma *acelere* (presente do subjuntivo), no contexto, manteria o teor de hipoteticidade. Diante disso, é possível inferir que o uso da estrutura perifrástica, complexa em sua natureza, mais marcada cognitivamente que (60), revela-se como um indício de que, como a hipótese foi construída no final, o falante codificou mais marcadamente esse matiz.

Ademais, convém lembrar que os dados da frequência dos verbos auxiliares modais (cf. Tabela 06) sinalizam 22 ocorrências, todas com locução verbal na prótase, sendo 16 (72,73%) com o auxiliar modal *poder* e 6 (27,27%) com o *dever*. De maneira reversa, nas orações com o verbo *supor*, 77,78% de ocorrências das locuções foram na nuclear (apódose). Diante do exposto, chegamos à conclusão de que as orações de gerúndio com nuance hipotética iniciadas com *supor* são menos marcadas, estrutural e cognitivamente, que as com *prever*.

Amostras como as de (63), em que a oração gerundiva é iniciada por *imaginar*, perfazem um total de 9 ocorrências (100%) de locuções verbais cuja combinação acontece exclusivamente com o modal *poder* na oração satélite (prótase), enquanto o verbo da oração nuclear é sempre uma forma verbal simples. Relembremos:

- (63) Agamenon acredita que nos serviços, comércio e construção civil “haverá um tsunami” de demandas. Segundo ele, são setores de alta sazonalidade e “turnover” e “alguns empregadores” mal orientados vão adotar procedimentos engenhosos, seja para contratação ou demissão, **imaginando que** a partir de 11 de novembro quase tudo poderá (ser feito) no campo das relações laborais. (ESTADÃO, A, 20/10/17)

De início, percebemos que a locução verbal que compõe a oração objetiva direta é mais extensa que as das amostras anteriores, assim como a forma de gerúndio *considerando* também o é. Na oração de teor hipotético, a complexidade estrutural se revela por meio da locução *poderá ser feito*, forma mista, a qual pode ser subesquemmatizada nas seguintes combinações: (1) *poderá ser* (=seria), locução verbal, em que *poderá* funciona como auxiliar

modal da forma no infinitivo; e (2) *ser feito/será feito* (estrutura passiva), na qual há, na ordem, um auxiliar (*ser*) + verbo no particípio (*feito*).

Ressalte-se que a marcação dos parênteses do autor – (*ser feito*) – parece justificar o seu propósito comunicativo, pois o que está em jogo argumentativo é o fato de que *quase tudo poderá ser feito* (ou não) no campo trabalhista *a partir de 11 de novembro* daquele ano. O enunciado do jornalista se projeta para a 3ª pessoa – Agamenon Martins (advogado, líder de ações trabalhistas) – e está orientado a apontar um quadro imaginário, de previsão, que esse profissional do Direito fez sobre os desdobramentos da reforma trabalhista. Por isso, o falante, mesmo marcando as aspas para sinalizar o discurso reportado, faz uso de parênteses (registro escrito) para enfatizar o teor hipotético a que direciona seu interlocutor.

Ainda é oportuno destacarmos que, como o falante apresenta inicialmente o consequente – *a adoção de procedimentos engenhosos por parte dos setores de alta sazonalidade e “turnover” e de “alguns empregadores” mal orientados* – para depois apresentar a causa hipotética desse efeito, torna esta hipótese, portanto, mais modalizada, com marcas de possibilidade reacentuadas, talvez por acreditar que o leitor só assim compreenda o nexos semântico entre as duas orações e a informação que ele imaginava/ hipotetizava, ação que *poderia* ocorrer uns 22 dois dias mais à frente da data em que o texto foi publicado. Com base nessa análise do excerto, verificamos que a oração com *imaginar*, se comparada às duas últimas orações, independentemente do número de ocorrências, têm sua forma lexical mais complexa tanto no verbo de gerúndio quanto na combinação perifrástica que se estabelece na prótase. Ela é, portanto, é mais marcada que as orações anteriormente apresentadas.

Passemos agora a analisar as orações de gerúndio iniciadas por *considerar*, conferindo-lhes os mesmos critérios que as demais:

(64) Os números, de acordo com o TJRN, podem ser ainda maiores, **considerando que** os casos anteriores à Lei do Feminicídio não necessariamente tinham os relatos sobre violência doméstica nos inquéritos, o que dificulta a classificação. (TRIBUNA DO NORTE, N, 07/03/18)

(65) Segundo a organização não governamental *Human Rights Watch* (HRW), a África do Sul deveria legalizar a prostituição, **considerando que** o governo impede os esforços para acabar com a epidemia do HIV ao tratar o trabalho sexual como crime. (ESTADÃO, N, 13/08/18)

Essas duas amostras apresentam, conforme destaque, duas locuções verbais que se pareiam quanto ao padrão estrutural: *v.aux. modal + infinitivo*, sendo (64) *poder + ser*, e (65) *dever + legalizar*. As duas locuções estão expressas na oração nuclear (apódose), a qual se

antepõe, nas duas ocorrências, à satélite. Diferentemente de (61), (62) e (63), as orações de gerúndio com *considerar* têm, na prótase, forma verbal simples, assemelhando-se a (60).

A formatação estrutural com que se reveste (64) traduz o que, no mundo biossocial, já poderia ser considerado como esquema cognitivo-perceptivo de causa-hipoteticidade entre os arranjos oracionais. Percebe-se que o falante arquiteta o seu enunciado na seguinte ordem:

(64a) Os números, de acordo com o TJRN, podem ser ainda maiores,
[*podem não ser*] (*hipótese*)

⇒ **considerando que** os casos anteriores à Lei do Feminicídio não necessariamente tinham os relatos sobre violência doméstica nos inquéritos, o que dificulta a classificação.
(TRIBUNA DO NORTE, N, 07/03/18)
[*Por considerar que...*] (*causa*)

Sendo assim, nota-se que o modal *poder* projeta sobre todo o conteúdo da oração nuclear uma ideia de hipótese quanto à eventualidade de os casos de violência doméstica extrapolarem o levantamento de dados feito à época. Essa complexidade estrutural de que o enunciador lança mão conduz a percepção do leitor para uma dada pressuposição (complexidade cognitiva): a existência de casos de violência doméstica ainda não contabilizados. Isso se evidencia com a marca da modalidade epistêmica evidente na perífrase, o que gera um conseqüente hipotetizado, ou seja, *os números podem ser ainda maiores* por considerar que *os casos anteriores à Lei do Feminicídio não necessariamente tinham os relatos sobre violência doméstica nos inquéritos*. Como se nota, na sequência, surge a oração satélite com sentido + *factual*, e esta, por sua vez, parece-nos projetar a causalidade com forma verbal simples (*tenham*). Entretanto, também neste caso, percebe-se que a adjunção adverbial – *não necessariamente* – corrobora o valor de hipoteticidade sobre o conteúdo da oração satélite, tornando assim a causa hipotetizada.

Essa combinação sintático-semântica com teor mais epistêmico, mais hipotético, que ocorre por meio da auxiliaridade modal de *poder*, é menos frequente com *considerar* do que as ocorrências com as demais orações de gerúndio (cf. Tabela 06). A título de comprovação, das 21 amostras de perífrases em orações encabeçadas por *considerar*, apenas 2 se assemelham à estruturação de (64), perfazendo um percentual de 9,52%. Assim, podemos afirmar que as orações como (64) são mais marcadas do que as com os outros verbos e, por esse motivo, são menos frequentes.

Em (65), vê-se que a locução verbal *deveria legalizar*, presente na oração nuclear, assume um matiz de sentido mais hipotetizador. Na forma como ordena sua ideia, o falante

realça mais uma nuance de maior causalidade [+ factualidade] no vínculo entre a oração satélite e a anteposta. Percebemos isso na seguinte paráfrase:

(65a) Segundo a organização não governamental *Human Rights Watch* (HRW), a África do Sul deveria legalizar a prostituição,
[Não é legalizada (*deveria legalizar*= *legalizaria*)]

⇒ **considerando que** o governo impede os esforços para acabar com a epidemia do HIV ao tratar o trabalho sexual como crime. (ESTADÃO, N, 13/08/18)
[*por considerar que o governo impede os esforços para acabar com a epidemia do HIV ao tratar o trabalho sexual como crime*].

A partir do que se revela, a estruturação mais complexa, como estamos defendendo até aqui, ocorre na oração nuclear, evidenciada pela associação do auxiliar modal *dever* + *legalizar*, o que sugere uma percepção cognitiva de um conseqüente hipotetizado anteposto. O modal *dever*, nesse caso, flexionado no futuro do pretérito – *ria*, é um indício de que este verbo, em estágio de gramaticalização de deontico a mais epistêmico, apresenta em sua natureza esse traço de modalidade que pressiona um contexto mais eventual. Se caso o falante optasse por uma forma verbal simples, necessitaria, de acordo com a ideia que projeta, incorporar à forma *legalizar* a desinência de *futuro do pretérito* (-*ria*), e essa escolha também atenderia satisfatoriamente à demonstração de um alto grau de hipoteticidade. Conforme se demonstra, a complexidade cognitiva está materializada no uso de uma perífrase verbal e na sequenciação de ideias/ações entre as cláusulas oracionais: conseqüente modalizado e, em seguida, uma causa admitida.

Como já afirmamos, o nexos semântico que se percebe na prótase (gerundiva) é o de causalidade, de um teor + *factual*, em relação ao conteúdo da oração que aparece antes. Desse modo, é possível chegarmos à compreensão de que a *África do Sul deveria legalizar (legalizaria) a prostituição por considerar que o governo impede os esforços para acabar com a epidemia do HIV*. Assim, compreendemos que as orações com *considerar*, semelhantes à ocorrência (65), são mais marcadas quanto ao teor de hipoteticidade e, portanto, estão, conforme os dados analisados, menos frequentemente associadas à hipótese, uma vez que admitem relações [+ *factuais*].

Diante dessas análises de amostras mais representativas do *corpus*, e visando cumprir um dos objetivos deste capítulo e, conseqüentemente, desta tese, é possível apontar um *continuum* de orações gerundivas hipotéticas, distribuindo-as, em uma reta escalar, de menos à mais marcada, conforme Quadro 04, a seguir:

Quadro 04 – Distribuição das orações gerundivas quanto à marcação

<i>supor</i>	<i>prever</i>	<i>imaginar</i>	<i>considerar</i>
- marcado		+ marcado	

Fonte: elaboração própria

No universo dessas quatro orações gerundivas, como vimos, a encabeçada com *supor* é a menos marcada quanto à complexidade estrutural e cognitiva. Ela é a de mais alta frequência quanto à expressão da hipótese, sendo responsável por 7 dados do total de 9 (cf. Tabela 06). *Supor*, por ser uma forma curta, com extensão de fonemas inferior a *prever*, apresenta 100% de casos de perífrases com o modal *poder*, combinação com recurso de modalidade epistêmica que ocorre em apódose. Isso representa que a oração encaixada à oração de gerúndio tem 77,78% de ocorrências, o que nos comprova que, dentre as formas em competição, *supor* é a que se mantém com o sentido mais transparente quanto à ideia de hipótese.

Nessa noção de escalaridade, *prever* e *imaginar* têm marcação de nível intermediário, quanto ao matiz [+/- hipotético]. As de *prever*, por seu turno, representam complexidade estrutural com articulações, todas em prótase, com os verbos auxiliares *poder* e *dever*, desempenhando, correspondentemente, 16 casos (72,73%) e 6 (27,27%) das 22 ocorrências gerais. Essa articulação com o modal *dever* também é um dos fatores que nos faz compreender que o conteúdo da gerundiva tende a ter matizes [+ *factuais*], e não eventuais como as de *supor*.

Enquanto as de *imaginar* têm forma gerundiva maior que as anteriores, coincidente com a mesma extensão morfológica de *considerar*, não se equipara a esta última quanto à marcação, pois seu sentido lexical é mais hipotético, já que 100% de casos com perífrase na prótase foram construídos com a junção do auxiliar modal *poder* + v. *infinitivo*, revelando, assim, em alguns casos matizes mais deônticos, em que se implica uma noção de obrigatoriedade.

As iniciadas por *considerar*, por terem o ter de maior factualidade, possivelmente exigem mais tempo de processamento cognitivo do leitor que as outras. Elas estão estruturadas, em 57, 14%, com o auxiliar modal *dever* que transmite a ideia de um nexo de maior causalidade [+ *factualidade*].

Com base nesses dados de marcação, é oportuno destacarmos qual dessas formas tende a ser o exemplar que mais se aproxima do protótipo de hipoteticidade; com base nesses resultados, passaremos a incluir na análise características dos contextos sintáticos e semânticos que ocorreram.

5.3 Protótipo da oração de gerúndio hipotética

Como estamos propondo desde o início desta tese, as orações *gerúndio + que* funcionam como uma estratégia gramatical para revelar mundos irrealis ou possíveis, um domínio em que bem se acomodaria a hipótese. Do ponto de vista semântico, são construtos cognitivos e perceptivos que podem ser avaliados em termos de sua factualidade e qualificados em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença), ou em termos de sua origem ou fonte (conhecimento partilhado, evidência sensorial, inferência). Portanto, esses predicados, que solicitam conteúdos proposicionais como complemento, possuem conteúdo semântico lexicalmente próprio para criação de mundos irrealis, não factuais.

Com o foco nessas orações de gerúndio, tomamos como objeto de análise o ponto de vista do falante, já que a interpretação do ouvinte depende de muitas variáveis e, por isso, é fluida. Assim, consideramos que o falante escolhe a forma linguística (o enunciado) de acordo com o que supõe ser o mais adequado para levar o ouvinte (nesse caso, o leitor) a uma possível interpretação da sua intenção sociocomunicativa. Feitas essas considerações, buscaremos traçar um *continuum* que vise à demonstração de uma escalaridade de um nível [+factual] a [–factual], relevando assim o potencial protótipo que atua como ponto de referência cognitivo. Salientamos que essas orações gerundivas se organizam em torno do exemplar prototípico, e por isso, têm semelhanças com ele; por outro lado, as que têm menor semelhança ocupam o ponto escalar na outra extremidade.

Com o fito de cumprir esse propósito, analisaremos as ocorrências mais representativas das orações gerundivas com escopo semântico epistêmico dubitativo, que atendam a um traço [+/-factual] e [+/-irrealis], por meio das quais o falante organiza todo o conteúdo, atribuindo significado de gradação de dúvida e hipótese.

No que se refere ao parâmetro factualidade, apropriamo-nos de Hengeveld (1998), para quem uma oração adverbial pode ser avaliada como *factual* ou não, a depender de como o falante manipula o seu conteúdo. Em se tratando das orações que indicam esse matiz mais hipotético, é consensual enquadrá-las com caráter não-factual, já que se reportam a um evento que poderia se realizar. Desse modo, ao elaborar seu discurso nessa tipificação oracional, o

falante empacota o conteúdo desta oração como sendo uma proposição não verdadeira. Pela maneira como lidamos com esse parâmetro nesta tese, assumimos a posição de defender que uma oração hipotética revela um estado-de-coisa como *irrealis* [não real], como não verdadeira. Para realizar essa tarefa, apresentaremos a Tabela 07, que sinaliza a frequência desse parâmetro nas orações de gerúndio:

Tabela 07 – Orações gerundivas quanto ao parâmetro de factualidade

Verbos de gerúndio	Quantidade de ocorrências	(+) Factual	(-) Factual
Supor	51	4 (7,84%)	47 (92,16%)
Prever	61	12 (19,67%)	49 (80,33%)
Imaginar	61	6 (9,84%)	55 (90,16%)
Considerar	183	167 (91,26%)	16 (8,74%)

Fonte: dados do autor

Como se pode observar nos dados tabelados, as orações com *considerar* lideram o índice de serem [+factuais] (91,26%), seguidas das iniciadas com *prever* (19,67%). Em outros termos, nessas duas orações, o falante tende a apresentar o conteúdo oracional como real, como verdadeiro. Já as iniciadas por *supor* lideram ocorrências (92,16%), acompanhadas por *imaginar* (90, 16%), com traços [- factual], ou seja, apresentam um estado-de-coisas como não real, e essa não realidade é apresentada como pressuposta ao leitor. É o que revelam as seguintes ocorrências:

- (66) Numa visão simplista, **supondo que** a alíquota fosse de 15% e o preço de venda de uma camisa, R\$200, o imposto devido seria de R\$ 30 (15% de R\$ 200); **supondo que** o camiseiro tivesse comprado tecido, linha e botões no montante de R\$ 80, teria um crédito tributário de R\$ 12 (15% de R\$ 80) já recolhido desses produtos[...] (ESTADÃO, A, 24/05/16)
- (67) Hilary Clinton entendia esses desafios. **Imaginando que** seria eleita, já vinha montando uma equipe de especialistas competentes para formular uma política para o continente asiático. (ESTADÃO, N, 13/12/16)
- (68) Em Fortaleza, meteorologistas do Nordeste encerram a primeira reunião de trabalho do ano **prevendo que**, no semiárido, as chuvas de fevereiro e março podem ser abaixo da média. (TRIBUNA DO NORTE, N, 24/01/16)
- (69) De agora por diante recomenda-se o “olho aberto” para verificar se a anunciada redução do preço chegará mesmo ao “bolso do consumidor”, **considerando que**, não havendo congelamento, cabe aos distribuidores de capital privado, que compram o produto às

distribuidoras, estabelecerem o preço por litro a ser cobrado ao consumidor. (TRIBUNA DO NORTE, A, 23/05/18)

Numa visão centrada na tradição gramatical, as ocorrências acima são caracterizadas como orações adverbiais reduzidas de gerúndio, cujos termos em adjunção revelam sentidos, respectivamente, de condição (66), de causa (67), de modo (68) e de causa (69). Contudo, orientados por todos esses critérios funcionalistas que defendemos ao longo desta tese, e considerando o valor lexical dessas formas de gerúndio, podemos defender uma multiplicidade de sentidos nessas orações, o que nos faz assegurar, com base em critérios pragmáticos, semânticos, sintáticos e discursivos, que tais orações, quando associadas a alguns desses verbos, podem favorecer um sentido mais hipotético, isto é, - *factual*.

Na ocorrência (66), observamos que o estado-de-coisas descrito pela oração gerundiva é apresentado como um evento que pode chegar a se concretizar, mas que, de fato, tem *status* de não realizado. Em se fazendo uma paráfrase, nas duas orações de gerúndio, as formas *supondo* + que poderiam ser substituídas por conectores (*se* e *caso*), mantendo-se, assim, a intenção de eventualidade a que o falante faz referência: [**Se/Caso**] *a alíquota fosse de 15% e o preço de venda de uma camisa, R\$200, o imposto devido seria de R\$ 30 (15% de R\$ 200); [se/caso] o camiseiro tivesse comprado tecido, linha e botões no montante de R\$ 80, teria um crédito tributário de R\$ 12 (15% de R\$ 80) já recolhido desses produtos*. Essa substituição é indício de que o falante codificou a informação com o estatuto de não verdadeira e de não realizada.

Em (67), percebemos que é possível inferir uma relação entre as cláusulas com vínculo causal hipotetizado reforçado pela pressão semântica do teor lexical da forma gerundiva, mas isso não ocorre tão fortemente igual a (66). Na visão do falante, enquanto o conteúdo do consequente “**Imaginando que** seria eleita” é hipotetizado, o da nuclear assume um traço mais factual, de certeza, a de que *Hilary Clinton já vinha montando uma equipe de especialistas competentes*. Essa pressão contextual do sentido persistente do verbo possibilitou ao falante conjecturar e solicitar ao seu interlocutor que imaginasse um determinado mundo em que tal ação chegasse a acontecer.

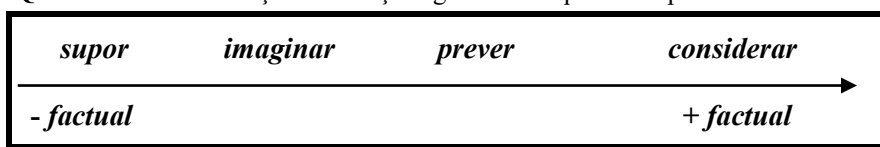
Na ocorrência (68), o falante, ao se referir à forma como os meteorologistas do Nordeste encerraram a primeira reunião do ano, constrói uma relativa suposição pragmática ainda ligada ao sentido fonte do verbo de gerúndio. Mas, quanto ao parâmetro de factualidade,

essa oração assume um traço [+real], [+ factual], já que retrata a maneira de como foi concluída a reunião que, portanto, já chegou a acontecer.

Por fim, em (69), o enunciador retrata, no conteúdo das orações, eventos que acontecem (ou já aconteceram) no mundo real, atribuindo, assim, um valor mais alto de factualidade. O tom de recomendação feito ao consumidor – ficar de “olho aberto” – assume uma finalidade com vínculo causal, o de “verificar se a anunciada redução do preço chegará mesmo” ao bolso de quem compra combustíveis. A partir de uma análise dos dados da tabela e dessa ocorrência, pode-se afirmar que *considerar*, em se tratando da alta frequência de factualidade, afasta-se semântica e discursivamente, de *supor* e de *imaginar*, mas quase se equipara a *prever* quanto ao fato de estar ligado a eventos mais reais.

No outro extremo desse *continuum* traçado, encontra-se o verbo *supor*, o qual, em relação à tabulação e à ocorrência (66), ocupa o ponto máximo quanto à hipotetização, já que mantém, em 92,16% de ocorrências, o parâmetro [– factual]. Portanto, chegamos à comprovação de que este verbo, em seu estatuto sintático, semântico e discursivo, é o melhor representante de exemplar prototípico da categoria dos verbos *epistêmicos dubitativos* com teor de hipótese. Isso pode ser esquematizado no Quadro 05, a seguir:

Quadro 05 – Distribuição das orações gerundivas quanto ao parâmetro de factualidade



Fonte: elaboração própria

Como se percebe, nessa distribuição, as orações com *considerar* e as com *supor* são consideradas díspares em relação à posição da reta, uma vez que estão em polos de factualidade opostos. As orações iniciadas com *imaginar* estão mais próximas à noção de eventualidade, isto é, de menor factualidade. As com *prever*, mesmo aproximando de *considerar*, atende aos dois pontos aludidos, ou seja, não é o protótipo nem da causalidade, tampouco da hipoteticidade. Nas amostras das ocorrências dos gêneros discursivos envolvidos, em modalidade escrita, revela-se, assim, *supor* como o verbo que melhor representa o protótipo da categoria de orações com o teor de eventualidade.

A partir do Quadro 05 e do exame dessas orações com formas gerundivas de valor *epistêmico dubitativo*, confirmamos que certamente existe uma relação estreita entre o teor

semântico do verbo (sentido fonte) e a noção de hipótese que, através dele, pode ser projetada. Por fim, é necessário afirmar que as orações iniciadas pelo verbo *supor* são menos factuais e por isso, menos marcadas quanto à expressão da hipoteticidade, o que contribui para que esse verbo seja considerado o exemplar que melhor representa o protótipo de sua categoria.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta tese foi analisar o fenômeno da hipotetização nas orações gerundivas, via hipotaxe adverbial, no português brasileiro escrito, mais especificamente, naquelas que são introduzidas pelos verbos *supor*, *imaginar*, *prever* e *considerar*, averiguando as motivações cognitivas e os aspectos sintáticos, semânticos e textual-discursivos que emolduram essas orações. O indício mais claro de que essas orações assumem matiz de hipótese é acentuado pelo teor lexical dos verbos, pois são *não-factivos*, tendo em vista que, em alguns casos, não pressupõem a verdade de seus complementos.

Para a condução desta pesquisa, construímos três questões cujas respostas são delineadas nestas considerações finais. Quanto à primeira questão, sobre a possibilidade de entender a hipotetização como um domínio autônomo, podemos afirmar, levando em consideração critérios linguísticos, cognitivos, discursivos e pragmáticos, que, nos dados do *corpus* em estudo, a hipotetização se configura, de fato, como domínio autônomo tanto quanto o da condição, estando ambos vinculados a um domínio maior, o da causalidade. Essa autonomia pôde ser comprovada, sobretudo, em relação ao sentido dos verbos que iniciam as cláusulas de gerúndio.

Com relação à segunda pergunta – se as quatro formas verbais (*supor*, *imaginar*, *prever* e *considerar*) favoreciam um mesmo matiz de hipoteticidade ou haveria uma gradação/*continuum* de sentidos entre elas –, recorremos à observação do valor lexical dos verbos e, associando-os a parâmetros com o da noção de factualidade, confirmamos a existência de um *continuum* que representa a prototipicidade no interior do domínio funcional da hipotetização. Essa segunda questão se ajusta à segunda hipótese – de um percurso do menos factual ao mais factual.

E, por fim, sobre os fatores de ordem cognitiva e linguística definidores do valor de hipotetização depreendido das orações, que representa a terceira pergunta de pesquisa, verificamos que, além da análise semântica do teor lexical das formas de gerúndio, outros critérios como a posição e relação entre os tempos e modos verbais das orações pressionam linguisticamente esse fenômeno.

Resumidamente, hipotetizamos quanto à existência de um *continuum* semântico – do menos factual ao mais factual –, acreditando ser o verbo *supor* a forma mais produtiva. Também acreditávamos que a natureza lexical dos verbos apontava para a hipotetização como domínio autônomo; esse fator cognitivo, somado a fatores contextuais, dar-nos-ia prova de

um teor de eventualidade entre as cláusulas. Para tanto, recorreremos à distribuição das formas verbais gerundivas, em uma escala quanto representativa do princípio da iconicidade e meta-icônico da marcação. Tínhamos, também, a ideia de que, no caso de algumas ocorrências com verbo *supor*, a presença de conectores como *mesmo supondo/ainda supondo* seria condicionante da ambivalência *concessividade/hipoteticidade*. Prevíamos que, quanto ao verbo *considerar*, o principal fator seria a presença de verbo do modo indicativo tanto na prótase quanto na apódose, já que o subjuntivo, estando ligado à ideia de possibilidade/incerteza favoreceria o valor hipotético, e não causal. Quanto aos demais verbos, o conjunto de fatores (posição, correlação verbal e tipo verbal) determinaria o sentido e a zona de factuality a que pertenciam. Essas hipóteses foram devidamente testadas e confirmadas. A correlação do modo indicativo, na prótase e na apódose, emoldura contextos predominantemente factuais. No que tange ao verbo *supor*, que, em alguns casos aparecia ligado a conectores concessivos, ressaltamos que a ambivalência de matizes de concessão e hipótese pode ser ampliado em trabalhos futuros, pesquisa a ser feita com um número de dados mais representativos.

Diante do apresentado e discutido nesta tese, é relevante assegurarmos que, conforme demonstrado no capítulo quatro, o critério da correferencialidade entre os sujeitos das orações satélites e matrizes se apresenta como uma demonstração de economia linguística, como princípio organizador do discurso que, estrategicamente, afasta o falante da responsabilidade sobre aquilo que enuncia, atribuindo a terceiros as suas evidências argumentativas de modalidades mais causais, ou seja, [+factuais], [+ *realis*]. Através disso, verificamos que a não correferência entre os sujeitos das cláusulas é mais frequente em verbos com teor mais hipotético, como *supor*, em que o contexto discursivo implica uma modalização menos factual.

No que diz respeito à posição, os dados nos permitiram perceber que, conforme prevíamos, a anteposição das orações com essas formas de gerúndio é mais frequente em orações com teor de hipótese. Dessa forma, chegamos ao reconhecimento de que anteposição está supostamente ligada ao princípio meta-icônico da linguagem, tendo em vista que a sequência da hipótese se dá neste ordenamento: ocorrência de um estado de coisas como condição (prótase) que pode ou não ser satisfeita e, em subsequência, enuncia-se um estado de coisas como factual/contrafactual/eventual, em subordinação do preenchimento daquela condição.

Quanto ao critério da correlação entre tempos e modos verbais, identificamos que as orações arranjadas com formas do subjuntivo, sobretudo, do tempo pretérito imperfeito, favorecem o matiz [-factual] e [-realis], o que potencializa um contexto entoacional de hipótese. Nesse sentido, identificamos que as hipotáticas gerundivas com *supor* e *imaginar* foram mais frequentes com as formas do pretérito imperfeito do subjuntivo, na prótase, o que, conforme Azeredo (2016), confere grau máximo de hipotetização às especificações modo-temporais.

No capítulo cinco, com base na aplicação dos princípios de iconicidade, marcação e prototipicidade, constatamos diferenças no comportamento das estruturas hipotáticas conforme o tipo de verbo que se apresenta nessas estruturas. Quanto à iconicidade, descobrimos, através de uma “ordem de menção”, que as orações iniciadas com esses verbos têm diferentes comportamentos; por exemplo, em enunciados de teor hipotetizador, há uma esquematicidade de ordem temporal dos eventos e de sucessão das ações, a qual é demandada pelo propósito comunicativo do falante, o que é revelador da forma motivada como a linguagem se reveste nesses casos: da eventualidade da hipótese (prótase) à satisfação da hipótese anunciada (apódose). Quanto à iconicidade de quantidade, verificamos que as orações adverbiais são mais extensas, já que apresentam locuções verbais com verbos auxiliares modais *poder* e *dever*. Para tanto, elegemos a auxiliaridade modal como uma marca de subjetivação e de realce de sentido que pode evocar certeza ou possibilidade. Em se tratando de um teor de hipótese, as orações encabeçadas com *supor* são mais iconicamente longas, com uso de modais epistêmicos, predominantemente com o modal *poder*, o que pressiona um contexto de subjetivação e de eventualidade.

No que concerne ao princípio da marcação – *complexidade estrutural, distribuição de frequência e complexidade cognitiva* – como critério de análise a fim de tratar do fenômeno como escalar, distribuímos as orações de gerúndio em uma escala de menos a mais marcadas, com o propósito de comprovar nossas hipóteses e objetivos. Sendo assim, chegamos à defesa de que a complexidade estrutural é confirmada pelo fato de as construções com perífrases serem de maior extensão; logo, consideramos que a complexidade cognitiva tem relação com a atenção do esforço mental e, provavelmente, com o tempo de processamento que essas formas estruturais demandam para sua interpretação. A utilização dessa categoria teórica se deveu ao fato de que a frequência dos auxiliares nas construções perifrásticas é reveladora de orações satélites mais marcadas ou menos marcadas quanto à ocorrência ou não desse tipo de construção. Se por um lado, as orações iniciadas com *considerar* são mais marcadas quanto

ao teor de hipoteticidade e, portanto, estão, conforme os dados analisados, menos frequentemente associadas à hipótese, uma vez que admitem relações [+ *factuais*], de outro lado, as com o verbo *supor* são menos marcadas, mais rotineiras, quanto à expressão da hipótese.

Quanto à ideia de se eleger um protótipo para essas orações com o maior teor de hipótese, a partir do parâmetro da factualidade, detectamos que as orações iniciadas por *considerar* se distanciam do centro desse protótipo, já que se revestem de conteúdos factivos, reais, em que se demanda um alto vínculo de causalidade. As encabeçadas por *supor* representam forte matiz de hipoteticidade. Assim, conforme percebemos, as orações iniciadas pelas formas gerundivas *considerar* e *supor* são consideradas opostas quanto à expressão da factualidade e, conseqüentemente, da eventualidade. As iniciadas por *imaginar* se aproximam mais da noção de eventualidade, menor factualidade. As com *prever*, aproximando-se de *considerar*, distanciam-se da eventualidade, mas por outro lado, também não representam, no conjunto dessas orações, o protótipo da hipoteticidade.

Diante dessas reflexões, podemos comprovar a nossa tese de que a hipoteticidade, nessas orações gerundivas, é um domínio autônomo em relação à condicionalidade, sendo as iniciadas pelo verbo *supor* o protótipo da eventualidade, já que são, epistemicamente, mais eventuais, e, por conseguinte, menos factuais; em seguida, vem a estrutura encabeçada por *imaginar*; quanto às iniciadas por *considerar*, sob os critérios de análise aplicados a essas orações, elas assumem um matriz de maior factualidade, ou seja, nesse caso, são o protótipo da causalidade; no caso de *prever*, que pode coocorrer nos dois domínios, constitui o ponto de exceção, ou seja, admite as duas interpretações.

Considerando que essas orações de gerúndio têm assumido diferentes matizes de factualidade, supomos que a análise destas orações com essa configuração, sob o mirante teórico do Funcionalismo, pode(rá) contribuir para aprofundar o conhecimento acerca desse teor modalizador dentro das cláusulas. Contudo, certamente, reiteramos, há ainda há muito a ser analisado no que diz respeito a essas orações complexas.

REFERÊNCIAS

- ABRACADO, J. **O princípio da adjacência e o grau de integração entre verbo e objeto.** DELTA, 2001, vol.17, no.2, p.323-336.
- ARAÚJO, I. L. **Do signo ao discurso:** introdução à filosofia da linguagem. São Paulo: Parábola, 2004.
- ARBEX JÚNIOR, J. Editorial. In.: MELO, J. M. (Org.). **Gêneros jornalísticos na *Folha de S. Paulo*.** São Paulo: FTD, 1992, p. 91-100.
- ARNT, J. T.; CATTO, N. R. Entre funções e metafunções: estudo comparativo entre Jakobson e Halliday. **Linguagem:** estudos e pesquisas, v. 14, n. 2, 2010.
- AUSTIN, J. L. **How to do things with words.** 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1976.
- AZEREDO, J. C. **Gramática Houaiss da língua portuguesa.** 2. ed. São Paulo: Publifolha, 2008.
- AZEREDO, J. C. **Iniciação à sintaxe do português.** 11 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2016.
- BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro.** São Paulo: Parábola, 2012.
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso.** Bezerra, Paulo. Notas da edição russa: Seguei Botcharov. São Paulo: Editora 34, 2016.
- BARROS, Manoel de. **Matéria de poesia.** Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 32.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa.** 38 ed., São Paulo: Editora Nova Fronteira/Editora Lucerna, 2015.
- BOLINGER, D. **Meaning and form.** London/New York: Longmann, 1977.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador:** introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola, 2008.
- BRAGA, M. L; PAIVA, M. C. Oração de tempo, causa e condição ao longo dos séculos XIII a XXI. In: CASTILHO, A. T. **História do português brasileiro:** mudança sintática das construções: perspectiva funcionalista. São Paulo: Contexto, 2019.
- BRASIL. **Nomenclatura Gramatical Brasileira.** Rio de Janeiro: Acadêmica, 1959.
- BYBEE, J. L. **Language, usage and cognition.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BYBEE, J. L. **Língua, uso e cognição.** Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha. Revisão Técnica de Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016.

CÂMARA Jr., J. M. **História da linguística**. 6. ed. Traduzido por Maria do Amparo Barbosa de Azevedo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

CANÇADO, M. **Manual de semântica**: noções básicas e exercícios. 2. ed. revisada. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CARVALHO, C. S. **Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos**: uma análise funcionalista. 251 f. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, A. T. *et al.* O Advérbio. In: ILARI, R. (Org.) **Gramática do português culto falado no Brasil**. Volume III: palavras de classe aberta. São Paulo: Contexto, 2014.

CERVONI, J. **A enunciação**. Traduzido por L. Garcia dos Santos. Revisado por Valter Kehdi. São Paulo: Ática, 1989.

COLLINS, A. M.; QUILLIAN, M. R. How to make a language user. In E. Tulving & W. Donaldson. **Organization of memory**. Academic Press, 1969.

CROFT, William. **Typology and Universals**. New York: Cambridge, 1990.

CUNHA, A. G. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

CUNHA, D. A. C. O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. **Gêneros Textuais e Ensino**. 4.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

CUNHA, M. A. F.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos Teóricos Fundamentais. In: Maria Angélica Furtado da Cunha; Mariangela Rios de Oliveira; Mário Eduardo Toscano Martelotta. (Orgs.). **Linguística Funcional**: teoria e prática. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

DANCYGIER, B. **Conditionals and prediction**. Time, knowledge and causation in conditional constructions. Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge Studies in Linguistics, v. 87, 1998.

DECAT, M. B. N. Orações adjetivas explicativas no português brasileiro e no português europeu: aposição rumo ao 'desgarramento'. IN: BRAGA, Maria Luiza; BITTENCOURT, Vanda de Oliveira; (orgs.). **Scripta: Linguística e filologia**. Vol.5, no.9. Belo Horizonte: PUC Minas, 2001.

DECAT, M. B. N. **Estruturas Desgarradas em Língua Portuguesa**. Campinas: Pontes Editora, 2011.

DU BOIS, J. W. **Competing Motivations**. In: HAIMAN, J. (org). Iconicity in syntax. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1993.

DUQUE, P. H.; COSTA, M. A. **Linguística Cognitiva**: em busca de uma arquitetura de linguagem compatível com modelos de armazenamento e categorização de experiências. Natal, RN: EDUFRN, 2012.

EYSENCK, M. W.; KEANE, M. T. **Cognitive psychology: A student's handbook**. 5. ed. Hove, England: Psychology Press, 2005.

EVANS, V.; GREEN, M. **Cognitive Linguistics. An Introduction**. Edinburgh University Press, 2006.

FAUCONNIER, G. **Mental spaces**: aspects of meaning construction in natural language. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

FAUCONNIER, G. **Mappings in thought and language**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, G.; TURNER, M. **The Way We Think**: Conceptual Blending. Hidden Complexities. New York: Basic Books, 2002.

FILLMORE, C. J. Topics em lexical semantics. In: R. W. C. (org). **Current issues in linguistics theory**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1977.

FILLMORE, C. J. Frame semantics. In The Linguistic Society of Korea. (org). **Linguistics in the morning calm**: Seoul: Hanshin, 1982.

FOLEY, W. A.; VAN VALIN Jr. R. D. **Functional syntax and universal grammar**. Cambridge University Press, Cambridge, 1984.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs.). **Linguística centrada no uso**: uma homenagem a Mário Martelotta. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, p. 13-40.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R. de; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.). **Linguística funcional**: teoria e prática. São Paulo: Parábola Editorial, 2015, p. 21-47.

GARCIA, O. M. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 27. ed. São Paulo: FGV, 2010.

GIVÓN, T. **Syntax: A functional-typological introduction**. v. II. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1990.

GIVÓN, T. **Functionalism and Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

GIVÓN, T. From discourse to syntax: Grammar as a processing strategy. GIVÓN, T. **Syntax and Semantics**, v. 12: Discourse and syntax, 1979.

GOFFMAN, E. A elaboração da face. Uma análise dos elementos rituais da interação social. **Psicanálise e Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 76-114, 1980.

GOMES, P. G. Artigo. In: MELO, J. M. (Org.). **Gêneros jornalísticos na Folha de S. Paulo**. São Paulo: FTD, 1992, p. 15-46.

GONÇALVES, S. C. L. *et al.* **Introdução à gramaticalização**: princípios teóricos e aplicação. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

GÖRSKI, E. M.; TAVARES, M. A. O objeto de estudo na interface variação-gramaticalização. **Dinâmicas funcionais da mudança linguística**. São Paulo: Parábola, p. 35-63, 2017.

HAIMAN, J. Conditionals are topics. **Language** v. 54, 1978.

HAIMAN, J. **Natural syntax. Iconicity and erosion**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. **Explorations in the functions of language**. Londres: Edward Arnold, 1973.

HALLIDAY, M. A. K. Part A. In: ____; HASAN, Ruqaya. **Language, context, and text**: aspects of language in a socialsemiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, M. A. K; MATTHIESSEN, C. **An introduction to functional grammar**. London: Hoder Education, 2004.

HEINE, B. *et al.* **Grammaticalization**: a Conceptual Approach. Amsterdam: John Benjamins, 1991.

HEINE, B.; KUTEVA, T. **The genesis of grammar**: A Reconstruction. Inglaterra: Oxford University Press, 2007.

HENGVELD, K. Adverbial clauses in the languages of Europe. In: AWERA, J.; BAOILL, D. P. (Eds.). **Adverbial constructions in the languages of Europe**. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1998. p.335-419.

HIRATA, F. B. M. **A hipotaxe adverbial condicional no português escrito contemporâneo do Brasil**. Araraquara, Dissertação (Mestrado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras – Universidade Estadual Paulista, 1999.

HIRATA-VALE, F. B. M. **A expressão da condicionalidade no português escrito do Brasil: contínuo semântico-pragmático**. 2005, 158f. Tese (Doutorado em Linguística e

Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2005.

HIRATA-VALE, F. B. M. O conectivo complexo supondo que: história e uso. In Débora de Carvalho Figueiredo; Adair Bonini; Maria Marta Furlanetto; Maria Ester Moritz. (Org.). **Sociedade, cognição e linguagem**. Florianópolis: Editora Insular, p. 381-402, 2012.

HOPPER, P. J. **Emergent grammar**. In: BLS. Vol. 13, pp. 139-157, 1987.

HOPPER, P. On some principles of grammaticization. In: TRAUGOTT, E & HEINE, B. **A approaches to grammaticalization**, v.1 Amsterdam: Benjamins, 17-37, 1991.

HOPPER, P. J; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

HOPPER, P. J.; TRAUGOTT, E. C. **Grammaticalization**. Cambridge University Press, 2003.

JACOB, E. K.; SHAW, D. Sociocognitive Perspectives on Representation. **Annual Review of Information Science and Technology (ARIST)**, v. 33, p. 131-85, 1998.

JAKOBSON, R. **Linguística e comunicação**. São Paulo: Cultrix, 1974.

JUBRAN, C. C. A. S. Parentetização. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Orgs.). **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2006. v.I, p.301-57.

JUBRAN, C. C. A. S. Tópico Discursivo. In: JUBRAN, C. C. A. S. (Org.). **A construção do texto falado**. São Paulo: Contexto, 2020.

KLEIBER, G. **La Semántica de los Prototipos: Categoría y sentido léxico**. Madrid: Visor, 1995.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

KOCH, V. I.; ELIAS, V. M. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016.

KOCH, I. V.; MARCUSHI, L. A. Processos de referenciação na produção discursiva. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 14, p. 169-190, 1998.

KURY, A. G. **Novas Lições de Análise Sintática**. SP: Ed. Ática, 1991.

KURYLOWICZ, J. **The evolution of grammatical categories**. Munich, 1975 [1965].

KUTEVA, T. Iconicity and auxiliation. **Journal of Pragmatics**, 1994, p. 71-81.

LANGACKER, RW. **Fundamentos da gramática cognitiva: pré-requisitos teóricos**. Stanford: Stanford University Press, 1987.

LAKOFF, G; JOHNSON, M. **Metaphors we live by**. Coordenação da tradução: Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado de Letras, 1980.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M.; SOWA, J. F. Review of Philosophy in the Flesh: The embodied mind and its challenge to Western thought. **Computational Linguistics**, v. 25, n. 4, p. 631-634, 1999.

LEHMANN, C. Towards a typology of clause linkage. **Clause combining in grammar and discourse**, v. 18, p. 181-225, 1988.

LUCCHESI, D. R; RIBEIRO, I. Teorias da estrutura e da mudança linguísticas e o contato entre línguas. In: LUCCHESI; Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.). **O Português Afro-Brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009. cap. 4, p. 125-153.

LYONS, John. **Linguagem e Linguística: uma introdução**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

LUFT, C. P. **Moderna gramática brasileira**. São Paulo: Globo, 2001.

LUNGUINHO, M. V. S. **Verbos auxiliares e a sintaxe dos domínios não-finitos**. 2011. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

MARTELOTTA, M. **Mudança Linguística: uma abordagem baseada no uso**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

MARTELOTTA, M. E.; KENEDY, E. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, Maria Angélica; OLIVEIRA, Mariangela Rios de; MARTELOTTA, Mário Eduardo (Orgs.). **Linguística Funcional: teoria e prática**. São Paulo: Parábola, 2015, p. 11-20.

MARTELOTTA, M. E.; PALOMANES, R. Linguística cognitiva. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). **Manual de Linguística**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARTINET, A. **Éléments de Linguistique Générale**. 5. ed. França: Armand Colin, 2008.

MARTINET, A. **Fonction et dynamique des langues**. Paris, Armand Colin, 1989.

MARTINS FILHO, E. L. **Manual de Redação e Estilo de O Estado de S. Paulo**. 3. ed. São Paulo: O Estado de S. Paulo, 1997.

MARQUES, M. H. D. **Iniciação à semântica**. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editorial, 2003.

MATEUS, M. H M. *et al.* **Gramática da Língua Portuguesa**. 7. ed. Lisboa: Caminho, 2003.

MELO, G. C. **Gramática Fundamental da Língua Portuguesa**. 2. ed., Rio de Janeiro: Acadêmica, 1970.

MIELNICZUK, L. **Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na Web**. Disponível em <http://www.ufrgs.br/gtjornalismocompos/doc2003/mielniczuk2003.doc> Acessado em 26/09/2019.

NEVES, M. H. M. **A gramática de usos é uma gramática funcional**. Alfa, São Paulo, v. 41, n. esp, p. 15-24, 1997.

NEVES, M. H. M. **Gramática do português falado**. Vol VII. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

NEVES, M. H. M. **Gramática de Usos do Português**. S. Paulo: Unesp, 2000.

NEVES, M. H. M. **Uma introdução ao funcionalismo**: proposições, escolas, temas e rumos. In: CRHISTIANO, Maria E. A.; SILVA, Camilo R. e DERMEVAL DA HORA. **Funcionalismo e gramaticalização**: teoria, análise, ensino. João Pessoa: Idéia, 2004.

NEVES, M. H. M. **Texto e gramática**. São Paulo: Contexto, 2006.

NEVES, M. H. M. **Gramática de Usos do Português**. 2. ed. S. Paulo: Unesp, 2011.

NEVES, M. H. M. **A gramática passada a limpo**: conceitos, análise e parâmetros. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

NEVES, M. H. M.; BRAGA, M. L. As construções hipotáticas/adverbiais. In: NEVES, M. H. M. (Org.) **Gramática do português culto falado no Brasil**. vol. V. São Paulo: Contexto, 2016.

NEVES, M. H. M. **A gramática do português revelada em textos**. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

OLIVEIRA, M. R; VOTRE, S. J. A trajetória das concepções de discurso e de gramática na perspectiva funcionalista. In: **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, jan./jun., 2009, p. 97-114.

OLIVEIRA, T. P. **As conjunções e orações condicionais no português do Brasil**. 2008. (Tese de Doutorado) - Unesp, Araraquara, 2008.

OLIVEIRA, T. P. As conjunções condicionais na Gramática Discursivo-Funcional. In ROSA, E. (Org.) **Funcionalismo linguístico**: análise e descrição. São Paulo. Contexto, 2012.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. **Semântica formal**: uma breve introdução. Campinas: Mercado das Letras, 2001.

PAVEAU, M.; SARFATI, G. E. **As grandes teorias da linguística**: da gramática comparada à pragmática. São Carlos: Claraluz, 2006.

PEIRCE, C. S. **Philosophical Writings**. Courier Corp. 1940.

PEIRCE, C. S. Escritos Coligidos. In: **Os pensadores**: Peirce e Frege. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

PERINI, M. A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ática, 2005.

PEZATTI, E. G. O funcionalismo em linguística. In: Anna Cristina Bentes; Fernanda Mussalim (org.). **Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2004, vol.3.

ROCHA LIMA, C. H. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

ROSÁRIO, I. C. Gramaticalização—uma visão teórico-epistemológica. **Palimpsesto-Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, v. 9, n. 11, p. 1-18, 2010.

ROSÁRIO, I. C. **Construções correlatas aditivas em perspectiva funcional**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2012.

ROSH, E. Cognitive representations of semantic categories. **Journal of Experimental Psychology**, 104, 1975, p. 192-233.

ROSH E.; MERVIS C. Family resemblance: studies in the internal structure of categories. **Cognitive Psychology**. 1975. Vol. 7. P. 573-605.

SAUSSURE, F. **Curso de linguística geral**. 28 ed. São Paulo: Cultrix, 2012.

SPERANÇA-CRISCUOLO, A. C. **Funcionalismo e cognitismo na sintaxe do português: uma proposta de descrição e análise de orações subordinadas substantivas para o ensino** [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014, 182 p. ISBN 978-85-68334-45-4. Available from SciELO Book.

SILVA, C. R. Tinha um mas no início da pergunta. **Revista Investigações**, Recife, v. 32, n. 2, p. 353 - 369, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INV/article/view/241601>. Acesso em 12/07/2021.

SWEETSER, E. **From Etymology to Pragmatics**. Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure. Peking: Peking University Press, 1990.

SIMÕES, José da Silva (2007). **Sintaticização, discursivização e semanticização das orações de gerúndio no português brasileiro**. (Tese de doutorado). São Paulo, FFLCH/USP, 2007.

TAYLOR, J. R. **Linguistic Categorization**. Prototypes in Linguistic Theory. Oxford: Oxford University Press, 1992.

TRAUGOTT, E. C. On the rise of epistemic meanings in English: an example of subjectification in semantic change. **Language**, Baltimore, v. 65, n.1, p.31-55, 1989.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

TRAUGOTT, E.; KÖNIG, E. The semantics-pragmatics of grammaticalization revisited. In: TRAUGOTT, E.; HEINE, B. **Approaches to grammaticalization**. V.1: Focus on theoretical and methodological issues. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin's, 1991. p.140-170.

VANIN, A. A. A construção do significado inferencial sob o prisma da interface Semântica/Pragmática. **ReVEL**, v.7, n.13, 2009.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Oxford: Basil Blackwell, 1953.